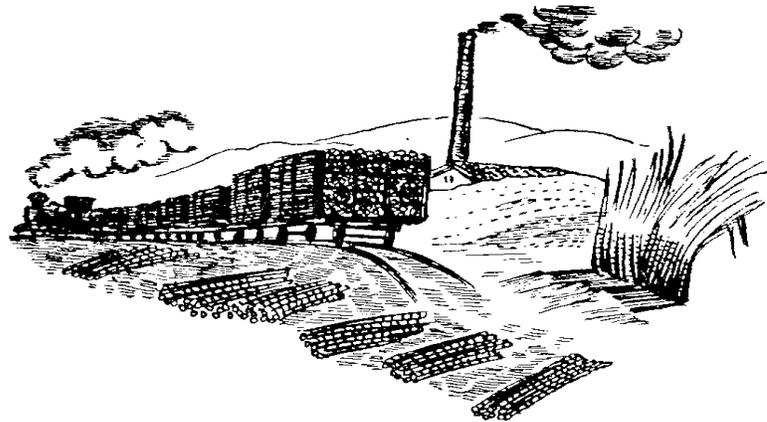


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GLADSON DE OLIVEIRA SANTOS**

**JOSÉ LINS DO REGO E A MODERNIZAÇÃO DA  
ECONOMIA AÇUCAREIRA NORDESTINA**



ARACAJU  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GLADSON DE OLIVEIRA SANTOS

**JOSÉ LINS DO REGO E A MODERNIZAÇÃO DA  
ECONOMIA AÇUCAREIRA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Mestrado em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Aracaju  
2010

Santos Gladson de Oliveira

S237j José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira / Gladson de Oliveira Santos. - Aracaju: Universidade Tiradentes, 2010.

112 f.

Orientador: Prof. MSD. Alexandro Galeno Araújo Dantas  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Universidade Tiradentes  
UNIT, 2009.

1. Literatura 2. Economia açucareira. 3. Engenho de cana de açúcar  
I. Universidade Tiradentes. II. Título

CDU – 33(81)(091)

**GLADSON DE OLIVEIRA SANTOS**

**JOSÉ LINS DO REGO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA  
AÇUCAREIRA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Ciências Sociais à comissão julgadora da Universidade Federal Rio Grande do Norte.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alessandro Galeno Araújo Dantas (UFRN) – Orientador

---

Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima (UECE) - Titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Laudelina Ferreira Gomes (UFRN)- Titular

---

Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa (UFRN) - Suplente

“A Hortência Maria de Oliveira Santos, menina de usina que motivou esta pesquisa”.

## AGRADECIMENTOS

A

Deus, por sempre facilitar a superação dos obstáculos que surgem no decorrer da minha jornada pela vida.

Hortência Maria de Oliveira Santos, pelo apoio e orientação prestados em todos os momentos da minha vida.

Prof. Dr. Alessandro Galeno Araújo Dantas, pela importante orientação e por ter me apresentado novas possibilidades no universo da pesquisa acadêmica.

Luzia Santos Almeida que gentilmente acompanhou todas as etapas da produção deste trabalho.

Maria Inês Oliveira Santos e a Alisson Henrique Oliveira Santos, por suas importantes colaborações.

Prof. Msc. Fernando Aguiar, Prof. Msc. Lourival Santana Santos, Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Terezinha Alves de Oliva, Prof. Msc. Ricardo Nascimento Abreu, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Laudelina Ferreira Gomes e Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima, por suas importantes contribuições.

Clodoaldo Messias dos Santos, Roberto Sousa, Rildo César Mendonça, por toda ajuda prestada nos momentos de dificuldade.

Todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

## MORRO VELHO

(Milton Nascimento)

No sertão da minha terra  
Fazenda é o camarada que ao chão se deu  
Fez a obrigação com força  
Parece até que tudo aquilo ali é seu  
Só pode sentar no morro  
E ver tudo verdinho, lindo a crescer  
Orgulhoso camarada  
De viola em vez de enxada  
Filho de branco e do preto  
Correndo pela estrada atrás de passarinho  
Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos  
Peixe bom dá no riacho de água tão limpinha, dá pro fundo ver  
Orgulhoso camarada, conta histórias pra moçada  
Filho do senhor vai embora, é tempo de estudos na cidade grande  
Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante  
Não me esqueça, amigo, eu vou voltar  
Some longe o trenzinho ao deus-dará  
Quando volta já é outro  
Trouxe até sinhá mocinha para apresentar  
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá  
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar  
E seu velho camarada, já não brinca mais, trabalha

## RESUMO

Análise da inserção da economia açucareira nordestina no processo de modernização deste ramo de economia a partir do discurso literário de José Lins do Rego. Para isso, foram utilizadas as obras Fogo Morto, Menino de Engenho, Bangüê e Usina como objeto de estudo. Através da realização de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e documental, identificou-se que, nos enredos dos romances, existem três espacialidades correspondentes aos cenários principais das tramas, os engenhos Santa Fé e Santa Rosa e a usina Bom Jesus. Concebemos os engenhos como protagonistas, uma vez que todo o desenrolar das histórias corresponde a reações dos demais personagens às diversas formas com que as especialidades são atingidas ou não pela modernização. Portanto, as narrativas presentes em Fogo Morto, Menino de Engenho, Bangüê e Usina reafirmam a viabilidade da utilização do discurso literário enquanto fonte para a construção da interpretação sociológica do processo de modernização da economia açucareira nordestina dos fins do século XIX e início do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura; Realidade; Patriarcado rural; Engenho; Usina.

## **ABSTRACT**

Analysis of the northeastern sugar economy insertion on the modernization process of these economy based on the José Lins do Rego literary Discourse. In order to do so, there were used the literary works Fogo Morto, Menino de Engenho, Bangüê and Usina as study objects. Throughout the prosecution of a exploratory and documental bibliographic research it was identified that, in the cited literary works, there are three specialties corresponding to the main scenarios of the plots, the Santa Fé and Santa Rosa mills and the Bom Jesus mill factory. We have conceived the mills as main characters, since all stories deployment corresponds to the other characters reactions to the many forms that the specialties are, or not, affected by the modernization. Therefore, the narratives in Fogo Morto, Menino de Engenho, Bangüê and Usina reaffirm the viability of the literary discourse application as a source for the construction of the sociological interpretation of the northeastern sugar economy process of modernization in the end of 19th century and beginning of the 20th century.

**KEYWORDS:** Literature; Reality; Rural Patriarchy; Mill; Mill Factory.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - José Lins com a farda do Instituto N.S. do Carmo.....	35
<b>Imagem 2</b> - José Lins do Rego em Fins da década de 30.....	37
<b>Imagem 3</b> – Capa do romance Fogo Morto.....	45
<b>Imagem 4</b> – Capa do romance Menino de Engenho.....	45
<b>Imagem 5</b> – Capa do romance Bangüê.....	45
<b>Imagem 6</b> – Engenho Trapiche.....	52
<b>Imagem 7</b> – Engenho de açúcar no Brasil.....	57
<b>Imagem 8</b> - Perspectiva interna de um engenho banguê.....	61
<b>Imagem 9</b> - Capa do romance Usina.....	76
<b>Imagem 10</b> – Usina de açúcar.....	85

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>ESPACIALIDADE I- CIÊNCIA E LITERATURA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO SOBRE A REALIDADE SOCIAL .....</b>	<b>15</b>
I – JOSÉ LINS DO REGO E O REGIONALISMO .....	27
<b>ESPACIALIDADE II – OS ENGENHOS: RESISTÊNCIA E ADESÃO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
I - O ENGENHO SANTA FÉ E AS FORMAS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO .....	46
II - O ENGENHO SANTA ROSA E O PROCESSO EMBRIONÁRIO DE MODERNIZAÇÃO .....	61
<b>ESPACIALIDADE III – A USINA BOM JESUS E O IMPACTO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>75</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>108</b>

## APRESENTAÇÃO

Ao produzir, em 2004, a monografia intitulada “Os operários do Povoado Central”, pré-requisito para a conclusão do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe, em que analisava a vida dos operários do Povoado Central em Riachuelo - SE no período de 1940 a 1968, trabalhadores de usina de açúcar e fábrica de tecido localizadas em espaço rural, entrei em contato com referenciais teóricos sobre a economia açucareira nordestina. Esse trabalho objetivava “dar voz” aos operários, registrar as condições de trabalho e vida destes indivíduos que prestaram serviços durante longos anos em uma das maiores usinas de açúcar sergipanas. Tal desejo foi estimulado pelo silêncio acadêmico existente em Sergipe no tocante aos operários do açúcar e mais decisivamente pela busca do entendimento de minhas origens, uma vez que minha avó materna, Eurides Santana de Oliveira e vários tios-avós foram operários da usina e da fábrica de tecido, vivendo na vila operária, local de nascimento de Hortência Maria de Oliveira Santos, minha mãe, que durante a infância foi uma menina de usina.

No decorrer das leituras de diversos estudos sobre a agroexportação do açúcar, chamaram-me a atenção as sucessivas referências de vários autores sobre contribuição da produção literária de José Lins do Rego para o entendimento das transformações da sociedade açucareira em fins do século XIX. No decorrer da pesquisa, realizei a leitura das obras “Fogo Morto” e “Usina” e dialoguei de forma, ainda tímida, com o discurso do referido autor.

Após a conclusão do trabalho, debruicei-me sobre significativa parcela da obra de José Lins do Rego. Com isso, percebi a existência de um fio condutor envolvendo quatro obras: Fogo Morto, Menino de Engenho, Bangüê e Usina. Suas narrativas se entrelaçam em vários momentos, iniciam e finalizam o ciclo do processo de modernização da economia açucareira, e promovem o contato do leitor com a maneira cotidiana que os indivíduos que vivenciaram este processo reagiram às mudanças geradas pelas intensas transformações sofridas pelo nordeste açucareiro entre 1870 a 1920, principalmente.

Ao propor um estudo sobre a origem da Usina Central, em 2005, ao curso de História-Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe, entre os referenciais teóricos estava José Lins do Rego. Fui instigado pelo Prof. Msc. Fernando Aguiar, que fazia parte da banca de análise do projeto de pesquisa, a demonstrar para a academia como José Lins do Rego

retratava o processo de modernização.

Em 2006 produzi um artigo intitulado “José Lins do Rego e o processo de modernização da economia açucareira” publicado no Caderno Estudante, periódico de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. A partir de então, passei a inscrever o artigo enquanto proposta de comunicação em encontros, seminários e congressos locais, regionais e nacionais de História e áreas afins. As contribuições dos comentadores presentes nestes eventos foram de suma importância para o aprofundamento teórico e definição do objeto de pesquisa, uma vez que nesse período eu não possuía a colaboração de um orientador.

Em 2008, com a aceitação da proposta de pesquisa pelo Mestrado em Ciências Sociais, a pesquisa sofreu uma ampliação significativa, embora conservasse o objeto inalterado. As leituras sobre a relação entre literatura e sociedade, orientadas pelo Prof. Dr. Alessandro Galeno forneceram ao trabalho a base estrutural fundamental para a interpretação do objeto de pesquisa.

A partir da bibliografia recomendada, foi possível observar que as reflexões sobre o discurso literário e o científico revelam relacionamentos permeados por aproximações e distanciamentos em relação às suas formas de produção discursiva. Entretanto, há de se considerar que tanto a Literatura, quanto a Ciência correspondem a discursos de época, que se debruçam sobre a realidade e ao se articularem sobre esta, de forma discursiva, criam um outro real: o real possível. Assim, os dois campos disciplinares revelam possibilidades em torno da realidade estudada.

Com isso, é perfeitamente viável a produção de pesquisas acadêmicas destinadas à religação dos saberes específicos de campos disciplinares diferentes. A realidade constitui o objeto em que as disciplinas se debruçam. Ela originalmente não é disjunta, mas corresponde a um campo complexo de relacionamentos entrelaçados. Durante a produção de discursos estritamente disciplinares, uma gama importante de relações também constituintes da realidade são condenadas ao esquecimento.

Portanto, é possível se recorrer a fontes e a discursos alternativos durante o processo de análise científica. A obra de José Lins do Rego se encontra inserida neste contexto, pois se trata de uma interseção entre sociedade, autor e temporalidade histórica, comum a todas as obras literárias, historiográficas e sociológicas, abrigando importantes recursos memoriais, resultantes da observação participante da decadência do patriarcado rural, intensificada a partir do processo de modernização.

A modernização da economia do açúcar foi um processo que visava dar maior

poder de competitividade ao açúcar brasileiro no mercado internacional. Para isso, foram tomadas medidas que introduziram novos sistemas de produção nas unidades produtivas. Com tais inovações, apoiadas pelo governo, surgiram os engenhos centrais e as usinas de açúcar, que ocuparam progressivamente o lugar dos obsoletos engenhos banguês.

Esse processo gerou mudanças como: um grande aumento na produção, melhoria da qualidade do produto, alterações significativas no espaço agrário e importantes transformações sociais, em especial na força de trabalho. Entretanto, há de se considerar que a modernização não se inicia com a implantação dos engenhos centrais e usinas, ela já ocorria de forma embrionária a partir da introdução de modernas maquinarias responsáveis pela conversão dos engenhos trapiches, movidos a tração animal, em engenhos banguês, tracionados pela força a vapor. A introdução do vapor enquanto força motriz não correspondia apenas a uma mudança técnica, foi reflexo de uma adequação a uma nova conjuntura econômica, novas relações entre engenho, senhor, trabalhadores e mercado.

O objetivo deste trabalho é analisar o reflexo do processo de modernização da economia açucareira a partir das seguintes obras literárias de José Lins do Rego: *Fogo Morto* (1976), *Menino de Engenho* (2005) e *Bangüê* (2002) e *Usina* (1982).

Para isso, além dos conceitos de complexidade e religação dos campos disciplinares trabalhados por Edgar Morin (2007), será adotada a leitura do espaço poético na elaboração do roteiro deste estudo.

O espaço é frequentemente transformado em discurso poético, pois retém o vivido na medida em que cristaliza em si significados e imobiliza lembranças (BACHELARD, 2008, p. 28). O passado de um indivíduo pode ser decifrado a partir de fixações presentes nos espaços de estabilidade do ser, locais de refúgio, intimidade e proteção que possibilitam o desenvolvimento de formulações imaginárias e poéticas alicerçadas nas fixações presentes no espaço.

Para José Lins do Rego, o engenho Corredor<sup>1</sup> fixava infância, a proteção da família, o contato com o avô materno, cristalizando um manancial de impressões necessário à formulação literária das espacialidades presentes em sua obra: os engenhos Santa Fé, Santa Rosa e Usina Bom Jesus.

Estas espacialidades constituem os cenários principais de desenvolvimento das tramas das obras, fornecendo informações preciosas sobre o cotidiano das sociedades açucareiras no período de modernização.

---

<sup>1</sup> Engenho Corredor, município de Pilar/PB local em que José Lins do Rego nasceu e passou a maior parte da infância.

O Engenho Santa Fé corresponde à unidade mais rústica, movida a tração animal, que não se inseriu na corrida pela modernização. A temporalidade de sua narrativa tem início na década de 1840, no romance “Fogo Morto”, e prossegue até as primeiras décadas do século XX. Já o engenho Santa Rosa é citado em “Fogo Morto”, mas só é retratado nas obras “Menino de Engenho” e “Bangüê”. Corresponde a um engenho inserido no processo de modernização, comandado pelo Coronel José Paulino, legítimo representante do patriarcado rural nordestino. A Usina Bom Jesus, trabalhada em “Usina”, surge sobre os “escombros” do decadente engenho Santa Rosa, modificando todo o cenário produzido pela aristocracia açucareira nos tempos dos engenhos. Ela, além de reestruturar as relações entre o proprietário e propriedade, a terra e o homem, insere novos personagens no mundo rural tais como o usineiro e operários rurais, impondo uma nova ética, caracterizada pela racionalização do espaço, trabalho e relações sociais. A leitura das obras revela um movimento discursivo que tende à decadência das unidades produtivas e, conseqüentemente, dos grupos que as compõem.

Assim, as espacialidades serão analisadas enquanto personagens, retratando-se às situações cotidianas “vivas” por eles e pelos indivíduos neles inseridos em direção à decadência do patriarcado rural nordestino.

Apesar de as obras não obedecerem a uma cronologia em relação à escritura de José Lins do Rego, na temporalidade do discurso literário elas seguem uma sequência e se complementam no que tange à temática da modernização. Inicialmente, será exposta a análise da obra “Fogo Morto”, por apresentar a unidade produtiva mais rústica, o engenho trapiche, embora tenha sido a última obra produzida por José Lins do Rego sobre este tema. Em seguida serão estudados o apogeu e a decadência do engenho banguê, a partir das obras “Menino de Engenho” e “Bangüê”. Por fim, será analisado o romance “Usina” que apresenta a última etapa do processo de modernização trabalhada pelo autor.

Nestas obras, Rego utiliza como cenário para o desenrolar dos enredos, a Paraíba, entretanto, o processo de modernização ocorreu em todo o nordeste apresentando inúmeros caracteres comuns. A partir disso, é possível recorrer a autores e documentos da época<sup>2</sup> que analisam e/ou ilustram a modernização das unidades produtivas nordestinas, sem uma preocupação rigorosa com a localização geográfica, uma vez que estas intervenções estarão sempre vinculadas a questões comuns às diversas regiões atingidas por esse processo.

---

<sup>2</sup> Devido ao bom estado e a fácil compreensão dos documentos do século XIX e início do século XX, no processo de transcrição desses discursos optou-se pela transcrição fiel ao texto original conservando as normas ortográficas da época da redação dos documentos.

Assim, o primeiro capítulo, Espacialidade I - Ciência e Literatura: Possibilidades de diálogo sobre a realidade social, apresentará considerações sobre as consonâncias e divergências entre Sociologia, História e Literatura, o discurso científico e a arte e a necessidade de religação dos saberes produzidos pelos diversos campos do conhecimento para uma melhor compreensão dos objetos de pesquisa. Para isso, são citados autores como Morin, Bachelard, Candido, Le Goff, Burke, Carbonell, Certau, Lanson, Freitas, Pesavento, Sevcenco e Muchail, entre outros. Posteriormente, serão abordados o regionalismo, a influência de Gilberto Freyre no discurso literário de José Lins do Rego e a biografia e posturas político-literárias adotadas por José Lins do Rego, utilizando autores como: Coutinho, Picchio, Albuquerque Júnior, Castello, Ávila, Faria, Sobreira, Farias, Alves, Fortes, Sodré, Lopes, Freyre e Rego.

No segundo capítulo, intitulado Espacialidade II – Os Engenhos: resistência e adesão ao processo de modernização, serão contextualizados o movimento internacional em direção às inovações tecnológicas, as razões e as consequências da resistência que conduziu o nordeste a uma inserção tardia da agricultura canavieira nordestina nesta questão. Para isso, será tomado o engenho Santa Fé como objeto, retratando-se sua história a partir do romance “Fogo Morto”. Também será analisado o processo embrionário de modernização representado pela introdução do vapor enquanto força motriz que converteu os engenhos trapiches em engenhos banguês, a partir do caso do engenho Santa Rosa. Neste contexto, serão tratadas a necessidade da inserção das unidades produtivas no processo de inovação técnica, as transformações que extrapolaram o contexto da produção, os novos personagens inseridos no cotidiano do engenho e a desestruturação do engenho enquanto unidade produtiva de açúcar. Para tal propósito, além da análise do discurso literário das obras “Menino de Engenho” e “Bangüê” serão citados também Hobsbawm, Eisenberg, Almeida, Passos Subrinho, Freyre e documentos de época como relatórios de Presidentes de Província de Sergipe das últimas décadas do século XIX e das décadas iniciais do século XX.

No terceiro capítulo: Espacialidade III – A Usina Bom Jesus e o impacto do processo de modernização serão apresentadas as consequências espaciais e sociais da implantação da ética racional no espaço rural dos antigos engenhos, assim como serão pontuadas diferenças significativas no tocante às relações entre homem, terra e trabalho na usina e no engenho. Para isso, além da obra “Usina”, serão utilizados também autores como Perruci, Eisenberg, Freyre, Weber, Bauman, Martins, Marx e Lopes.

O desejo de decifrar a vida cotidiana de uma menina de usina me conduziu a José Lins do Rego. A partir de sua narrativa percebi a existência de operários, usineiros,

lavradores, foreiros, meninos de engenhos, moleques de bagaceira, senhores de engenho, escravos e de espaços que cristalizaram e possibilitaram a reformulação da realidade complexa. Tais espacialidades podem ser percorridas a pé, no cavalo do coronel José Paulino, em carro de boi, no cabriolé da casa-grande do Santa Fé ou nos trilhos da usina, mas independente da forma de locomoção, o contato com o trajeto revela histórias de vida, de complexidade que religam a Revolução Industrial, a História do Brasil, a História do Nordeste, as elites açucareiras, ao mais simples negro da senzala, lavrador, ou operário de usina. Entremos juntos nesta complexa e fascinante trilha que conduz à visita das espacialidades recriadas por José Lins do Rego.

## **ESPACIALIDADE I- CIÊNCIA E LITERATURA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO SOBRE A REALIDADE SOCIAL**

A complexidade com que se apresentam as relações sociais cotidianas constitui um campo fascinante de análise para os cientistas sociais. Entender os múltiplos tipos de relacionamentos presentes em um mesmo espaço geográfico e em uma mesma temporalidade assegura a possibilidade de elaboração de análises diversificadas sobre uma mesma temática. É necessário ressaltar que existem diversas formas de percepção da realidade, cada indivíduo possui uma percepção única do ambiente social no qual está inserido.

Para Lévi-Strauss (1970), a realização de uma interpretação do real em toda a sua complexidade é inatingível, uma vez que a ciência, ao trabalhar com os recortes de temas e grupamentos, consegue entrar em contato com uma pequena parcela do todo. A produção de interpretações que levem em consideração diferentes focos analíticos constitui um dos caminhos mais adequados para a compreensão das diversas possibilidades de recortes que podem ser efetuados a partir de leituras sobre a “realidade social”. Assim, podemos considerar que as leituras científicas sobre o real acabam por particioná-lo, uma vez que cada área do conhecimento se especializou no entendimento de uma faceta da realidade.

Morin (2007), ao tratar desta questão, afirma que é necessário produzir um conhecimento que religue as diversas partes ao todo, evitando concepções reducionistas nas quais o estudo de pequenas parcelas seja entendido como explicação de uma totalidade. Para isso, é fundamental a quebra de paradigmas que por muitos anos influenciaram o discurso científico. É importante a percepção de possibilidades exteriores ao campo disciplinar, construindo, assim, reflexões que venham favorecer a realização de uma melhor compreensão do objeto. Em outras palavras, é mister desenrigecer as fronteiras disciplinares através do reconhecimento de possibilidades de diálogos entre disciplinas diversas. Através deste intercâmbio, as disciplinas poderão considerar determinados aspectos de seus objetos de pesquisa que, por mera convenção acadêmica, eram ignorados.

Trata-se de uma reforma no pensamento científico, uma reestruturação da tradicional forma como o discurso científico lida com o conhecimento da realidade. Para

Morin, este processo já se encontra em andamento e possui seus primeiros indícios na primeira metade do século XX, a partir da progressiva conquista de espaços adquiridos pelas ciências polidisciplinares como a Cosmologia e do reagrupamento das Ciências da Terra que consideram a Terra como um sistema complexo e, portanto, adequado à articulação de conceitos de diferentes disciplinas para o seu entendimento. Além destas, Morin ainda trata da polidisciplinaridade da Ecologia, do caráter multidimensional da Pré-história, dos diálogos entre a Geografia, Ecologia e outras Ciências da Terra, e do intenso processo de complexificação da História:

... o progresso na tomada de consciência das realidades complexas ocorrido após o desmoronamento do dogma determinista requer um pensamento e um método capazes de religá-las. Acrescento que, no saber existente, havia domínios florescentes como, por exemplo, a Geografia e, também, a ciência das civilizações. [...] Depreende-se disso que não se parte do zero e que a história das ciências não pode ser lida somente por meio da formação e constituição de disciplinas, pois essa história é também interdisciplinar. (MORIN, 2007, p. 34)

Morin destaca a necessidade de abordagens que levem em consideração a multidimensionalidade da realidade antropossocial através da articulação de ciências como a História, a Sociologia, a Economia, a Psicologia, as ciências do imaginário e das crenças. Este processo resultará em discursos mais consistentes uma vez que estas não estarão mais tão limitadas pelas fronteiras disciplinares que ao serem excessivamente consideradas como produtoras de conceitos acabam por fornecer considerações superficiais face ao imenso e complexo campo de pesquisa que é o homem em seu meio social.

A estrita percepção disciplinar representa um risco de hiperespecialização do pesquisador e uma “coisificação” do objeto pesquisado. É fundamental reconhecer que o objeto de pesquisa é, antes de tudo, uma construção que o cientista realiza a partir do real. Entretanto, em seu ambiente original, este objeto apresenta ligações e solidariedades que são, por sua vez, objetos de outros campos disciplinares. Além disso, ao supervalorizar as fronteiras disciplinares frequentemente desconsidera-se estes fatores. Assim, pode-se perceber que o entendimento do real é bem mais amplo e exterior a qualquer fronteira disciplinar, uma vez que as ciências se apropriam de focos encontrados na “ponta de um grande *iceberg*”, a realidade.

Em sua busca pelo entendimento da sociedade complexa, constituída por fatos sociais interligados, a Sociologia encontrou no método inverso-dedutivo ou histórico, um instrumento para a elaboração de interpretações sobre a realidade. Ao recorrer a História, o

cientista social entra em contato com um conhecimento que se constitui como um ambiente de verificação de doutrinas sociológicas. Além disto, a Ciência Histórica ao se debruçar sobre o processo histórico de desenvolvimento das sociedades produz importantes análises permeadas por causas e efeitos de situações significativas do devir histórico.

Para John Stuart Mill, a cuidadosa análise do conhecimento histórico e de suas relações de causa e efeito, permite a verificação de leis empíricas da sociedade que auxiliam na fundamentação de análises sociológicas:

Se, de um lado, é uma regra necessária não transferir qualquer generalização da história para a ciência social enquanto não puderem ser encontradas razões suficientes na natureza humana, ...de outro, a história fornece, desde que cuidadosamente examinada, leis empíricas da sociedade. O problema da sociologia universal está em estabelecer essas leis e vinculá-las às leis da natureza humana. (Mill, *apud*: LEPENIES, 1996, p. 108).

O caráter complexo das sociedades também constitui tema de frequentes embates no campo historiográfico, principalmente no que diz respeito à oposição entre as correntes historiográficas narrativas e estruturalistas. Intensificados a partir do início do século XX, os debates entre as duas escolas historiográficas se resumia a uma questão: Qual o verdadeiro papel do historiador, narrar ou analisar os acontecimentos?

Para a “escola dos Annales”, corrente historiográfica francesa, a simples narração dos acontecimentos é inevitavelmente superficial, já que estes são resultados de diversas formas de relacionamentos contidos nas sociedades que os produziram:

... em prol da história das estruturas, era uma prancha importante na plataforma da chamada “escola dos *Annales*”, de Lucien Febvre e Fernand Braudel, que, da mesma forma que Millar, encaravam os acontecimentos como a superfície do oceano da história, significativos apenas por aquilo que podiam revelar das correntes mais profundas. (BURKE, 1993, p.328).

A narrativa histórica tradicional silenciava inúmeros aspectos relevantes da conjuntura em que se deu o acontecimento narrado, constituindo-se, dessa forma, fatores econômicos, sociais, culturais verdadeiras lacunas nas produções historiográficas que frequentemente limitavam-se ao campo da história política e ao culto aos grandes personagens históricos. É necessário ressaltar que esta corrente historiográfica não pregava a exclusão da narrativa, mas a produção de análises que fossem além da descrição do acontecimento. Quem realmente produziu o acontecimento histórico: o indivíduo ou a coletividade? Quais os interesses presentes nas formas como os fatos ficaram registrados em documentos oficiais? E a significativa parcela de indivíduos que não encontram registros na história oficial? Será que

estes estão alheios ao desenvolvimento histórico das sociedades? Estas foram questões que inquietavam os integrantes da escola dos *Annales*. Para eles, o objeto de estudo do historiador era muito mais amplo do que a forma como se apresentava durante o século XIX.

Para os *Annales*, a Ciência Histórica deveria passar por uma renovação estrutural e em consequência, deveria abandonar seu caráter simplista permeado de explicações superficiais e restritas ao campo político. A História deveria se ocupar de outros campos que permitissem uma maior profundidade nas análises, que trouxessem à tona situações vividas por “personagens” pouco abordados no âmbito da historiografia positivista e que fomentassem o diálogo entre diversos campos científicos na construção da interpretação histórica. Para tanto, se fazia necessário a implementação de um novo modelo de narrativa histórica, pautado na associação entre o acontecimento e as estruturas que possibilitaram o seu desenvolvimento. Assim, a História deveria ser profunda e total, como podemos observar nas palavras de Le Goff:

Recusar a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. E também, parece-me, a fraqueza de uma análise demasiado eclética, que pode se perder na ‘multiplicidade dos motivos’, que não distingue entre motivo e causa. O essencial, no entanto, é esse apelo a uma história profunda e total. Primeiro quebra essa história pobre, solidificada, com a aparência enganadora de pseudo-história. (LE GOFF, 1988, p. 31).

Com isso, os *Annales* empreenderam uma luta contra a tradicional História Política, uma crítica à noção de fato histórico e uma problematização da ciência. A corrente dos *Annales* promoveu um alargamento do campo historiográfico com a introdução de novos objetos de estudo, que determinaram, por sua vez, novas fontes e novos métodos de análise.

Essa nova delimitação das fronteiras historiográficas ocorreu por fases: a partir da década de 1930, a História aproximou-se da sociologia e da economia, abordando temas como a História dos preços, dos modos de produção, das comunidades rurais e urbanas, das minorias etc. A segunda geração dos *Annales*, encabeçada por Braudel, aproximou-se da Geografia com o desenvolvimento da Geo-história, estudando as relações entre as sociedades, os fenômenos naturais, o espaço e o tempo. A partir da década de 1950, a História, gradativamente, elegeu o cotidiano como principal objeto de estudo. As relações comportamentais nos mais diversos campos da vida social, sequer citadas pelas correntes historiográficas anteriores, passaram a ser analisadas por historiadores que, a depender das temáticas, aproximavam-se de outras ciências em busca da melhor resolução para a problemática do objeto estudado.

O estudo do cotidiano permitiu que a História desenvolvida pelos *Annales*, progressivamente se transformasse em uma ciência qualitativa, destinada à análise do homem em todas as suas esferas de atuação. Com isso, além do campo político, abordado tradicionalmente pelos positivistas, e do campo econômico, a Ciência Histórica passou a se ocupar das mentalidades e das representações sociais, como podemos observar no texto a seguir:

... passou-se duma história da mortalidade para a história da morte, duma história da natalidade para a história dos comportamentos sexuais, dos partos, da mãe, da criança ... Chegou-se assim <<ao mais secreto e profundo do homem>> (Ph. Airès), às mentalidades, isto é – e alonga-se a lista que remete para o homem inesgotável -, aos sentimentos e paixões colectivas (o amor, o medo) às representações, aos sonhos, aos mitos, esses sistemas de codificação social que permitem ao grupo humano mergulhado numa mesma cultura apreender-se a si mesmo, compreender o mundo e actuar sobre ele. (sic) (CARBONELL, 1987, p. 158).

Estas inovações no campo historiográfico provocaram uma verdadeira revolução documental. Para explicar os novos temas, os historiadores necessitaram recorrer a novas fontes. Assim, problemática histórica passou a ditar o nascimento de novas fontes a serem utilizadas pelos historiadores do cotidiano, ocasionando uma verdadeira inflação documental. O historiador deixou de ter o texto oficial como único recurso de investigação dos objetos e passou a “inventar” os documentos, pois, segundo esta corrente, a história se faz com todos os tipos de fontes:

Uma sombra no solo, detectada pela fotografia aérea, que revela um *habitat* pré-histórico ou a configuração do *limes* romano; os relatos auto-biográficos dos operários polacos ou ingleses, que revelam uma história desconhecida; o desenho das estradas e dos caminhos numa carta, que denuncia as fases da valorização dum território; um filme que nos mostra o lugar decisivo das mulheres na revolução de Fevereiro em Petrogrado... (CARBONELL, 1987, p. 164).

Neste processo de reconstrução do conceito de fonte histórica as narrativas literárias ganharam destaque, dada as diversas semelhanças entre a narrativa histórica e a literária. Mesmo apoiando-se em documentos criticados cientificamente, o historiador através de sua produção fornece uma interpretação individual sobre o tema pesquisado, interpretação esta que não pode ser encarada como uma reprodução do passado tal qual ocorreu, mas como a apresentação de um dos diversos elementos que possivelmente constituíram a temática pesquisada.

O objeto historiográfico, reinventado pelo historiador, fundamenta-se em uma estrutura bipolar alicerçada no passado, do qual foi extraído o objeto de pesquisa, e no presente, temporalidade que abriga os métodos de reconstrução temática utilizados pelo profissional da Ciência Histórica (CERTEAU, 2006, p. 46). Com isso, os paradigmas atuais embutidos na *práxis* do historiador são também componentes intrínsecos do resultado da pesquisa, inserindo o presente na “releitura” que o pesquisador realiza sobre o objeto. Pode-se, portanto, afirmar que o Conhecimento Histórico faz ressurgir, em suas interpretações, facetas do real que puderam ser recriadas a partir da *práxis* historiográfica, por sua vez calcada e limitada pela realidade histórico-social do autor:

O significado do discurso historiográfico são estruturas ideológicas ou imaginárias; mas elas são afetadas por um referente exterior ao discurso, por si mesmo inacessível: R. Barthes chama este artifício próprio do discurso historiográfico, “o efeito do real” que consiste em esconder sob a ficção de um “realismo” uma maneira, necessariamente interna à linguagem, de propor um sentido. “O discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo repetindo sem cessar aconteceu, sem que esta asserção possua jamais ser outra coisa do que o avesso significado de toda narração histórica. (CERTEAU, 2006, p. 52).

Assim, percebe-se que o “realismo” presente no conhecimento histórico promove significações sobre o real perdido no passado, sendo este discurso mais uma ficção estruturada em vestígios do real e em práticas metodológicas contemporâneas, do que o ressurgir da realidade. O acontecimento não ressurgir a partir da intervenção do historiador. A partir do discurso elaborado por este profissional, emergem percepções que revelam possibilidades de apresentação ou mesmo reinvenções da realidade. O real no âmbito da história está no possível ou no limite.

Com isso, observa-se a existência de outras formas de significações que se articulam sobre o real passado, produzindo significados diversos, mesmo sem a necessidade da utilização de técnicas científicas de investigação, assim como a Literatura, o diário íntimo, fotografias, documentários. Obedecendo as suas próprias regras de estilo, essas categorias também oferecem acesso a interpretações de possíveis facetas do passado revelando com profundidade e clareza, significados e conexões que não são tratadas, ou são abordadas superficialmente pela Ciência Histórica.

Burke (2000), ao tratar do fato e da ficção na produção historiográfica, afirma que assim como os literatos, os historiadores e etnógrafos também são produtores de “artefatos literários” em que seus autores, consciente ou inconscientemente, seguem regras de gênero e

estilo. Portanto a produção historiográfica e/ou sociológica, ao debruçar-se sobre o real, traz à tona alguns aspectos que possivelmente estiveram presentes na composição do real. É necessário afirmar que o contato com o “realismo” é perfeitamente atingível por discursos externos ao ambiente científico, tendo em vista que existe uma verdadeira polifonia de discursos que se articulam sobre o real tornando-o inteligível.

Sato (2002) ao tratar da representação do real observa que neste processo, a linguagem promove a mediação da dialética existente entre o sujeito e o mundo real em transformação constante. A representação da realidade se efetua a partir de signos que são significantes e possuem significados expressos em forma literária. Assim, a partir dos signos é possível chegar a possibilidades da realidade. Portanto, qualquer discurso que esteja debruçado sobre o real deve ser entendido como a linha melódica de um instrumento que compõe a imensa e complexa orquestração conhecida como realidade.

Morin ressalta a necessidade de se compreender a multidimensionalidade da Ciência Histórica, uma vez que esta engloba um universo de acontecimentos, crises, mentalidades, cotidiano, processos econômicos, relações de morte, amor e natureza. A História é polifônica. A área de atuação do historiador é muito ampla e caracterizada por inevitáveis encontros com outros campos disciplinares. Com isso, a própria constituição do campo de trabalho do historiador, dada a amplitude de possibilidades de objetos de pesquisa e formas diversas de interpretá-los, contribui para uma abordagem dialógica com diversos campos do conhecimento durante a elaboração da interpretação do objeto.

Dentre as possíveis conexões disciplinares a serem realizadas, ele destaca a importância de se considerar a contribuição da Literatura e da Poesia na produção do conhecimento historiográfico:

Em minha perspectiva, nem a literatura e a poesia e nem mesmo a língua francesa devem ser sacrificadas; ao contrário, é preciso que adquiram um lugar extremamente importante porque a poesia e literatura não são luxo ou ornamentos estéticos, são escolas de vida, escolas de complexidade. Quando lemos os romances de Balzac, Dickens, Dostoievski, Tolstoi, Proust, aprendemos, compreendemos e percebemos o que as ciências não chegam a dizer porque ignoram os sujeitos humanos. (MORIN, 2007, p. 36).

Lanson (Apud: FREITAS, 1986, p. 2) afirma que a História possui fortes ligações com a literatura, laços muito mais fortes do que os existentes entre a História e as ciências consideradas puras. Sua afirmação se baseia na própria prática investigativa do historiador que produz seu discurso edificado em testemunhos e documentos. No entanto, há de se

considerar que estas fontes não são objetivas, elas dão margem a uma infinidade de interpretações, sendo que o profissional da história revela uma das inúmeras possibilidades.

Neste mesmo processo investigativo, ele deve, a partir dos indícios, elaborar concepções sobre o objeto e nesta produção muito da sua essência político-ideológica acaba por compor o resultado da pesquisa. É exatamente nesta etapa da elaboração do conhecimento histórico que este recorre à imaginação, a possibilidade de criação, a reinvenção da realidade, ou seja, utiliza metodologias de elaboração do discurso próprias do campo literário.

Já o literato ao construir sua ficção registra importantes elementos do cotidiano da sociedade da qual faz parte, a sua visão de mundo, suas expectativas para o futuro, os modos como as relações sociais se apresentam em sua época, instrumentos que possibilitam ao leitor o contato com o universo do autor. Além disto, os romancistas frequentemente utilizam os acontecimentos sócio-históricos como fonte de inspiração e cenário em que é desenrolada a trama. As guerras, catástrofes, eventos políticos, tradicionais objetos da História, constituem um rico manancial de experiências humanas que são relidas por literatos e cientistas sociais:

A matéria histórica pode ser considerada um importante “fermento” da imaginação criadora na literatura universal de todos os tempos. Se considerarmos, por exemplo, a ampla produção literária do século XIX na Europa, perceberemos que as “grandes” obras romaneskas – as que tiveram recepção favorável e importante repercussão – são aquelas que, de uma forma ou de outra, evocam acontecimentos históricos, ou, pelo menos, se inserem num contexto sócio-histórico preciso. A História foi, sem sombra de dúvida, uma fonte permanente de inspiração para os romancistas. (FREITAS, 1986, p. 3).

Para Pesavento (2005), as narrativas histórica e literária constituem discursos que permitem a elaboração de explicações sobre o presente através da reconstrução do passado e ainda possibilitam a imaginação do futuro. Em sua concepção, a relação entre a história e a literatura é marcada por encontros e distanciamentos, tendo em vista que ambas utilizam a retórica ao tratar do objeto abordado. Em seus discursos, apresentam e/ou reapresentam inquietudes e questões mobilizadoras das sociedades em determinadas épocas históricas e utilizam a ficção na construção do discurso.

Entretanto, no que se refere à narrativa, faz-se necessário apresentar algumas ressalvas, principalmente, na possibilidade de, ao entrar em contato com uma narrativa literária, reconhecê-la automaticamente como representação de uma época. Pesavento afirma que o historiador deve perceber o discurso literário como uma fonte em que é possível realizar questionamentos, um testemunho não necessariamente da época de que a ficção trata, mas do

período em que o discurso literário foi produzido, a possibilidade de contato com o imaginário da época da produção:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. (PESAVENTO, 2005, p. 82)

Em consonância com esta tendência, Freitas (1986) chama a atenção para a especificidade da ficção artística que, ao se apropriar da realidade histórica, acaba por recriá-la a partir da percepção, preconceitos, conceitos e limitações históricas do autor. Portanto, a realidade literária ou “realismo” é apenas semelhante à realidade histórica, não podendo ser encarada como uma reprodução exata do ambiente de observação original:

Por meio de um arranjo literário, os elementos históricos vão ser redistribuídos num conjunto fictício, que se transforma em algo diferente do universo social de onde eles foram extraídos: ao criar uma história, com personagens e situações dramáticas, o autor tentará passar uma visão pessoal do universo – que não é de forma alguma cópia da realidade, mas sim interpretação dos acontecimentos relacionados à História –, através da qual chegará a uma realidade de natureza distinta daquela que a originou. A transfiguração artística deforma o mundo exterior, e produz uma determinada realidade filtrada pelos preconceitos e pelos anseios do escritor; essa deformação é o que determina o valor estético da ficção. (FREITAS, 1986, p. 7).

Ao tratar do relacionamento entre a arte e a realidade, Lukács (2000) observa que a arte possui raízes em uma realidade visionária, uma idealização confortável do universo composto pelo autor. Todavia, nenhuma obra de arte pode ser considerada uma cópia da realidade, uma vez que esta se encontra em constante transformação e não disponibiliza modelos estáticos ao “copista”. A arte corresponde a uma totalidade criada pelo artista, um outro real. A realidade artística possui sensíveis influências da realidade histórica do autor, características do real que no universo artístico se perpetuam, ao contrário dos aspectos presentes no real vivido, naturalmente condenado ao silêncio dos tempos passados (LUKÁCS, 2000, p. 34).

Ao entrar em contato com uma obra literária, tem-se acesso a um jogo de possibilidades, todavia estas não possuem como objetivo geral a tradução ou representação do real, elas constroem um outro real alicerçado na realidade sócio-histórica do autor (SATO, 2002). Portanto, ao adotar uma obra literária como fonte histórica, é estritamente necessário considerar a liberdade de criação e o objetivo da obra literária, chegando-se, assim, na maneira como a obra literária se articula sobre o real, criando um discurso que reflete

possibilidades em torno de determinada realidade sócio-histórica.

A literatura se apropria da ficção para promover uma reorganização arbitrária da realidade e, através disto, transforma-a em arte (CÂNDIDO, 1980, p. 179). O autor, ao ficcionar a realidade, produz um universo paralelo e dialético caracterizado pela coexistência pacífica entre o real e o ficcional. Evidentemente a trama tal como está descrita no discurso literário não ocorreu, entretanto toda a base de sustentação do enredo se encontra no campo do possível.

Dentro desta perspectiva, o autor é o elo de ligação entre a sua realidade e o realismo que corresponde ao resultado artístico da reorganização do mundo. Ele consegue elaborar uma tradução para o campo ficcional de toda uma estrutura presente nas relações sociais de sua época, promovendo uma inserção dialética do universo inspirador na obra inspirada, como se pode perceber nas palavras de José Lins do Rego ao tratar sobre sua relação com a arte e a realidade:

Nada me arreda de ligar a arte à realidade, e de arrancar das entranhas da terra a seiva de meus romances ou de minhas idéias. Gosto que me chamem de telúrico e muito me alegra que descubram em todas as minhas atividades literárias forças que dizem de puro instinto. (REGO, 1945, p.5).

Neste processo aspectos significativos do real ressoam por uma longa temporalidade, ganham um caráter eterno, uma vez que independentemente do período histórico e do espaço geográfico em que a obra for revisitada os caracteres da sociedade matriz irão ressoar deixando transparecer toda uma espontaneidade, intimidade, princípios e devaneios de uma época:

O poeta vive um devaneio que vela; e, acima de tudo, seu devaneio permanece no mundo, diante dos objetos do mundo. Ele acumula o universo em torno de um objeto, num objeto. Ei-lo que abre os cofres, que condensa riquezas cósmicas num pequeno cofre. Se nele houver jóias e pedrarias, é um passado, um longo passado, um passado que atravessa as gerações que o poeta vai romancear. As pedras falarão de amor, é verdade. Mas também de poder e de destino. Tudo isto é tão maior que uma chave e sua fechadura! No cofre estão as coisas *inesquecíveis*; *inesquecíveis* para nós, mas também para aqueles a quem daremos os nossos tesouros. O passado, o presente, um futuro nele se condensam. E assim o cofre é a memória do imemorial. (BACHELARD, 2008, p. 97).

Sevcenko (2003) estabelece que a interligação entre a obra literária e a sociedade é possibilitada pela liberdade condicional de criação do escritor. Mesmo pautando o discurso no ambiente ficcional os motivos, valores, símbolos, situações, normas e possibilidades presentes

na obra são fornecidos inevitavelmente pelo ambiente sócio-histórico do qual o escritor integra.

Além disto, através da Literatura, é possível entrar em contato com elementos que não foram registrados pela historiografia tradicional, com impressões populares sobre os acontecimentos históricos e com as múltiplas leituras da conjuntura social a partir dos comportamentos dos personagens.

Nesta perspectiva, pode-se observar que a função literária extrapola o caráter instrutivo e de entretenimento da obra, uma vez que o fazer literário determina uma reorganização simbólica do universo em que o autor está embutido. Ao ser lida, a obra é convertida em um ambiente no qual são realizadas e compartilhadas conexões simbólicas resultantes de interpretações do mundo sensível efetuadas pelo autor e pelo leitor:

A literatura não é uma ferramenta inerente com que se engendrem idéias ou fantasias somente para a instrução ou deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, como os demiurgos da lenda grega o faziam. (SEVCENCO, 2003, p. 284).

Para Sevcenco, a Literatura é um documento multidimensional, complexo, intrinsecamente relacionado a história, pois apesar de ser produção individual é resultado de uma leitura que o escritor, dentro de suas limitações históricas e sociais, pôde fazer do seu universo, sendo assim, a obra literária se constitui como uma “parceria” entre o indivíduo e a sociedade.

Ele percebe o autor como um ponto de interseção entre a História, a Literatura e a sociedade e defende que, para a elaboração de análises que enfoquem a relação entre a obra literária e suas representações históricas e/ou sociológicas, faz-se necessário entender a situação do literato em seu meio social. Quais os paradigmas presentes na obra? Como o autor se posiciona ideologicamente frente às situações descritas? Quais as possíveis motivações que o levaram a escrever sobre determinada temática? São todos pontos que devem ser considerados ao analisar o papel desempenhado pela autoria.

Para Muchail (2002), a função do autor não é resultado somente de um discurso espontâneo do indivíduo. Trata-se de uma “operação complexa” em que a figura do autor é construída. O autor é um “ser de razão” que produz um discurso literário que, por sua vez, apresenta uma concepção teórica coerente, fiel a uma unidade de estilo, que se encontra em um momento histórico bem definido e frequentemente torna-se ponto de encontro de acontecimentos. Ao mesmo tempo, o autor é conceituado por sua própria produção, ou seja, o

discurso, nesta concepção, pode ser interpretado como uma relação dialética, uma vez que, ao ser construído pelo autor, passa a exercer o papel de construtor da imagem do próprio autor.

No discurso literário, o autor é dotado de um caráter plural. Em cada subitem da obra, ele adota um tipo de posição para entrar em contato com o leitor, ora apresentando brevemente o conteúdo, argumentando, esclarecendo ou mesmo avaliando:

Por outro lado, e complementarmente, não apenas efeito de uma construção, o autor é também sinalizado e definido pelos próprios textos que, por sua vez, podem remeter, não a um indivíduo singular, mas a uma 'pluralidade de egos' ou a 'várias posições-sujeitos' (por exemplo, uma é a posição-sujeito do autor que fala em um prefácio, outra a do que argumenta no corpo de um livro, outra ainda a que avalia a recepção da obra publicada ou a esclarece). (MUCHAIL, 2002, p. 131).

Cândido (1980) afirma que para a realização de análises sociológicas de obras literárias é fundamental a compreensão da dialética existente entre o texto e o contexto, uma vez que os fatores histórico-sociais (externos), ao fundamentarem a estruturação de toda a dinâmica presente no texto (fator interno), passam a se constituírem como fatores internos. Portanto, o fazer literário é indissociável da interpretação do meio social ao qual o escritor se encontra vinculado, sendo perfeitamente possível encontrar aspectos da "realidade" inseridos na ficção literária.

Para entender o caráter social da obra de arte é mister considerar que esta se encontra em uma condição dialética com o meio, uma vez que é influenciada e também exerce uma influência sobre a sociedade. Para Cândido, qualquer obra literária só adquire um caráter completo ao entrar em contato com o público. A produção textual do autor, isoladamente, não corresponde a uma obra acabada já que a arte é acima de tudo uma forma de comunicação e como tal é composta por emissor, mensagem e receptor. Assim, a ressonância da mensagem literária no meio social é a verdadeira razão de ser da produção artística:

... a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independente do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte. (CÂNDIDO, 1980, p.21).

O objetivo maior de toda obra de arte é comunicar, tornar perceptível o universo

do autor, deixar transparecer sentimentos e posicionamentos políticos e ideológicos. A imagem literária acaba por estabelecer uma relação entre dois seres, o que produziu e o que lê e o decorrer deste relacionamento é marcado pela reflexão. Falar, escutar, concordar, negar, refletir e reestruturar conceitos são ações resultantes da comunicação artística (CARDIM, 2005, p. 287).

Nesta relação, o autor conduz a uma reflexão do leitor sobre o objeto de sua inspiração: a realidade. Inúmeras são as obras, escolas e estilos literários que promoveram importantes registros da realidade social brasileira, no entanto as reflexões aqui serão centradas em produções de caráter regionalista.

## I – JOSÉ LINS DO REGO E O REGIONALISMO

Quando se fala em regionalismo, tende-se, em geral, a reduzi-lo a aspectos econômicos típicos de uma região. Contudo, é necessário perceber outros fatores que também compõem este conceito, como a linguagem, os costumes, os cenários, as diversas formas de relacionamentos e afetividade entre habitantes de uma determinada região. Para Dorsa (2001), o regionalismo é o reflexo da necessidade de integração do homem com o seu meio ambiente. Esta tendência temática não pode ser vinculada a uma determinada região do país, ela sempre esteve presente na Literatura Brasileira e foi adotada por escritores de regiões diversas. Basta-se considerar que o regional não exclui o caráter nacional, pelo contrário, ele o complementa:

Não se põe em xeque a unidade do país. O regionalismo é um conjunto de retalhos que arma todo o nacional. É a verdade que se entremostra na unidade, na identidade de espírito, de sentimentos, de língua, de região. As regiões não dão lugar a literaturas isoladas mas contribuem com suas diferenciações para a homogeneidade da paisagem literária do país. (COUTINHO, 1988, p. 205).

Durante os trezentos anos do período colonial brasileiro, os centros regionais (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) deram à Colônia a fisionomia de arquipélago cultural, característica gerada pelo isolamento entre estes pólos. Tal fato reflete-se na literatura através da dispersão do país em subtemas regionais, sendo possível distinguir perfeitamente as especificidades de cada região ao entrar em contato com sua produção literária. Através desta não se identifica um “homem brasileiro”, mas percebe-se a

existência de vários tipos, cada um reagindo a sua maneira às condições ambientais e socioculturais de sua época:

Cada região oferece sua contribuição de modismos temáticos e expressivos, nascendo os grandes filões regionalistas: onde a Amazônia intervêm com o inferno verde de sua selva, o sul propõe os seus gaúchos, mitificados para leitores italianos pela epopéia garibaldina; o interior do país, seu próprio sertão, variamente árido: até o Nordeste das secas e do cangaço, com a única alternativa, nas duas direções do álibi místico proposto pelos beatos. (PICCHIO, 1997, p. 384).

A partir da segunda metade do século XIX, o regionalismo se fortaleceu enquanto prática literária. O antigo realismo paisagístico foi progressivamente convertido em paisagismo histórico. Assim, a simples descrição de paisagens atemporais do Brasil cedeu espaço a abordagens genealógicas de diversas áreas do país.

Para Albuquerque Júnior (2001), após a proclamação da república o regionalismo passou a se expressar sob o disfarce do nacionalismo. No campo literário, a brasilidade foi afirmada através da diversidade de tipos e personagens, realizando a apresentação de paisagens sociais e históricas do país, sem contudo introduzir reflexões que possibilitassem a consolidação do nacionalismo. O Brasil continuava a ser representado como um somatório de espacialidades.

É necessário ressaltar, também, que a partir de uma forte influência positivista entre grande parte dos literatos de transição entre os séculos XIX e XX, o meio era personificado como uma das grandes forças que determinavam o comportamento dos personagens, característica que diferenciava a produção literária européia da brasileira, esta enriquecida pelas peculiaridades de suas espacialidades:

A produção regionalista do início do século evidenciava o projeto neo-naturalista de fazer uma literatura fiel à descrição do meio. Meio que se diferenciava cada vez mais e se tornava cada vez menos natural com o avanço das relações burguesas. Este naturalismo teria dado origem, no Brasil, a um estilo tropical, emocional, sensual, de produzir literatura. Nossa literatura seria diferente da fria e decadente literatura européia, pela própria influência que o meio e a raça exerciam sobre nossa escritura e nossa psicologia. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 53).

Neste contexto, destacaram-se autores como Euclides da Cunha e Lima Barreto que abordaram, em suas respectivas obras, o meio natural e as relações sociais e de determinismo nele existente.

Segundo Sevcenko, o período de transição entre os séculos XIX e XX marcou uma consonância entre a criação literária e a epiderme histórica nacional. No discurso literário, estavam presentes tanto os valores sociais como as aspirações sociais, uma vez que a literatura era produzida por “homens de ação” que participavam ou se achavam em condições de participar das disputas de gerenciamento político do Brasil em uma fase de estruturação do regime republicano:

Dessa forma, lê-se a história simultaneamente ao ato de ler a literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura. [...]

Em suma, o que os [Euclides da Cunha e Lima Barreto] chocavam era justamente a brusquidão dessa ruptura entre o passado e o futuro, que desfez todos os elos éticos capazes de conter nos indivíduos os instintos mais egoístas e anti-sociais, instalando-lhes aspirações elevadas como modelos de conduta. [...] Sua missão era, pois, restaurar a solidariedade essencial no plano da sociedade e das relações desta com a natureza. Tantas e tais eram as dificuldades externas e internas que se opunham a esse desígnio, que a sua consecução deveria necessariamente sujeitar-se à adoção de uma forma política, transitória que fosse apta para arregimentar a sociedade [...]. Essa forma política era o Estado - nação, entrevisto numa versão bastante atualizada e de forte colorido local: democrática, neoliberal e multiétnica. (SEVCENCO, 2003, pp. 291- 292).

No caso de Euclides da Cunha e Lima Barreto vale ressaltar que estes autores se encontravam “espremidos” entre a massa e a elite, marginalizados no processo de tomada das decisões políticas, fato que determinou a grande riqueza dos registros, uma vez que em suas produções estão muito presentes as diversas formas de relacionamento entre essas duas categorias. O intercâmbio entre sociedade e produção literária é o que caracteriza o relacionamento íntimo entre a Literatura e a História, podendo abolir conceitos de reflexo, determinação, substituindo-os por relação. Relacionamento permeado por consonância e defrontações que permitem o contato com episódios históricos, com o processo de construção da sociedade e com o que esta possui de mais íntimo, o seu imaginário, revelando assim o seu imenso potencial como documento.

A abolição da escravidão, a proclamação da República, o embrião do processo de industrialização, a modernização da produção de tradicionais culturas econômicas, foram processos ocorridos quase que simultaneamente e que determinaram significativas transformações sociais, abordadas inicialmente por Euclides da Cunha e Lima Barreto. Entretanto, os novos condicionamentos que influenciavam o cotidiano sociocultural brasileiro determinaram o surgimento de um novo tipo de regionalismo. As tradicionais espacialidades estavam sendo rigorosamente afetadas por estas transformações. Os imigrantes e as novas

relações de trabalho no campo, as sucessivas crises da economia cafeeira, a ascensão da burguesia, a formação embrionária da classe proletária, a industrialização em zona rural representada pelas usinas de açúcar, eram situações que reorganizavam as antigas espacialidades. Além disso, vale registrar que estes processos não estavam restritos a alguns Estados ou regiões, ocorriam simultaneamente em diversas áreas do país.

Assim, a partir dos anos vinte, emergiu um regionalismo que foi caracterizado pelo registro das mudanças traumáticas que ocorreram nos tradicionais espaços regionais. Os espaços estavam sendo perdidos, passavam a existir somente na memória. Era preciso promover o registro, preservar a memória da existência das espacialidades e das relações sociais que ocorriam nestas:

A década de vinte é a culminância de um novo regionalismo, que extrapola as fronteiras dos Estados, que busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais. O convívio tranquilo entre olho e espaço era profundamente transtornado e transformado pelo crescente advento dos artifícios mecânicos. O espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem. As cidades em crescimento acelerado, a rapidez dos transportes e das comunicações, o trabalho realizado em meios artificiais aceleravam esta “desnaturalização” do espaço. O equilíbrio natural do meio é quebrado. Nas metrópoles se misturavam épocas, classes, sentimentos e costumes locais diversos. Os espaços pareciam se partir em cem mil pedaços, a geografia entra em ruína. O real parecia se decompor em mil planos que precisavam ser novamente ordenados por homens atônitos. Para isso de nada valiam as experiências acumuladas anteriormente, pois tudo na cidade era novo, era chocante. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 47).

A escola Modernista brasileira, principalmente no decênio de 1930, foi empreendedora de importantes registros da realidade social brasileira durante a primeira metade do século XX, a partir de abordagens de temáticas como a formação do proletariado brasileiro, a decadência de aristocracias rurais, o cangaço:

Romance fortemente marcado de neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país: decadência da aristocracia rural e formação do proletariado (José Lins do Rego); poesia e luta do trabalhador (Jorge Amado, Armando Fontes); êxodo rural, cangaço (José Américo de Almeida, Rachel de Queirós, Graciliano Ramos); vida difícil das cidades em rápida transformação (Érico Veríssimo). (CÂNDIDO, 1980, p. 123).

As razões da suposta inferioridade do Brasil em relação a outras nações foram reinterpretadas sob a tendência de valorização do primitivismo característico no país. O

mulato e o negro foram incorporados à temática modernista, assim como a figura do homem do campo e suas particularidades.

Ao analisar as produções desta escola literária, Cândido observa que o problema social resultante de importantes transformações sócio-histórico-culturais brasileiras do primeiro quinquênio do século XX, exercia uma intensa pressão sobre o personagem retirando-lhe a autonomia. Para Servcenko, as mudanças brasileiras além de serem registradas pela Literatura, transformaram-se em Literatura, dada a força com que os temas determinavam as ações dos personagens e o enredo das obras literárias. “Não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia a literatura.” (SERVCENKO, 2003, p. 272).

Para Castello (1961), a nova forma de abordagem temática presente na Literatura brasileira a partir de 1930, particularmente nas obras resultantes das produções da escola nordestina, encontra-se vinculada diretamente às sugestões criadoras de Gilberto Freyre.

A formação acadêmica de Gilberto Freyre se deu no exterior. Ao finalizar o ensino secundário no Recife, foi para os Estados Unidos onde frequentou o curso de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Colúmbia, seguindo posteriormente para a Europa, visitando centros e monumentos culturais e frequentando a Oxford. A partir de 1923 quando do seu regresso dos Estados Unidos, Gilberto Freyre passou a compor o grupo “Revista do Norte”, publicando artigos que possuíam como característica peculiar a valorização dos aspectos tradicionais da cultura nordestina. Através do contato com novos valores acadêmicos, novas concepções de análise da cultura brasileira possibilitadas pelo contato com Gilberto Freyre, formou-se o Centro Regionalista do Nordeste, entidade composta por um grupo de intelectuais do Recife influenciados e liderados intelectualmente por ele, e que passou a desenvolver importantes ações as quais difundiam a tendência teórica do grupo do Recife.

Em 1926, o Centro Regionalista do Nordeste realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, contando com a participação de personalidades como Manuel Bandeira, João Ribeiro, o americano Butler Simkins, o francês Regis de Beaulieu, o alemão Ruediger Bilden, Amaury de Medeiros, Gouveia de Barros, Ulysses Pernambucano, Carlos Lyra Filho, Luís Cedro, Samuel Campelo, Aníbal Fernandes, Mário Melo, Mário Sete, Manuel Caetano de Albuquerque, Odilon Nestor, Morais Coutinho, Antonio Inácio, Júlio Belo, Samuel Hardman, Gaspar Peres, Pedro Paranhos, Leite Oiticica, Ascenso Ferreira e Gilberto Freyre (CASTELLO, 1961, pp. 51-52).

Este congresso objetivava o desenvolvimento no Brasil de regionalismos,

enquanto valorização da tradição cultural, que se somassem ao regionalismo nordestino formando-se, assim, um movimento inter regional de exaltação de importantes elementos culturais unificadores da cultura brasileira, como se pode perceber a partir do texto do Manifesto regionalista de 1926 :

Donde a necessidade deste Congresso Regionalista definir-se a favor de valores assim negligenciados e não apenas em prol das igrejas maltratadas e dos jacarandás e vinháticos, das pratas e ouros de família e de igreja vendidos aos estrangeiros, por brasileiros em que a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil vêm desaparecendo sob uma onda de mau cosmopolitismo e de falso modernismo. É todo o conjunto da cultura regional que precisa de ser defendido e desenvolvido. (Manifesto Regionalista de 1926. In: CASTELLO, 1960, p. 56).

O Regionalismo orientado por Freyre não promovia uma valorização do regional em detrimento do universal, pelo contrário. A tendência teórica definida no congresso era de se chegar ao universal a partir do regional. Para eles, o plano universal é composto por expressões autênticas encontradas inevitavelmente em uma determinada região, não sendo, portanto, um discurso vazio. A exaltação do que cada região possui de autêntico culturalmente corresponde ao caminho que conduz à universalidade do discurso do literato que se debruça sobre ela, como se percebe na opinião de T. S. Eliot:

Para Eliot os maiores poetas, aqueles que têm uma importância internacional ou universal, são todos locais. Porque tanto mais são eles da terra natal, de seu povo, de sua língua nacional, mais são eles poetas eternos. Todo poeta tem para seu próprio país, e para os seus compatriotas uma significação que não terá para outros. E Eliot conclui: O fato é que um poeta, se ele não é um grande poeta em seu país, não será grande em parte nenhuma. (REGO. 1952, p. 195).

Assim, a partir de 1923, estruturou-se no Nordeste brasileiro o movimento Regionalista e Tradicionalista autônomo ao desenvolvido no sudeste brasileiro pela semana de arte moderna. Entre os anos de 1930 e 1940, segundo Cândido, foram colhidos os frutos com maior grau de amadurecimento de nossa literatura, obras caracterizadas pela liberdade na forma, pela libertação quanto aos tradicionais recalques históricos, por uma redefinição cultural, iniciada em 1922 pela investigação dos diversos contextos sociais presentes no cotidiano do homem brasileiro.

Para Ávila (1975), esta investigação foi resultante de um objetivo muito mais amplo: a retratação do Brasil. Ao trabalhar o cotidiano permeado por suas relações mais

comuns, os autores modernistas visavam à realização da tradução literária do país. Evidentemente que este caráter universalista, apesar de influenciar diversos literatos, não foi adotado radicalmente por nenhum escritor modernista do eixo Rio - São Paulo. Pelo contrário, o registro do Brasil no discurso literário foi promovido a partir dos recortes regionais. O regional definiu o modernismo, principalmente no decênio de 1930 com a adoção do Nordeste como uma das principais temáticas:

O regionalismo nordestino vai ser a fecunda semente que frutifica em toda a geração de romancistas galvanizados pela ânsia de conhecerem e de compreenderem os elementos determinantes ou condicionadores de um novo tipo humano: o *homem telúrico*. É devido a esse objetivo fundamental que, nesse momento, o foco de visão literária vai incidir nas relações que aquele homem mantém com seu meio geográfico e nas condições sócio-econômicas que plasmam, do que propriamente nele, em sua essência última. (ÁVILA, 1975, p. 89).

A recodificação do real no campo literário pode ser identificada no discurso produzido por José Lins do Rego. Em seu conjunto de obras que compõem o “Ciclo do açúcar” a força motriz dos enredos é o processo de modernização dos meios de produção. Assim, grande parte das ações desenvolvidas pelos personagens são respostas às novas condições de trabalho, vida e organização social, reestruturadas a partir da implantação de unidades de produção cada vez mais modernas.

Ambientada em uma sociedade marcada pela força do sistema patriarcal, pelos reflexos do sistema escravocrata e pelo latifúndio em processo de reorganização do espaço, a obra apresenta um relacionamento tênue entre o autor e o contexto social no qual estava inserido. O discurso literário produzido por José Lins do Rego é fundamentado e, ao mesmo passo, reflete claramente a memória do autor, fato que permite a elaboração de análises literárias que o classificam como memorialista:

Daí o caráter predominantemente memorialista de sua obra de ficção. Nela se acentuam os contrastes de requinte e fartura das casas-grandes com a promiscuidade e a miséria das senzalas, a sensualidade desenfreada e a sobrevivência dos homens do eito. [...] Ele se compara a um verdadeiro aedo popular, com o privilégio do poder de visão total. E de tal natureza, que só nos cantores e contadores do Nordeste, que refletem a memória coletiva, através dos seus processos narrativos e da sua linguagem característica, o escritor, como ele próprio reconheceu, encontraria modelos e sugestões expressivas para os seus romances. (CÂNDIDO e CASTELLO, 1979, p. 246).

José Lins do Rego nasceu em 03 de junho de 1901, no engenho Corredor, município do Pilar/PB. Foi criado por seu avô materno, coronel José Lins, proprietário do engenho e por uma tia, a “tia Maria”. A infância de José Lins do Rego foi marcada pela ausência dos pais, mãe perdida muito cedo e pai que raramente o visitava, tormentos da saúde, destemperos do sexo e por um sentimento de rejeição no ambiente familiar:

Chamei de verdes anos os tempos da minha primeira infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que ainda me resta daquela “aurora” que para o poeta Casimiro fora o das saudades, dos campos floridos, das borboletas azuis. Em meu caso as borboletas estiveram misturadas a tormentos da saúde, a ausência de mãe, a destemperos de sexo. E tantos espantos alarmaram os meus princípios que viriam eles me arrastar às tristezas que não deviam ser as de um menino. (...) O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques da bagaceira. A separação violenta de minha segunda mãe marcou-me a sensibilidade de complexo de renegado. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui menino criado pelo avô, assim como um rejeitado, apesar de todas as grandezas do avô. (...) A asma fez de mim um menino sem fôlego para as aventuras pelo sol e pela chuva. Tinham cuidados demasiados com a criança franzina que não podia levar sereno e tomar banho de rio. O meu temperamento não era de um contemplativo. Tinha vontade de correr os campos com os de minha idade. E se saía dos limites impostos, acontecia o ataque de “puxado” e teria que sofrer as agonias de um afogado. E mais ainda as reclusões forçadas com as negrotas a me aguçarem desejos e concupiscências. (REGO. 1956, p. V).

O ambiente inicial de José Lins do Rego era caracterizado pelo grande poder do avô, exercido em sua propriedade e para com a população que nela habitava, pelas polêmicas disputas políticas entre as tradicionais tendências políticas paraibanas e suas respectivas coligações locais, pelo cangaço e pelo coronelismo a exercerem um poder coercitivo paralelo e oposto ao poder Estatal, pelas disputas entre os engenhos banguês e pela evolução desenfreada das usinas de açúcar. Assim, também pode ser descrita a ambientação dos romances: *Fogo Morto*, *Menino de Engenho*, *Meus Verdes Anos*, *Banguê* e *Usina*.

Ainda em relação à infância merece destaque o período de três anos em que frequentou o Internato Nossa Senhora do Carmo, no município de Itabaiana/PB. Este período foi utilizado pelo escritor como material inspirador para a construção do romance *Doidinho*, obra que trata da educação imposta aos “meninos da casa-grande”, mesmo ainda apresentando o engenho como uma das espacialidades trabalhadas, sua trama é centrada na experiência do menino de engenho no internato:

Sou um menino do colégio do professor Maciel, de Itabaiana, cidade da Paraíba. E chego ao mestre terrível para a primeira lição. Tremem-se as mãos, a voz gagueja, os olhos não vêem bem as letras grandes que o bom Felisberto pusera no livro. E como não conseguisse ler a história corrente, o professor arrasta da gaveta a sua palmatória de jucá e mete-me dois bolos nas mãos. Um formigueiro correu-me até os pulsos e as lágrimas correram. Volto para o meu lugar na sala. (REGO. 1954, p. 166).



Imagem 1 - José Lins com a farda do Instituto N.S. do Carmo, entre as primas e os agregados do engenho Outeiro Paraíba. Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/docs/joselins/joselr08.html>.

Do internato Nossa Senhora do Carmo, José Lins passou a frequentar, durante o curso secundário, o colégio Diocesano em João Pessoa/PB, seguido do Instituto Carneiro Leão e do Ginásio Pernambucano, finalizando o período da educação básica. Nesta etapa como membro da Arcádia Pio X, pronunciou uma palestra sobre Oliveira Lima e publicou um artigo sobre Joaquim Nabuco na Revista Pio X.

Em 1919, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, para a qual deu pouca importância. O acadêmico de direito se entregou ao jornalismo, era responsável pela seção “Ligeiros Traços”, publicada em dias alternados no Diário do Estado da Paraíba. Conheceu José Américo de Almeida e Olívio Montenegro que lhe apresentou a obras de autores como Stendhal, Balzac e George Sand. Fez amizade com Osório Borba, parceiro na fundação do periódico “Dom Casmurro”. Escreveu crônicas literárias dominicais no Jornal do Recife, em substituição a Barbosa Lima Sobrinho (CASTELLO, 1960, pp. 85-86).

A fase da faculdade foi marcada por Jornalismo e boemia, ao mesmo tempo em que se reduziram acentuadamente as visitas ao engenho do avô. Sodré (1942) observa que

este período forneceu instrumentos para a estruturação do personagem Carlos no romance *Bangüê*, mais precisamente no que se refere ao conflito interior entre os valores patriarcais e os valores do bacharel. Ele argumenta que no período de decadência do império, as grandes famílias patriarcais enviavam seus filhos para estudarem nos centros regionais, para se formarem doutores. Todavia, esta geração de herdeiros dos engenhos e fazendas, seduzidos pela vida urbana criava aversão ao trabalho e à rotina rural. Estes indivíduos estavam prontos para exercerem importantes cargos na administração pública e inadequados à direção de qualquer unidade rural de produção.

Em 1923 ocorreram dois acontecimentos importantíssimos na vida de José Lins do Rego: a formatura e o encontro com Gilberto Freyre, sendo que este último foi responsável por um novo posicionamento intelectual de José Lins do Rego, como podemos observar em suas palavras:

Conheci Gilberto Freyre em 1923. Foi numa tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá, a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. Pode parecer um romance, mas foi tudo realidade. Para mim tivera começo naquela tarde de nosso encontro a minha existência literária. (REGO. In: CASTELLO, 1961, p. 88).



Imagem 2 - Grupo da esquerda para a direita: José Lins do Rego, Octávio Tarquinho de Souza, Paulo Prado, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre Fins da década de 30. Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/docs/joselins/joselr02.html>.

Segundo Castello, Gilberto Freyre chamou a atenção de José Lins do Rego para a necessidade de leitura de um “mundo” altamente expressivo, mas com uma existência ainda calada. Com Freyre, José Lins redescobriu os centros e os arredores de Recife e Olinda, os engenhos, o sertão e a força dos valores da tradição cultural. Além disto, apresentou-lhe obras de autores ingleses que tiveram grande influência na temática adotada posteriormente por Rego, assim como: “Hardy e o seu amor à região, Joyce e seu retrato autobiográfico de meninice e adolescência, sobre os meninos de Dickens, sobre os romances de Lawrence, sobre os das Brontë, sobre a técnica de Miss Richardson” (CASTELLO, 1961, p. 89).

A convivência com Gilberto Freyre e os demais integrantes do grupo do Recife foi interrompida por uma mudança de José Lins para Minas Gerais, após seu casamento. Em Manhuaçu/MG, José Lins ocupou a função de promotor público durante um ano. Depois se transferiu para Maceió, exercendo o posto de fiscal de banco durante nove anos. Aí conviveu com escritores como Graciliano Ramos, Jorge Lima e Rachel de Queiroz. Também em Maceió inicia sua atividade de romancista em 1932, ao tentar produzir uma novela em que no primeiro capítulo abordaria a sua infância ambientada nos canaviais, acabou resultando no romance *Menino de Engenho*.

A temática desta primeira obra é desenvolvida posteriormente em *Doidinho* (1933) que trata da experiência no internato em Itabaiana, e *Bangüê* (1934) em que o personagem se encontra dividido entre a tradição patriarcalista e a vida urbana. Em 1935, lançou *Moleque Ricardo*, obra em que centrou a trama no cotidiano dos “moleques da bagaceiras”, os mesmos que dividiam as experiências da infância com os “meninos das casas-grandes”, já trabalhados nas obras anteriores. Em 1936 publicou *Usina*, fechando um ciclo de transição do engenho para a usina, seguido por *Histórias da Velha Totonha* (1936).

A partir de 1937, José Lins do Rego decide trilhar por outros caminhos. Ainda inserido na paisagem nordestina publica *Pureza* (1937), seguido de *Pedra Bonita* (1938), obra que inicia o ciclo do Cangaço. Em 1939, com a publicação de *Riacho Doce* sai do cenário nordestino, característica compartilhada por *Água-mãe* (1941). Em 1943 com *Fogo Morto* retomou a temática do engenho, no entanto com os recursos estilísticos do romancista bem mais acentuados que as demais obras pertencentes ao ciclo do açúcar.

Em 1947 publicou *Eurídice*, com este romance foi contemplado pelo prêmio literário: Prêmio Felipe de Oliveira. Em 1953, escreve *Cangaceiros* e encerra o ciclo do cangaço e também sua carreira enquanto ficcionista. Já em 1956, ano anterior ao seu falecimento, com *Meus Verdes Anos* retoma a temática memorialista novamente centrado sua obra nas memórias da infância no engenho Corredor.

Segundo Sobreira (1977), alguns críticos apontaram a mistura desordenada entre informações resultantes da memória e outras próprias da imaginação como uma das fraquezas do romancista:

O Autor não conseguiu, com exceção de Fogo Morto, deixar de ser mais do que um narrador, excelente narrador é verdade, porém a quem faltava fôlego para uma composição de altura (...) a classificação de regionalista se ajusta a sua obra porque ela tem caráter de documento de fixação do comportamento, das criaturas marcadas pela situação sócio-econômica de certa área, o Nordeste. [Grifo do autor] (LIMA. In: COUTINHO, 1986, p. 363).

Entretanto há de se considerar: como definir o limite entre a memória e a imaginação? De qual domínio são retiradas as informações trabalhadas pela memória?

Faria (2003), ao tratar das tradicionais classificações dos romances de José Lins do Rego entre produtos da memória e produções criativas, utiliza considerações efetuadas por Mário de Andrade sobre a relação existente entre memória e criação:

Segundo Mário de Andrade, toda criação deriva de alguma reminiscência, pois não existe “invenção pura”. As lembranças constituem o cerne, a base para as produções, já que estas não podem se libertar das primeiras. Não há como negar a memória ou fugir dela, na busca de um ideal, algo “totalmente inventivo”, pois é como se fossem os dois processos faces da mesma moeda, um atuando e influenciando o outro. A partir dessa perspectiva, podemos, com Mário de Andrade, focar a polêmica não sob um ponto de vista excludente, mas analítico. Partindo-se do pressuposto de que as invenções não se dão “do nada”, pode-se reconsiderar a divisão feita no conjunto que compõe o ciclo da cana-de-açúcar, de José Lins do Rego. (FARIA, 2003, p. 86).

Evidentemente, a aparente fraqueza no processo de elaboração de seu discurso literário, consiste em sua principal virtude: a capacidade de criar uma realidade paralela alicerçada no real vivido:

Não mais a intimidade do romancista; não mais as circunstâncias que o inspiraram; já agora, a soma, a combinação de todos os fatores para o resultado final: a criação de um universo, do território imaginário arrancado de suas entranhas pela força do seu trabalho. O engenho e a arte. A memória como substância e viveiro da imaginação; e a linguagem colhida na fonte popular, saborosa e fresca como manhã de sol num dia de inverno, como cheiro do mel quente entrando pela boca, como o trinado dos canários na fronde das cajazeiras... (SOBREIRA, 1977, p. 38).

A aparente falta de estilo e a despreocupação com o rigor gramatical possibilitam o contato do leitor com o ritmo próprio dos cantadores nordestinos, com as formas pitorescas de expressão das velhas negras que permaneceram nas senzalas desativadas, com as histórias de trancoso que alimentaram a imaginação de gerações de crianças nordestinas, ou seja, com todo um universo recriado e preservado pelo trabalho do romancista, como observou Gilberto Freyre:

Às vezes José Lins do Rego escreve como quem simplesmente copia a vida; e ele tem copiado a vida a tal ponto que algumas de suas páginas são como se fossem antes de memórias – escritas – é certo com vivacidade e vigor do puro romancista. (FREYRE, 1951, p. 159).

Coutinho (1980), ao tratar desta questão, recorre à fala do próprio José Lins do Rego “que procurou sempre (...) «tirar partido das coisas vividas», pois «inventar tudo, não é o meu forte. Sempre considerei o mundo uma realidade mais genial do que meu próprio gênio»” (COUTINHO, 1980, p. 5).

Segundo Sobreira, a rotulação de José Lins do Rego como memorialista é resultado de uma análise descuidada. Para ele, a produção de um memorialista é limitada pelos recursos da memória. Quando os aspectos resultantes do vivido, a serem registrados cessam, termina também a produção do autor.

José Lins do Rego foi além, os recursos da memória deram vida e sangue a sua imaginação, a sua capacidade de interpretação e de recriação do observável, a partir da fusão entre os campos da memória e da imaginação:

A obra de José Lins do Rêgo é mais, muito mais do que um documento sociológico; é qualquer coisa de vivo, por que o seu criador lhe deu o próprio sangue, encheu-a dos seus gracejos e tristezas, risos e lágrimas, conversa, doença, barulhos, disparates, e da sua grande sabedoria literária. Deu-lhe o hálito da vida. (CARPEAUX. In: SOBREIRA, 1977, p.41).

Alves (1996), ao tratar da relação entre José Lins do Rego e a memória, estabelece o “tempo morto” como a principal fonte de inspiração do autor. A infância vivida no engenho Corredor forneceu instrumentos que posteriormente passaram a ser reorganizados em forma literária:

Para o escritor, o referencial mais importante é o manancial da memória. O tempo passado, da meninice no engenho do avô. O “tempo morto” é assim o reino da lembrança, o cabedal retido na mente de um modo de vida que já se foi. O “tempo morto” é o passado patriarcal do Nordeste brasileiro. José

Lins do Rego é narrador nostálgico do mundo baseado no trabalho escravo. A sociedade das casas-grandes e senzalas da indústria manufatureira do açúcar. (ALVES, 1996, p. 65).

Para Farias (2006), José Lins do Rego, em consonância com o Regionalismo Nordestino da década de 1930, possuía como importante característica o “resgate da tradição cultural do Nordeste, erigido em símbolo identitário dos valores nacionais”(FARIAS, 2006, p. 47). Esta tendência foi protagonizada pelo projeto regionalista de Gilberto Freyre, do qual José Lins era adepto.

Para Freyre, o espaço nordestino abriga a brasilidade, os pilares da identidade nacional, diferentemente da região centro-sul que no início do século XX apresentava uma maior diversidade cultural determinada, dentre outros fatores, pela fixação dos imigrantes estrangeiros e interesses cosmopolitas presentes no Rio de Janeiro e em São Paulo:

Aviva-se entre nordestinos a consciência de representarem um Brasil mais brasileiro que o representado pelo Rio, por exemplo: e sob essa consciência, o desejo de procurou animar a sua vida, em expressões novas, modernas, atuais, do espírito tradicionalmente brasileiro que ali se encontra ainda. (FREYRE, 1976, p. 276).

Portanto, era necessário dar voz ao nordestino, deixar fluir valores culturais tradicionais sem obedecer ou refletir tendências estrangeiras. Para isso, os adeptos do regionalismo nordestino adotaram um caminho diferente do que estava sendo utilizado no centro-sul a partir da consolidação do eixo literário do Recife.

Esta busca pelo reconhecimento do Nordeste como importante espaço de produção literária nacional reflete o descontentamento das oligarquias nordestinas com o espaço marginal que ocupava durante a república velha. O norte-nordeste se encontrava à margem das principais decisões políticas nacionais. A proposta de Gilberto Freyre ia de encontro à política estadualista da república velha. Com a temática regional esperava-se promover a integração dos diversos espaços regionais:

[...] a grande unidade que nem meio século de estadualismo pudera corromper. Região contra estadualismo, personalidade contra uniformidade, respeito às tendências mais íntimas do povo contra a tirania de se deformar o que o povo possui de seu, de sua alma, de seus impulsos. O folclore como uma sondagem na alma popular e não como um simples recreio de curioso de exotismos (REGO, 1981, p. 260).

Em José Lins do Rego, esta oposição ao caráter fragmentário da política estadualista foi conduzida através da representação do espaço regional. Em sua obra, é possível perceber claramente a caracterização e a oposição intrínseca entre dois espaços: o espaço rural do engenho banguê contrapondo o espaço da cidade; os valores seculares do sistema patriarcal opondo-se à progressiva ascensão dos valores urbanos da burguesia.

Sob um aspecto macro e polarizado, percebe-se a oposição entre o esquecimento do Nordeste e o tratamento diferenciado dado à região centro-sul durante a política do café-com-leite. É necessário frisar que esta oposição não converge para a separação, pelo contrário, ao denunciar a exclusão das oligarquias nordestinas no quadro político nacional, ao trabalhar os espaços regionais ressaltando a tradicionalidade de seus aspectos culturais, José Lins do Rego, assim como definia o projeto de Gilberto Freyre, tendia seu discurso para a necessidade de integração das regiões e a conseqüente obtenção da unidade nacional.

Para conseguir registrar as particularidades do espaço regional em seu discurso literário, Rego utilizou a liberdade como instrumento. Em sua obra é comum encontrar a fala coloquial do homem simples nordestino, os cantos com o português distorcido ou mesmo expressões agressivas utilizadas cotidianamente pela população rural. Claro que esta postura discursiva foi objeto de críticas: memorialista, falta de estilo e rigor gramatical. Todavia, ao desenvolver sua prosa, Rego tinha estabelecido muito claramente seu objetivo e no decorrer de seu desenvolvimento autoral mostrou-se claro e forte, abolindo as censuras iniciais. Foi o caso do acentuado caráter memorial de sua obra, crítica feita principalmente a *Menino de Engenho* e *Doidinho*. Entretanto com o prosseguir das obras subsequentes o autor demonstrou que a memória alimentava a sua imaginação e não a limitava. Assim, José Lins do Rego tornou-se “o representante mais típico e principal do gênero ‘romance nordestino’”. A numerosa bibliografia sobre o romancista é quase unanimemente elogiosa” (CARPEAUX, 1964, p.312).

Para Coutinho, ao produzir as obras do chamado “ciclo do açúcar”, José Lins do Rego acabou por registrar um intenso processo de desestruturação e reestruturação do cenário canavieiro nordestino. Os partidos de cana, as unidades produtivas, o trabalhador rural e o senhor de engenho encontravam-se inseridos em uma dramática panfagia em que os engenhos absorviam os banguês, e estes, por sua vez, eram conquistados pelas usinas:

A obra do romancista de *Moleque Ricardo* é, toda ela, um transbordamento de sede de justiça social, dentro do complexo econômico, ecológico e psicológico da vida dos banguês, dos engenhos e das usinas (...). [José Lins do Rego] criou uma «epopéia rural do Brasil – pobre, melancólica, dolorosa

– como a própria vida infra-humana daquela gente que se move nos partidos de cana, nos engenhos, nas bagaceiras e até nas casas grandes do Nordeste». (COUTINHO, 1980, p. 22).

Fortes (2005), ao tratar do romance *Fogo Morto*, mais especificamente sobre o processo de construção e decadência do Engenho Santa Fé, estabelece que o engenho era muito mais que uma unidade produtiva, correspondia a uma espacialidade intimamente ligada a status social. A construção do engenho significava o início de uma dinastia. Em contraposição a este caráter sólido e próspero, o romance introduz o processo de modernização que modificou toda uma conjuntura social, transformações para as quais os senhores de engenho não estavam preparados a aceitar :

O engenho Santa Fé, paralelamente à história dos senhores de terra do século XIX e primeiro quartel do século XX, cumpre o ciclo completo: do afã com que foi construído para durar séculos, à insolvência resultante da sua incapacidade de se adequar à voracidade das mudanças do tempo histórico. (FORTES, 2005, p.48).

Para Tristão de Athayde uma das grandes virtudes da obra de José Lins do Rego era a forma como sua linguagem romanesca se apropriava de um dos grandes problemas sociais sofrido pelo Nordeste brasileiro durante as primeiras décadas do século XX, o fim do patriarcado rural. Era uma casta “agonizante”, relações sociais cristalizadas durante séculos que se encontravam em estado de desmoronamento, como podemos observar no texto a seguir:

Assim como Balzac estudara, nos seus romances, a formação da grande burguesia em França no início do século XIX e Proust a decadência da nobreza e dessa grande burguesia, no fim do século – o nosso sertanejo do Pilar, filho desse patriarcado rústico, vinha refletir nos painéis de seu grande mural a morte dos banguês, a agonia dos engenhos, o domínio crescente das usinas, em suma, a desumanização da economia pela dispersão de um povo, descendente dos escravos de outrora, e ainda não fixado no trabalho livre. (ATHAYDE. In: COUTINHO, 1980, p. 26).

Apesar da complexidade da temática associada ao grande volume de leituras do autor, facilmente se produziria um romance dentro dos padrões estéticos de escrita do período. No entanto, José Lins do Rego preferiu seguir um caminho alternativo. Ao trabalhar com o processo de decadência do patriarcado nordestino ele tornou este processo perceptível para o leitor através da exposição de vários pontos de vista dos protagonistas que o vivenciaram. Não eram somente transformações que atingiam o trabalhador rural, este mesmo

processo modificou em maior ou menor intensidade também o cotidiano dos senhores de engenhos, dos empregados da casa-grande, dos agregados dos engenhos, dos comerciantes locais, dos usineiros etc. Sua obra contempla todos estes pontos de vista e neste difícil processo de tradução destes vários ângulos de interpretação do processo para o texto literário, o autor utilizou brilhantemente a simplicidade, a espontaneidade em sua escrita, como afirmou Rachel de Queiroz:

Homem de muitas leituras [...] teve a sabedoria de não consentir que essas leituras, as sabenças do bom literato, transparecessem na sua obra, deixando-o parecer simplesmente espontâneo; quase o que, em pintura, se chama de *'ingénu'*. Entendia bem que a sua espontaneidade era o seu principal encanto, a sua força maior. (QUEIROZ. In: COUTINHO, 1980, p. 27).

Segundo Lopes, as obras que compõem o “ciclo do açúcar” fornecem importantes elementos que contribuem para a análise das relações sociais da população da zona açucareira nordestina. Entre as diversas formas de relacionamento, o autor se debruçou especificamente sobre os elementos descritivos da família patriarcal nas obras de José Lins do Rego:

Os romances de José Lins do Rego que constituem o chamado ciclo da cana nos fornecem elementos descritivos da família patriarcal tradicional brasileira em sua decadência. Através desses elementos se pode discutir e avaliar as teses comumente aceitas sobre esse tipo de família e a anulação da família dos trabalhadores que ela acarreta. (LOPES, 1977, p. 64).

Alves (1990), ao produzir um estudo antropológico sobre a vida sexual sertaneja retratada nos romances “Cangaceiros” e “Pedra Bonita”, percebe que a produção de José Lins do Rego possui um acentuado perfil documental e se encontra na fronteira entre o discurso literário e o científico:

José Lins do Rego é, deste modo, como que o alter ego romanesco do sociólogo. Via ensaio ou via romance ambos são animados pelo mesmo propósito: Conhecer e retratar o Brasil. Esta confluência de intenções que vem tendo como campo privilegiado a literatura, vem patentear o fato assinalado por Peirano de que “no Brasil a literatura é símbolo de brasilidade, é valor e é, ponto de vista. Foi a literatura que servia de lócus da pesquisa político-social. (Peirano, 1987:22). (ALVES, 1990, p. 46).

A forma que José Lins do Rego encontrou para reorganizar as suas impressões do universo de sua infância gerou produções singulares. Os seus romances guardam o cotidiano da sociedade patriarcal tradicional da zona açucareira nordestina em sua fase de decadência.

O grande diferencial da obra é a sensação de proximidade com as situações retratadas no decorrer da leitura. Esta característica foi trabalhada pelo autor através da adoção proposital de uma linguagem simples, a partir do uso de expressões cotidianas, fato que acaba por fornecer vivacidade ao discurso literário. A partir disto, José Lins do Rego pode ser efetivamente considerado um dos grandes intérpretes sociais do Nordeste açucareiro, uma vez que sua produção consiste em um manancial documental que possibilita o contato de leitores tradicionais e leitores/pesquisadores com o cotidiano da sociedade açucareira em fase de transformação, como afirma Sodré:

O autor de Bangüê, realmente é um documentarista; sua obra, o documentário de uma região, de uma paisagem física e humana. Como documentário, sua obra é, sem dúvida, muito mais válida, muito mais próxima à realidade do que todo pretensso levantamento sociológico então elaborado a respeito da mesma região. (SODRÉ, Nelson W.. In: REGO, 1971, p. LXXI).

## ESPACIALIDADE II – OS ENGENHOS: RESISTÊNCIA E ADESÃO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO



Imagem 3 – Capa do romance Fogo Morto.

Imagem 4 – Capa do romance Menino de Engenho.

Imagem 5 – Capa do romance Banguê.

## I - O ENGENHO SANTA FÉ E AS FORMAS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO

Só após algum caminho  
 É que alguns contam seu segredo.  
 Contam porque possuem  
 Aquela pele tão espessa;  
 Por que todos caminham  
 Com aquele ar descalço de negros;  
 Por que descem tão tristes  
 Arrastando lama e silêncio.  
 A história é uma só  
 Que os rios sabem dizer;  
 A história dos engenhos  
 Com seus fogos a morrer.  
 Nelas existe sempre  
 Uma usina e um bangüê:  
 A usina com sua boca,  
 com suas várzeas o bangüê.  
 (MELO NETO, 2000, p. 23).

O processo contínuo de produção industrial conhecido como revolução industrial, iniciado em fins do século XVIII, no decorrer do seu desenvolvimento histórico é responsável por transformações estruturais nos métodos de produção adotados pela sociedade à época . Ao traçar um quadro comparativo do processo produtivo desenvolvido a partir de 1780 com as técnicas de produção adotadas anteriormente, observa-se que este episódio possibilitou às sociedades humanas a reprodução constante e ilimitada de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2003, p. 50).

Para Hobsbawm (2003), a Revolução Industrial não pode ser interpretada como um evento isolado, possuindo um início e fim. Segundo ele, esta revolução corresponde a um processo que ainda não se completou. Cada inovação tecnológica, adotada pela indústria como componente de seu processo produtivo, corresponde à continuidade do evento iniciado em 1780, como podemos observar no texto a seguir:

De fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se ‘completou’, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma ‘economia industrial amadurecida’ para usarmos o termo técnico. (HOBSBAWM, 2003, p. 51).

A partir de 1789 difundiu-se a utilização de máquinas que utilizavam o vapor como fonte energética. Essa nova força motriz foi adotada pela indústria naval, possibilitando uma maior velocidade das embarcações, encurtando as distâncias entre as nações; foi utilizada em fábricas de tecido e em engenhos de açúcar, melhorando os índices produtivos.

Segundo Hobsbawm (2003,) o período entre 1789 a 1848 corresponde à etapa de difusão de especialistas e máquinas a vapor na Europa e América, principalmente no processamento do algodão. A energia a vapor passou a ser sinônimo de industrialismo, principalmente após 1830, quando houve uma intensa transformação no cenário industrial europeu, como podemos perceber a seguir:

Depois de 1830 (ou por esta época) a situação mudou rápida e drasticamente, a ponto de, por volta de 1840, os problemas sociais característico do industrialismo – o novo proletariado, os horrores da incontrolável urbanização – se transformarem no lugar-comum de sérias discussões na Europa Ocidental e no pesadelo dos políticos e administradores. O número de máquinas a vapor na Bélgica duplicou, sua potência em cavalos-força também triplicou, entre 1830 e 1838 (...). Em 1830, não havia qualquer companhia de capital social na mineração belga; por volta de 1841, quase metade da produção de carvão vinha destas companhias. (HOBSBAWM, 2003, pp. 241 - 242).

As inovações tecnológicas como as estradas de ferro, o telégrafo e o vapor possibilitaram, no período entre 1848 e 1875, uma ampliação significativa das transações comerciais no mundo. Hobsbawm (1977) afirma que este processo promoveu a estruturação de um mercado mundial expandido, formado a partir da integração das diversas economias do globo. Em maior ou menor grau de intensidade as diferentes economias nacionais se inseriam no processo de internacionalização da economia capitalista ao absorverem as novas técnicas de produção e melhores meios de deslocamento:

A economia capitalista recebeu, portanto, simultaneamente (o que não quer dizer acidentalmente) um número de estímulos extremamente poderosos. Qual foi o resultado? Expansão econômica é mais convenientemente medida em estatística, e a sua mais característica medida do século XIX era a força a vapor (já que a força a vapor era a típica forma de força) e seus produtos associados, carvão e ferro. Meados do século XIX eram fundamentalmente a era da fumaça e do vapor. (HOBSBAWM, 1977, p. 59).

Assim, nações industrializadas e não industrializadas absorviam progressivamente o vapor enquanto força motriz em setores diversos da economia industrial e pré-industrial. É

necessário ressaltar que esta difusão tecnológica, apesar de ter atingido países centrais e periféricos no mercado capitalista, ocorreu de forma lenta e desigual.

O Brasil enquanto nação periférica no cenário econômico internacional constitui um exemplo singular de um processo de modernização do setor agrário ocorrido a “passos lentos”, característica essa determinada por uma conjuntura sócio-econômica específica do setor agrário brasileiro oitocentista. Dentro desta questão, nos deteremos particularmente, a analisar a absorção tecnológica da economia açucareira do Nordeste brasileiro durante o século XIX.

A cultura da cana de açúcar foi introduzida no Brasil no período anterior a 1550 e até meados do século XVII quando o açúcar brasileiro exerceu uma hegemonia nos mercados internacionais tradicionais. A partir desta fase, o produto brasileiro sofreu com a progressiva redução da sua competitividade no mercado internacional, fator gerado pela concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, região mais próxima dos mercados consumidores e que conseqüentemente apresentava um menor custo, dada as reduzidas onerosidades decorrentes do transporte.

Com isso, a economia açucareira colonial sofreu um processo de redução progressiva de mercados consumidores, passando por cíclicos avanços e recuos na participação do açúcar brasileiro no mercado exterior. Ou seja, a economia açucareira não se tornou insignificante para a colônia em fins do século XVII com a tradicional finalização do ciclo do açúcar, ela perdeu a hegemonia comercial que gozava desde 1550 nos mercados internacionais, como podemos observar pelos dados abaixo:

Assim, a despeito da queda do volume de exportação de açúcar durante o século XVIII, o valor ganho nesta atividade quase que ininterrupta superou o valor produzido pela extração do ouro e diamantes no ciclo da mineração, 1700-1760. De maneira semelhante durante o século XIX, embora o café superasse o açúcar após 1830, o volume absoluto das exportações deste último chegou a um nível 500% acima do apogeu do ciclo do açúcar colonial. (EISENBERG, 1977, p. 30).

Grande parte do século XIX, no que se refere à economia açucareira nordestina, pode ser caracterizada por continuidades do período colonial. A concorrência externa com o açúcar produzido nas Antilhas, a ocupação irregular de terras, engenhos de pequena capacidade produtiva e a mão de obra escrava continuam a fazer parte do cotidiano do Nordeste açucareiro.

Apesar de esta fase, no cenário mundial, ser caracterizada pela introdução de novas tecnologias em vários setores produtivos, nos engenhos nordestinos isto tardou a ocorrer por fatores complexos e variados. Mesmo existindo modernos instrumentos de produção do açúcar, estes não foram absorvidos de forma rápida pelas principais economias produtoras. Na Europa e nos Estados Unidos foram implantadas diversas unidades de beneficiamento do açúcar mascavo, produzido em regiões periféricas no cenário capitalista mundial. Somado a isso, as nações industriais fixaram tarifas de importação ao açúcar refinado (EISENBERG, 1977, p. 50).

Esta situação desestimulava o desenvolvimento do processo produtivo, uma vez que o açúcar refinado no Brasil apresentaria no mercado europeu ou americano um preço igual ou maior do que o produto refinado nas regiões industriais. Assim, era bem mais cômodo para os produtores periféricos continuarem exportando o açúcar mascavo e não se aventurarem no oneroso processo de modernização das unidades produtivas:

Entre 1840 e 1870, as refinarias de açúcar se multiplicaram no norte da Europa e nos estados americanos do leste. Por isso, os antigos países produtores de açúcar, deixando de lado o interesse por obter produto melhor qualificado, assentaram o crescimento da sua indústria açucareira em cima de números de produção e de criação de novas empresas. (ALMEIDA, 1993, p. 84).

Em contrapartida, o acirramento da competitividade entre os diversos mercados açucareiros internacionais somada à resistência e/ou impossibilidade de empreender um processo de modernização das unidades produtivas nordestinas, gerou um grave círculo vicioso: a modernização não era viável graças à falta de capitais para empreendê-la, e, ao mesmo tempo, a ausência de capitais era explicada pela impossibilidade da agroexportação local concorrer com a qualidade dos produtos internacionais resultantes, por sua vez, das mais modernas técnicas de produção (PASSOS SUBRINHO, 1987, p.37).

Assim, em mais da metade do século oitocentista, houve a predominância dos seculares engenhos movidos a tração animal e/ou hidráulica, em que eram aplicadas as mais rústicas técnicas de produção, centrados no trabalho escravo e nos benefícios dos aspectos naturais como a fertilidade do solo e a pluviosidade da região.

Mesmo que o Nordeste brasileiro contasse com pré-requisitos ideais de produção, como abundância de mão de obra, condições naturais favoráveis e grande volume de produção de cana, ainda assim a produção do açúcar não corresponderia ao potencial oferecido pela quantidade de cana utilizada na produção, uma vez que estas rústicas unidades

produtivas apresentavam um alto índice de perda do produto, como podemos observar a partir do caso dos engenhos sergipanos:

Na grande maioria dos engenhos sergipanos, persistia o mesmo sistema dos engenhos puxados por animais (bois ou cavalos), com as clássicas almanjarras e moendas colocadas verticalmente. Esse sistema, além da lentidão da moagem, apresentava o inconveniente de não extrair todo o caldo da cana: calcula-se que 30% do material sacarífero era perdido, por permanecer no bagaço, resultado do incompleto esmagamento, ou pela má concentração do xarope.

Os engenhos movidos à água eram mais eficientes, na moagem. Calcula-se que chegavam a moer cerca de 30 a 40 tarefas de canas por dia, enquanto os movidos a animais moíam apenas 25 a 30 tarefas. (PASSOS SUBRINHO, 1987, p. 39).

Entretanto, o fato de a economia açucareira nordestina estar inserida em um processo histórico de progressiva estagnação e crises cíclicas, isto não motivou um abandono imediato dos engenhos mais simples e ao mesmo tempo menos competitivos e nem uma fuga brusca da atividade açucareira. O período de modernização foi caracterizado por uma coexistência duradoura entre engenhos movidos a tração animal, engenhos a vapor, engenhos centrais e usinas de açúcar. A ausência de capitais foi um dos aspectos determinantes de continuidades, mesmo as unidades mais rústicas envolviam investimentos consideráveis para sua fundação. Geralmente, os engenhos “nasciam” rústicos e posteriormente modernizavam sua maquinaria, sendo assim, as unidades continuaram sendo fundadas durante a segunda metade do século XIX (ALMEIDA, 1993, p. 130).

Este fato pode ser explicado, dentre outros motivos, pelo *status* do senhor de engenho nordestino. A fundação de um engenho correspondia ao início de uma dinastia, ao acesso do senhor e de seus descendentes a um seletivo grupo oligárquico regional, ao que Tobias Barreto denominava de “açucarocracia” (EISENBERG, 1977, p. 157).

Para Freyre (1968), o prestígio do patriarcado brasileiro estava alicerçado no poder econômico e nas condições regionais do espaço físico. Com isso, era perfeitamente possível a ascensão social dos indivíduos mediante acumulação de capital e ao investimento deste em uma tradicional unidade de produção, independente de sua origem social ou étnica.

A sociedade apresentava dois extremos dominantes (senhores) e dominados (escravos), e entre estes dois eixos existiam elementos flutuantes resultantes de cruzamentos e condições socioeconômicas diversas. Estes indivíduos “intermediários” poderiam buscar uma consolidação social positiva através da fundação de um engenho.

Este caráter flexível poderia se chocar com a interpretação proposta por Freyre de que houve no patriarcado brasileiro uma predominância do sistema feudal, caracterizado por sua vez pela fixidez. Por outro lado, segundo Freyre, o caráter feudal do patriarcado foi basicamente de forma e não de conteúdo e substância. Assim, é perfeitamente possível entender as flutuações e permanências que ocorriam no sistema brasileiro. Independente de sua origem étnica ou social, um senhor de engenho desempenhava as mesmas funções consolidadas regionalmente:

É que – para insistirmos em interpretação esboçada nas primeiras páginas deste estudo – as flutuações foram, no Brasil, de conteúdo e substância e não de forma. Em suas formas a organização brasileira foi predominantemente feudal – embora um tanto capitalista desde o início – durante séculos. O patriarcalismo caracterizou-a sociologicamente, isto é, considerada a organização em suas formas e em seus processos, embora variassem os conteúdos econômicos e geográficos e as predominâncias étnicas e culturais que lhes deram coloridos regionais diversos. (FREYRE, 1968, p. 354).

O Senhor de Engenho não era um simples administrador de sua unidade. Além desta, em que já exercia um poder absoluto, a condição de proprietário de engenho extrapolava as fronteiras de suas terras atingindo as vilas/cidades e a política regional.

Associado a isto, o cotidiano dos engenhos era caracterizado por continuidades. Desde o início da colonização, nenhuma mudança brusca havia sido efetuada na forma de organização destas unidades produtivas. Os senhores, escravos, foreiros, lavradores, continuavam desempenhando as mesmas funções. As crises frequentes endividavam o senhor de engenho, mas normalmente não lhe retirava o poder.

Com isso, a fundação de um engenho garantia a toda a descendência do senhor uma supremacia e estabilidade social frente aos elementos sociais flutuantes, pois a condição de proprietário deveria ser duradoura.

Esta busca pelo *status* e pela estabilidade social fornecida pelo engenho, fica evidente na análise do romance Fogo Morto, mais precisamente do personagem Capitão Tomás Cabral de Melo e o processo de fundação do engenho Santa Fé. Em fins da década de 1840, o Capitão Tomás, sertanejo de família abastada, chegou a Várzea do Paraíba onde comprou um sítio em que seria instalado o engenho:

O Capitão vinha dos Cabrais do Ingá, gente de posses, de nome feito na Província. Os roçados de algodão destes homens tinham fama. Falava-se que o velho Cabral tinha para mais de quinhentos escravos nos eitos de seus

roçados. Mas o Capitão Tomás descera para a Várzea. Tinha filhos e pensava dar ao seu povo uma criação melhor. E assim liquidara a herança na partilha e chegara ao Pilar, para ser senhor de engenho. (REGO, 1976, p. 135).

Percebe-se que, ao decidir migrar da atividade algodoeira para a agricultura da cana, o Capitão Tomás não escolhia esta opção motivado preponderantemente pela busca de lucros maiores, uma vez que já se encontrava em condição financeira privilegiada. Ao chegar no Pilar, além de recursos para a compra das terras do engenho e da maquinaria inicial, o Capitão já trazia escravos, muito gado de primeira ordem e moedas de ouro. Ou seja, buscava ser senhor de engenho, possuir domínios, constituir uma dinastia, mesmo que fosse a partir de um pequeno engenho, montado com a maquinaria básica por um proprietário sem a mínima experiência com a cultura da cana:

Aquele Santa Fé, que montara com tanto cuidado, com toda a sua alma, parecia um anão comparado com os outros engenhos de perto. Mas estava contente com a sua criação e a ela se entregava de corpo e alma. Tivera que lutar no princípio com toda dificuldade. Nada sabia de açúcar, fora criador, plantador de algodão. Para ele, porém, não havia empecilhos. Levantou o engenho, comprou moenda, vasilhame, e dois anos após sua chegada ao Santa Fé, tirara a primeira safra. (REGO, 1976, p. 136).

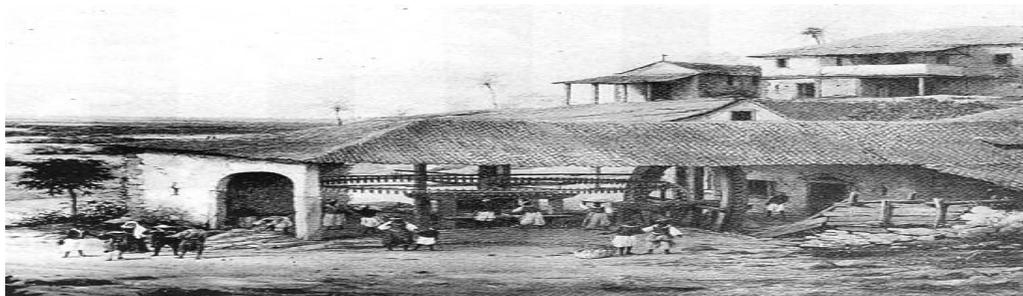


Imagem 6 – Engenho trapiche. Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>.

O Santa Fé nascia como muitos engenhos, pequeno em extensão, alicerçado no trabalho escravo, com uma tradicional família patriarcal, dependências de casa-grande e senzala. Possuía a prosperidade como seu maior desafio, alcançar bons índices produtivos, contribuir para a conversão do capital econômico do senhor de engenho em prestígio político, subsidiar investimentos do Capitão Tomás em elementos singulares de sua propriedade.

Para isso, era imprescindível uma boa produção, que, por sua vez, poderia ser concretizada mais facilmente através da exploração do trabalho escravo. Como chegar a uma

produção considerável em um engenho com uma extensão territorial limitada, com uma maquinaria rústica que na melhor das hipóteses desperdiçava 30% do potencial produtivo em decorrência da técnica de produção adotada, com um senhor inexperiente e sem capital suficiente para investir na moderna tecnologia européia? No escravo se encontrava a possibilidade de prosperidade da unidade produtiva. Com um ritmo de trabalho mais acelerado e uma jornada maior, ambos fiscalizados pessoalmente pelo senhor de engenho, o Santa Fé poderia apresentar uma produtividade maior que a média dos engenhos circunvizinhos. A reprodução do capital investido na compra e estruturação do engenho dependia do controle da rotina de trabalho da mão de obra:

Diziam que no Santa Fé negro só comia uma vez por dia, que couro comia nas suas costas, nos castigos tremendos. O fato era que a escravatura do Santa Fé não andava nas festas do Pilar, não viva no coco como a do Santa Rosa. Negro do Santa Fé era de verdade besta de carga. O capitão dizia ele mesmo que negro era só para o trabalho. Ele, não era negro e vivia de manhã à noite fazendo a sua obrigação.

[...] Era homem duro, era homem para amanhecer no roçado, de cacete na mão como feitor, fazendo a negrada raspar mato, furar terra, plantar cana. Não havia chuva que o impedisse de sair de casa, não havia sol quente que lhe metesse medo. E foi assim que teve dinheiro para poder educar filho. (REGO, 1976, p. 137).

O desafio do Capitão Tomás consistia na conversão da prosperidade financeira em prestígio social. Para isso, o povo do Santa Fé teria que ser diferente dos demais, apresentar caracteres singulares quando comparados aos outros engenhos da Várzea. O Senhor de engenho emergente, explorador de escravos desejava ser reconhecido pela comunidade do Pilar como grande homem, possuir admiração e poder perante o povo. Neste ponto, a educação lhe serviria como um dos meios para atingir seus objetivos. Ao enviar suas filhas ao colégio das freiras no Recife, o Capitão desejava que sua casa-grande viesse a se tornar um modelo para as demais, um engenho com sinhazinhas educadas no Recife. “Não queria mulher dentro de casa fumando cachimbo, sem saber assinar o nome, como tantas senhoras ricas que conhecia”(REGO, 1976, p. 137). As Sinhazinhas do Santa Fé teriam que representar o belo, o raro e o fino, algo bem diferente do áspero senhor de engenho.

Freyre, ao tratar do homem e da mulher no regime patriarcal, observa que a mulher deve desenvolver competências que venham a diferenciá-la o máximo possível dos homens. Enquanto o elemento masculino deve ser reconhecido enquanto sexo forte e nobre, ao feminino se reserva as atribuições da beleza, das artes domésticas, do afeto, da etiqueta (FREYRE, 1968, p. 93).

A volta de Amélia, sua filha mais velha, moça prendada, possuidora de dotes singulares na região, alegrava a rotina do Santa Fé. O Capitão mandou comprar um piano no Recife para sua filha, que chegara ao engenho dominando a prática do instrumento, agora símbolo da ascensão social do Capitão:

E afinal chegara ao Santa Fé o grande piano que o matuto Tomás Cabral de Melo fora comprar no Recife para sua filha Amélia. Nunca se vira coisa igual pela Ribeira. Um piano daquele tamanho, muito maior que a Serafina da igreja do Pilar, maior que todos os pianos do Itambé. Falavam que em Maranguape havia um daquele tamanho. E assim fora a grandeza do Santa Fé. Viera do nada, dum sítio de camumbembe, e nas mãos do capitão dava como grande engenho da várzea. O capitão ficou forte na política, dava voz de comando no Partido Liberal. [...] Quando seu partido subia era o homem de mando na vila. De baixo, era respeitado, querido dos seus adversários. (REGO, 1976, p. 138).

O engenho cumprira seu papel, possibilitara que o Capitão conquistasse todas as realizações que um homem de sua região e época poderia ambicionar. Engenho próspero, boa escravaria, família formada, influências que extrapolavam as fronteiras de seus domínios, emprestava dinheiro a juros possuía, portanto, estabilidade a ser desfrutada por gerações sucessoras e tudo iniciado por ele, através do processo de implantação do seu engenho:

O Capitão Tomás Cabral de Melo chegara ao ponto mais alto de sua vida. O que mais podia desejar um homem de suas posses? Família criada, engenho moente e corrente, gado de primeira ordem, partidos de cana, roçado de algodão, respeitado pelos adversários. Criara um engenho. Disto se orgulhava. Não fora ali, como os outros ricos da terra, encontrar tudo feito para continuar. Tudo saíra de suas mãos, era obra exclusiva dele. (REGO, 1976, p. 139).

O tempo passara, a filha Amélia casara, sua filha Olívia durante os estudos no Recife enlouquecera e o Capitão envelhecera. Pensava na sucessão do seu “reino”, quem iria substituí-lo? Com a doença de Olívia apenas lhe restava Amélia, mas seu marido não demonstrava interesse pelo engenho. Era homem da cidade, com bons modos, preparado para a política e que não se interessava pelo trabalho no engenho.

Ao tratar dos genros de origem urbana, que eram inseridos nos engenhos ou fazendas, Freyre observou uma predominância dos interesses políticos dos bacharéis sobre o patriarca, inclusive com a transferência da sede das famílias das tradicionais casas-grandes para os sobrados (FREYRE, 1968, p. 584).

O velho Capitão percebia que a obra de sua vida estava ameaçada, seu povo não teria futuro. Se dependesse do seu genro, o Santa Fé voltaria a ser um sítio rejeitado até pelos

índios. De que valia um homem sem fibra, sem gosto pelo trabalho, a passar os dias sentado, lendo livros e jornais, escutando sua filha ao piano? Isto lhe tirava o sono, não se conformava que a obra de sua vida estivesse fadada a destruição após sua morte:

O diabo era ele não tomar gosto pelo engenho. O que seria do Santa Fé sem ele, sem o tino do velho Tomás que lhe conhecia as entranhas da terra, que lhe dera nome, que o criara do nada? E começou o Capitão a sofrer pelo futuro do Santa Fé. Ele sabia o que era uma propriedade sem senhor de fibra, tomando conta de tudo. O que fariam os negros com um banana na casa-grande, ouvindo piano, lendo jornais, tratando da barba? [...] E tudo se acabaria ali onde ele imaginara que as pedras que enterrara no fundo da terra fossem eternas. O velho Capitão Tomás Cabral de Melo tinha genro de cabriolé, filha que tocava piano e não se sentia firme, pronto para morrer e confiar no futuro de sua gente. Aquela terra que ele moldara ao seu gosto, que ele povoara, tratara, lavrara, talvez que, com a sua morte, voltasse ao que fora, a um sítio, a uma pobre terra sem nome. Não acreditava no genro. E tudo isto o consumia. (REGO, 1976, pp. 150-151).

O desempenho das atribuições de senhor de engenho motivava o Capitão, a idade não conseguira desgastar o prazer que sentia em continuar lidando com os altos e baixos da cotação do açúcar no mercado, em acompanhar pessoalmente a plantação e a moagem da cana, em cobrar de cada negro, que prestasse serviço na lavoura, o máximo que pudesse dar ao Santa Fé. Escravos e animais do eito eram somente para o trabalho, foram comprados e/ou criados para a produção, não possuíam outra função.

Diferentemente dos escravos e animais da casa-grande que gozavam de certas vantagens em razão de no decorrer do longo convívio passarem a integrar a família senhorial, os de fora enfrentavam uma dura rotina de trabalho:

Esses sentimentos, que o senhor patriarcal no Brasil limitava-se a dispensá-los àqueles escravos ou servos que considerava uma espécie de pessoas de casa: mães-pretas, mucamas, malungos. E aos animais que personalizava em parentes: as comadres-cabras, por exemplo. Pelos outros, sua indiferença era tal que confundia-se às vezes com a crueldade. Com a “ausência completa da idéia ou sentimento de consciência” que Maximiliano encontrou no Brasil na primeira metade do século XIX. (FREYRE, 1968, p.494).

A segunda fuga do negro Domingos conduziu o Capitão e seu genro a uma busca incansável pelo sertão. Uma perseguição que envolvia não apenas o prejuízo com a perda com negro e dos dois cavalos que este lhe roubara, mas uma possibilidade de se reafirmar enquanto Senhor de sua propriedade, demonstrar que a idade elevada ainda não lhe

enfraquecera, ter a certeza que poderia continuar desempenhando as atribuições inerentes ao comando do seu engenho.

Todavia, apesar de seu capitão do mato ter conseguido encontrar o escravo fugido, o Capitão e seu genro Lula, ao identificarem a propriedade do possível esconderijo do negro, não conseguiram trazê-lo. Foram humilhados por um desconhecido qualquer que lhes proibiram a entrada na propriedade em que o negro se encontrava. Isto entristecera o Capitão, não tinha mais condições de gritar com seus negros, agora se resumia a um senhor desmoralizado, incapaz de recuperar uma “peça” fugida:

O capitão com seus silêncios, vivia para dentro de si com violência. Partia ele do ponto de vista que estava derrotado, humilhado, sem honra, sem força para governar as suas coisas. Era um senhor de engenho sem respeito. Tivera um negro fugido, andara atrás dele, com o seu direito, com a sua razão, e fora, no entanto, insultado por um camumbembe qualquer, um sujeito de camisa para fora da calça, que quase lhe bateu.[...] O senhor de engenho do Santa Fé saíra atrás dum negro fugido e não tivera força para trazê-lo para sua senzala. Era muita humilhação. E depois, ele mesmo se considerava sem préstimo, um homem sem energia. (REGO, 1976, p. 156).

A fuga do negro custara muito, além dos dois cavalos e dos dias de trabalho perdidos, somaram-se o afastamento progressivo do capitão da rotina do engenho, sua tristeza, sua vida, e a redução constantes dos índices produtivos do Santa Fé. Após a morte do Capitão Tomás, com um genro que demonstrava inabilidade com o comando do engenho, extremamente cruel com os escravos, isto é, um senhor que com sua atuação prejudicava a produção de seu engenho, D. Mariquinha se viu obrigada a desempenhar o papel de senhor de engenho. A salvação do Santa Fé dependia dela.

Esta personagem representa as viúvas ou mulheres extremamente dominadoras que não raramente assumiam funções tipicamente masculinas para a conservação do patriarcado rural, como observou Freyre:

Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação - andando a cavalo por toda parte, lidando com os vaqueiros, com os mestres-de-açúcar, com os cambiteiros, dando ordens aos negros, tudo com uma firmeza de voz, uma autoridade de gesto, uma segurança, um desassombro, uma resistência igual à dos homens. (FREYRE, 1968, p. 95).

D. Mariquinha desenvolveu uma transição entre o Capitão Tomás e o Coronel Lula de Holanda. Apesar de conseguir comandar o engenho e não deixá-lo entrar em um estado brusco de decadência, sua administração foi caracterizada por turbulências graves,

geradas pelas brigas de herança com o genro Lula de Holanda. Após a morte da senhora de engenho, Lula de Holanda assumiu definitivamente o poder senhorial no Santa Fé, conduzindo o engenho aos mais avançados estágios de decadência que um engenho de açúcar de sua região poderia apresentar.

O desgaste natural da terra, a ausência de capital para empreender melhorias na tecnologia de produção, as frequentes oscilações no preço do açúcar durante a segunda metade do século XIX, determinaram uma redução considerável na produtividade do Santa Fé. O decadente Santa Fé passou a aumentar ainda mais o ritmo do trabalho escravo, os animais e escravos do Santa Fé deveriam colocar o engenho em condições de concorrência com engenhos banguês movidos a vapor. Para isso, o método utilizado para promover a intensificação do trabalho no engenho foi uma ampliação do poder coercitivo do feitor:

E o feitor Deodato, com a proteção do senhor, começou a tratar a escravatura como carrasco. O chicote cantava no lombo dos negros, sem piedade. Todos os dias chegavam negros chorando aos pés de D. Amélia pedindo valia, proteção contra o chicote de Deodato. A fama de maldade do feitor espalhou-se pela várzea. O senhor de engenho do Santa Fé tinha um escravo que matava negro na peia. Ninguém podia compreender aquela transformação na escravatura do Santa Fé. Sempre foram negros mansos, cordatos, e agora para trabalhar só o faziam apanhando. (REGO, 1976, p. 167).



Imagem 7 - "Engenho de Açúcar no Brasil". Fonte: <http://int.ask.com/fr>.

A insatisfação dos negros era tamanha que em maio de 1888, quando da decretação da lei áurea, o engenho permaneceu somente com dois funcionários, o boleiro Macário e o feitor Deodato. Mesmo interessado em contratar os antigos escravos para continuarem trabalhando na plantação e moagem da cana, estes não aceitaram. Até a escravaria da casa-grande preferiu se aventurar na ocupação de terras devolutas a continuar aguentando as péssimas condições de vida e trabalho oferecidas pelo Coronel Lula de Holanda.

Chegou a abolição e os negros do Santa Fé se foram para os outros engenhos. Ficaram somente com seu Lula o boleeiro Macário, que tinha paixão pelo ofício. Até as negras da cozinha ganharam o mundo. E o Santa Fé ficou com os partidos no mato, com o negro Deodato sem gosto para o eito, para a moagem que se aproximava. Só a muito custo apareceram trabalhadores para os serviços do campo. Onde encontrar mestre de açúcar, caldeiros, purgador? O Santa Rosa acudiu o Santa Fé nas dificuldades, e Seu Lula pôde tirar sua safra pequena. O povo cercava os negros libertos para ouvir histórias de torturas. (REGO, 1976, p. 168).

Esta independência do homem livre pode ser também observada em Sergipe. Sobre esta temática, Souza (1984)<sup>3</sup> afirma que no período pós-abolição houve uma fuga dos engenhos. Nem os adiantamentos de salário conseguiam prender o trabalhador nas unidades produtivas. Este, muitas vezes preferia viver da atividade de subsistência em terras devolutas a enfrentar as péssimas condições de trabalho e vida oferecidas pelos engenhos, fazendas e indústrias sergipanas. A escassez de mão de obra foi tão grave que necessitou da intervenção do poder público para solucionar o impasse agrícola, como pode ser observado nas palavras do governador do Estado, Josino Meneses em 1903:

Não há falta de braços para o trabalho em Sergipe: o que há, o que tem havido é uma grande imprevidência da parte dos poderes públicos em orientar os desocupados, em bloqueiar a vadiagem, batendo-a em todos os reductos evitando a deserção da vida útil e productiva.

Merece igualmente vossa atenção, para atingir o mesmo fim, a regularização da caça e da pesca, a confecção de um código florestal e a repressão da vadiagem. (MENESES, 1903, 221-222).

A organização do trabalho foi uma questão altamente discutida na sociedade brasileira nos fins do século XIX e início do século XX. Era preciso eliminar as possibilidades de subsistência do homem livre para que este tivesse necessariamente que se tornar mão de obra barata de engenhos e indústrias. Assim, o governo adotou medidas como a proibição da vadiagem e doação a grandes lavradores de terras que se encontravam utilizadas por pessoas que não possuíam registros legais. Estes “proprietários” não legais correspondiam à massa de trabalhadores necessários às unidades produtivas, portanto, teriam que sair das terras que ocupavam e se dirigirem para os engenhos e fábricas.

---

<sup>3</sup> “A organização do trabalho passou a ser então uma exigência da burguesia açucareira. Era necessário, de algum modo, reter o trabalhador, fechando-lhe os canais de sobrevivência. Regulamentar a caça e a pesca e expropriar completamente o camponês é o que pedia a Sociedade Sergipana de Agricultura em 1902, sugerindo a divisão das terras devolutas em lotes, para serem distribuídos ‘não aos mesmos ociosos e indolentes antigos habitantes, porém a imigrantes estrangeiros’, além da criação de colônias correccionais, para garantir aos proprietários trabalhadores dóceis e obedientes”. (SOUZA, 1984, p. 51).

Mesmo com tais medidas, os engenhos ainda conservavam o secular sistema de foro<sup>4</sup> na ocupação das terras não ocupadas pelos partidos de cana. O mestre José Amaro é um legítimo representante de um homem livre nordestino pós-abolição, que não se submetia a difícil rotina dos engenhos, apesar de ocupar terras de engenho sem pagar o foro, que se considerava um elemento raro na sociedade por não ter origem vinculada diretamente com as senzalas e por possuir profissão. O mestre Zé Amaro era um profissional especializado, em um contexto de crise de mão de obra na sociedade açucareira, podendo inclusive escolher para quem prestava seus serviços:

- eu digo aqui, todos os dias para quem quiser ouvir: mestre José Amaro não é um pau-mandado. Agora mesmo me passou por aqui um carreiro do Coronel José Paulino, Pergunte a ele o que foi que lhe disse. Não aceito encomenda daquele velho gritador. Não sou cabra de bagaceira, faço o que quero. O velho meu pai tinha o mesmo calibre. Não precisava andar cheirando o rabo de ninguém.[...]

- Não estou zangado, estou dizendo a verdade. Sou um oficial que não me entrego aos mandões. Quando a gente fala nestas coisas vem logo um pobre como você dizendo que estou zangado. Zangado por quê? Porque digo a verdade? Sou eleitor, dou meu voto a quem quero. Não voto em governo. (REGO, 1976, p. 11)

A autonomia frente aos poderosos demonstrada nos discursos do mestre Zé associado ao não pagamento do foro pela ocupação da terra acabou gerando conflitos entre ele e os donos do engenho. Um morador que não se sujeitava a vontade do senhor de engenho não era bem visto pela família da casa-grande:

O carro passava pela porta do mestre José Amaro e Lula tirava o chapéu para ele. Aquele homem branco, que viera para o Santa Fé, com o pai que matara gente em Goiânia, não agradava à senhora de engenho. Não era que lhe tivesse feito coisa alguma, mas D. Amélia não ia com aquele morador de engenho que não pagava foro, que não dava serviço, que era como se fosse dono da terra onde morava. Nunca falara a Lula. É verdade que aquele sistema viera dos tempos de seu pai. O Amaro antigo chegara no Santa Fé, com carta de parentes do capitão, de Goiana. E ali ficara, naquele sítio onde o filho ainda hoje morava. (REGO, 1976, p. 199).

A briga de José Amaro com o senhor de engenho Lula Holanda retrata uma situação frequente na sociedade dos engenhos de açúcar. O foreiro, por um apego emocional, em muitas ocasiões, passava a se sentir dono da propriedade e quando o senhor de engenho desejava desocupar a terra comumente ocorriam embates:

---

<sup>4</sup> Prática frequente, principalmente no período colonial, em que o foreiro, geralmente um lavrador, pagava impostos em moeda, produtos ou serviços ao proprietário rural para adquirir o benefício de utilização de parte da propriedade rural.

O Mestre José Amaro (...) não podia compreender que tivesse sido jogado para fora do Santa Fé. Aquela casa tinha sido do seu pai, onde aprendera o ofício, seria de outro, (...). A terra era do senhor de engenho e este podia fazer dela o que quisesse. Então não havia direito que lhe garantisse a casa? (...) Era duro ir morrer fora daquela casa que fora de sua gente, que sentia como verdadeiramente sua. (REGO, 1976, pp.123 - 124.)

O foro é apenas um exemplo das várias relações sociais de grande durabilidade no Nordeste açucareiro. Eram comuns indivíduos que se encontravam sob a condição de agregado ou morador que vivia em um sítio ou pequena casa com quintal, dentro do território do engenho e, em contrapartida, o passava a executar trabalhos agrícolas, serviços complementares ou votar no candidato indicado pelo proprietário. Os agregados poderiam passar anos em uma mesma terra, mas em geral, a sua situação era muito instável, tudo dependeria da relação com o senhor de engenho.

Por ser um engenho pequeno abandonado pelos negros após a decretação da lei Áurea, o Santa Fé não possuía um grande contingente de agregados que pudessem desenvolver uma parceria próspera de lavragem da terra, em conjunto com o senhor de engenho. Em contrapartida, o Coronel Lula de Holanda não detinha o capital necessário para investir na implantação do vapor como força motriz, para a melhoria dos índices produtivos e da qualidade do produto do engenho. Também foi surpreendido pelos altos preços cobrados pelos poucos homens que se sujeitavam ao trabalho na lavoura. Assim, sem condições para efetuar as adaptações necessárias as novas formas de produção do açúcar e de organização do trabalho no Brasil, o Santa Fé se tornou um engenho ultrapassado, de fogo morto, bem diferente do seu vizinho, o próspero engenho Santa Rosa, um banguê comandado pelo bem sucedido Coronel José Paulino:

A fama de mesquinhez de Seu Lula corra pelos quatro cantos. E por isso não aparecia quem lhe quisesse plantar a várzea. O velho José Paulino, quando passeava por ali, e que olhava para o massapé coberto de grama, devia ter pena da terra parada, esquecida daquele jeito. D. Amélia, de cima de sua carruagem, enfeitada de trancelins, com os dedos duros de anéis de ouro, sentia o abandono da terra de seu pai, como se visse um filho desamparado. (REGO, 1976, p. 200).

## II - O ENGENHO SANTA ROSA E O PROCESSO EMBRIONÁRIO DE MODERNIZAÇÃO



Imagem 8 - Perspectiva interna de um engenho banguê. Fonte:  
<http://www.tambatur.com.br/engenhos.htm>

Apesar dos modernos instrumentos de produção disponíveis no mercado mundial, a introdução das novas tecnologias tardou a atingir os tradicionais engenhos do Nordeste brasileiro. Nem mesmo a expressiva alteração positiva dos índices produtivos que possivelmente ocorreria com a substituição dos tradicionais engenhos trapiches, movidos a tração animal, pelos modernos engenhos banguês, movidos a vapor, conseguiu despertar interesse dos senhores de engenho, da primeira metade do século XIX, para os benefícios da nova força motriz.

Segundo Eisenberg, o atraso tecnológico do Nordeste açucareiro pode ser explicado por fatores diversos como a falta de capitais para realizar as adaptações necessárias, a abundância de terras disponíveis ao cultivo da cana, o trabalho escravo e a falta de intimidade dos senhores com as novas tecnologias de produção.

Para ele, a grande quantidade de terras virgens e baratas contribuiu para a não formação de uma atitude de conservação do solo, bem como para o desinteresse em empreender o processo de modernização do setor produtivo. Com terras disponíveis, os senhores de engenho se limitavam a ampliar o número de escravos do eito, objetivando o cultivo de áreas cada vez maiores, destinadas ao aumento da produção. Além disto, os senhores temiam o contato dos escravos com a cara maquinaria, como também não se sentiam seguros no comando de engenhos banguês, já que nem eles dominavam o manuseio das novas

ferramentas de produção. Assim, podemos afirmar que o progresso técnico não era uma necessidade para os senhores de açúcar da primeira metade do século XIX:

A combinação de terra barata com trabalho barato e não educado produziu uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica. O agricultor e viajante inglês Henry Koster observou que os plantadores trabalhavam “ano após ano sem qualquer desejo de progredir e sem, na verdade, saber que qualquer progresso era possível. (EISENBERG, 1977, p. 65)

Contudo, a diminuição progressiva no contingente de escravos<sup>5</sup> disponíveis para a compra, gerada por sua vez pela extinção do tráfico negreiro legal, associado ao acirramento da concorrência entre os produtores de açúcar no mercado internacional e a constante instabilidade na cotação do preço do produto, contribuíram para a criação das condições necessárias à implantação do processo de modernização. Frente a outros produtores como Cuba, que apresentava uma maior proximidade dos mercados consumidores americanos e europeus, o açúcar brasileiro apresentava uma desvantagem considerável. Basta considerar que um dos mais importantes fatores na regulação dos preços no mercado internacional oitocentista era a despesa com o transporte. Portanto, o produto brasileiro apresentava inevitavelmente acréscimos superiores a produtos oriundos de regiões mais próximas dos mercados consumidores, fator que ocasionou uma perda progressiva da competitividade do produto brasileiro no mercado exterior.

Para agravar ainda mais a situação, houve a introdução bem sucedida do açúcar da beterraba produzido na Europa, principal região consumidora do açúcar nordestino. Isto afetou diretamente o volume de exportação do açúcar em todo o Nordeste, bem como determinou uma adequação do setor produtivo a nova conjuntura. Medidas efetivas tinham que ser tomadas para transformar o estado agonizante da economia açucareira, frente à baixa cotação do mercado europeu, como podemos perceber a partir da descrição do presidente da província de Sergipe, em 1875:

o assucar e o algodão já não gosam do mesmo valor que tiveram nos mercados da Europa. Os preços reduzidos, que mal chegam, e nem sempre chegam para fazer face as despesas da cultura e do fabrico, tem sido a causa de haver diminuído muito o plantio e a colheita do algodão, e vae levando o desanimo aos laboriosos cultivadores da canna de assucar. [...] A carestia do

---

<sup>5</sup> Freyre considera a associação entre o fim do tráfico regular de escravos e a epidemia de cólera-morbo, devastando senzalas de casas-grandes e mucambos dos sobrados, golpes de morte na escravidão, uma vez que a partir destes acontecimentos foi necessário criar adaptações dos engenhos à escassez de mão de obra. Ver: FREYRE, 1968, p. 550.

trabalho é grande, o trabalho sem methodo; aos lavradores faltam machinas apropriadas para o amanho das terras; os productos resentem-se de falta de aparelhos aperfeiçoados: de sorte que os productos da lavoura são trez e quatro vezes menos do que deveriam ter sido, custando trez e quatro vezes mais, e valendo menos de metade do que valem os productos similares aperfeiçoados.

A tantos males junta-se ainda a crescente escassez de braços.

Os braços que faltão é de urgente necessidade serem supridos, assim como deve-se fazer todo o empenho para a introdução de machinas e aparelhos aperfeiçoados. (MIRANDA, 1875, 158).

Assim, fazia-se necessário, mais do que nunca, recuperar a competitividade no mercado externo. Para isso, a modernização foi utilizada como importante recurso, pois a racionalização do processo produtivo se converteria em um considerável aumento da produção e em uma melhoria significativa do produto. Um açúcar com uma qualidade melhor e com um valor mais competitivo possivelmente contribuiria para a manutenção da competitividade do Nordeste açucareiro no mercado internacional do açúcar.

Com isso, a introdução do vapor como força motriz nos tradicionais engenhos se transformou um dos poucos caminhos para a conservação dos senhores de engenho enquanto proprietários das unidades produtivas. A insistência em permanecer sob a forma dos decadentes engenhos trapiches levaria o senhor a se desfazer, inevitavelmente, da propriedade, uma vez que possuiria um produto mais caro que o valor de mercado sem poder escoá-lo, acumulando, assim, um *déficit* financeiro, comprometendo a propriedade, ou transformaria seu engenho em uma unidade de fogo morto, fornecedora de cana, atividade frequentemente desenvolvida por lavradores, fato que acarretava a perda do *status* de Senhor de Engenho.

A elite canavieira nordestina passou a considerar as melhorias que poderiam ser atingidas com a utilização do vapor. Sua utilização poderia determinar uma alternativa ao fatídico destino a que estavam condenados os decadentes engenhos trapiches nordestinos. Era preciso se transformar em banguê:

A deficiência de braços escravos e livres, de que se re-sente a Província pela sua extensão de terreno, só se pode oppor, como remédio unico para attenuar mal tão grave, um motor poderoso, que suppra essa deficiencia, que a faça a menos sensível.

Empreguem-se geralmente os maquinismos a perfeiçoados; empregue-se o vapor, e teremos, com os mesmos braços, de que dispomos hoje, uma produção talvez dupla.

Tendo desaparecido, com a criação de um estabelecimento de fundição á vapor na Capital, a dificuldade material que se antepunha á adopção de machinas de fabricar assucar movidas por vapor, é de esperar que ellas se

generalisem agora, como de facto se vão generalizando; e em breve tempo conhecerão os agricultores e proprietários os benéficos resultados d'este motor, a quem se deve de certo a prosperidade e engrandecimento da sociedade actual. (VEIGA, 1869, 125).

A partir da década de 1870, foi intensificado o processo de mudança na força motriz dos engenhos. Segundo Passos Subrinho (1987, pp. 38-39.) um número considerável de pequenos engenhos, sem condições financeiras para promover uma modernização completa de toda a maquinaria dos engenhos, conduzia esse processo de forma modular, introduzindo por etapas as novas máquinas nas antigas unidades. Assim, apesar de trocar a tração animal pela tração a vapor, os engenhos, sem acesso a grandes volumes de capital, conservavam precárias moendas e tachas de coser a fogo nu.

Este comportamento cauteloso em relação à conversão a nova força motriz, era ocasionado principalmente pelos altos riscos financeiros da empreitada. Segundo Eisenberg, tais riscos e dificuldades do processo de modernização eram tamanhos, que os engenhos mais modernos do século XIX recebiam subsídios do governo. Esta situação também pode ser constatada ao observarmos a falta de políticas imperiais e/ou provinciais destinadas ao estímulo à modernização dos engenhos anterior a 1870.

Apesar da posição privilegiada do engenho banguê em relação aos engenhos trapiches se sabia que esta introdução correspondia ao alcance do primeiro “degrau” da grande escalada em direção à modernização de todo o processo produtivo. O banguê era o propulsor de complexas unidades de produção que introduziam um caráter industrial na agricultura. Contudo, a introdução da próspera força motriz era fundamental para a adesão dos tradicionais senhores de engenho a “corrida pelo progresso”. Para a concretização do desafio de modernizar a cultura açucareira era muito importante a inserção de capitais subsidiados pelo governo para financiamento do processo, como se pode notar no relatório a Assembléia Legislativa de Sergipe elaborado pelo presidente da Província:

Por toda parte se abatem alturas, se furam as montanhas, se abrem canaes, se ajuntam os rios, se inventam meios, pela acção do vapor, de unir os povos pela facilidade de communições, e de centuplicar as producções da industria fabril e agricola, sem o auxilio de grande quantidade de braços: imitemos esses povos já tão adiantados pelo salutar effeito de taes melhoramentos; imitemos as nossas irmãs, as outras Províncias do Brazil, tocadas já pelo dedo benéfico do progresso material e moral, e alcançaremos, embora lentamente, o que os outros povos tem alcançado, com a dupla vantagem de que entre nós nada temos á receiar – ao contrario do que acontece em Inglaterra – da ociosidade, em que ficam os braços arrancados ao trabalho pelo poderoso motor, e para a qual o Governo é obrigado á dirigir a sua seria attenção. (VEIGA, 1869, 125).

Para Freyre (1968), o uso da máquina foi fundamental para uma estratégica diminuição da importância do escravo e dos animais no processo produtivo. A utilização da força a vapor proporcionou uma natural independência do senhor de engenho em relação aos escravos. Poderia se utilizar cada vez menos escravos e animais de tração e ao mesmo tempo aumentar consideravelmente a produção. Assim, a redução progressiva no número de escravos, gerada pelo processo abolicionista e pela migração interna no país não constituiriam um grande problema, uma vez que a máquina tenderia a desempenhar grande parte das funções dos negros e animais dos engenhos (FREYRE, 1968, p. 550).

Além disto, a máquina promoveu a inserção de um novo personagem no cotidiano dos engenhos: o técnico. Para operar e executar serviços de manutenção nas modernas maquinarias dos promissores engenhos banguês era preciso a contratação de profissionais especializados, uma vez que nem os escravos e nem os senhores estavam aptos a operar a complexa estrutura mecânica. Inicialmente, tais serviços eram desempenhados por estrangeiros que foram substituídos progressivamente por mestiços e brancos pobres, que correspondiam a técnicos locais, mais baratos que a mão de obra estrangeira.

Este personagem intermediário entre o senhor e sua escravaria era de suma importância dentro do engenho, uma vez que sem o seu trabalho, escasso e altamente valorizado, o engenho não poderia operar. A inserção do técnico no cotidiano do engenho reduziu a importância dos senhores e dos escravos, correspondendo a uma “classe média” detentora de um certo grau de autonomia frente ao senhor de engenho:

Agora era diferente. A máquina vinha diminuir a importância tanto do escravo como do senhor. Tanto do proprietário branco como do servo preto. Vinha valorizar principalmente o mestiço, o mulato, o meio-sangue; e também o branco pobre, sem outra riqueza ou nobreza que a da sua técnica, necessária ou essencial aos proprietários de terras ou de fábricas e à comunidade. A máquina vinha concorrer para fazer de uma meia-raça uma classe média. (FREYRE, 1968, p. 535).

A estrutura física dos banguês não era muito diferente dos engenhos trapiches, continuavam seguindo o tradicional modelo de edificação dos engenhos. No entanto, diferentemente dos trapiches, em seu interior ao invés de homens e/ou bois movimentando as moendas haviam máquinas.

No romance “Menino de Engenho”, Rego desenvolve a trama tendo como cenário o engenho Santa Rosa, um típico banguê pós-abolição que apresentava uma situação bem mais próspera que o Santa Fé, seu vizinho trapiche. Na descrição do neto do Coronel José

Paulino ao ter os primeiros contatos com o engenho do avô, deixa nítida a importância da máquina na nova organização do processo produtivo, como se pode observar a seguir:

Ficava a fábrica perto da casa grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostam tanto de máquinas. Minha atenção inteira foi para o maquinismo do engenho. Não reparei mais em nada. Voltei-me inteiro para a máquina, para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver a casa de caldeiras. (REGO, 2005, p. 42).

Após a abolição com a crise da mão de obra, ex-escravos passaram a desempenhar serviços antes restritos aos técnicos estrangeiros. Isto contribuiu para a contenção da mão de obra, uma vez que o serviço desempenhado não era no eito, nem tracionando as moendas, trabalhavam em funções importantes, não eram mais “parceiros” dos bois:

O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente. [...] Dois homens levavam caçambas com mel batido para as fôrmas estendidas em andaimes com furos. Ali mandava o purgador, um preto, com as mãos metidas na lama suja que cobria a boca das fôrmas. (REGO, 2005, p. 42).

Para o cultivo do eito, o Coronel José Paulino adotou o sistema de parceria. Cedia a terra para a construção da casa e o cultivo da cultura de subsistência e, em troca, o morador lhe pagava com o foro ou três dias de serviço semanais no eito. Através desta sistemática a figura do senhor de engenho permanecia soberana nos limites territoriais de sua propriedade, uma vez que o senhor continuava exercendo o poder coercitivo, podendo desabrigar qualquer família ao se sentir desagradado. Assim, mesmo pagando o imposto, os moradores continuavam subservientes ao Senhor de Engenho:

Mais adiante a família toda estava pegada na enxada: o homem, a mulher, os meninos. E vinha logo de chapéu na mão, pedir as suas ordens. Era um rendeiro que não tinha a obrigação nos três dias no eito. Pagava o foro e ficava livre da servidão da bagaceira. O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava. (REGO, 2005, p.67).  
Em tempos de emergência, o eito se avolumava com os foreiros e os lavradores. Desciam para um adjutório ao senhor de engenho. Para mais de duzentas enxadas se espalhavam pelos canaviais. Os foreiros e os lavradores, os pequenos burgueses do engenho, desciam de suas ordens para o contato ombro a ombro com os párias. E não recebiam nada pelo dia que davam. Queriam assim fugir da indignidade do eito, trabalhando de graça. (REGO, 2005, p.116).

Mesmo com a ausência dos escravos, com a “dependência” do banguê em relação aos técnicos e com a relativa escassez de mão de obra, na obra “Menino de Engenho”, o senhor de engenho conserva grande parte das características que marcaram os líderes do patriarcado rural brasileiro desde os tempos da colônia.

O Coronel José Paulino, assim como o Capitão Tomás, pode ser descrito como um homem forte, de comando, que fiscalizava pessoalmente o andamento das atividades do seu engenho. Dentro de sua propriedade possuía toda a autonomia, acumulava funções de patrão, fiscal, juiz, carrasco e bem feitor. O engenho continuava a possuir uma rotina própria e totalmente direcionada pela vontade do senhor, como se pode observar no texto a seguir:

Depois do jantar o meu avô sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. [...] Lia os telegramas do Diário de Pernambuco ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um “Deus guarde a Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos.

-Não podiam ter um pau de roça, com os animais de outro destruindo. Os porcos andavam fossando os leirões de batatas e os filhos chupando caninhas verdes. Não tinham mais paciência, vinham se queixar porque não queriam fazer uma desgraça. (REGO, 2005, p.88).

O Coronel José Paulino soubera adequar o Santa Rosa às transformações de sua época. Inseriu o vapor e as demais maquinarias necessárias ao setor de fabricação para o funcionamento de um legítimo banguê, foi eficiente ao lidar com os impactos da abolição em sua propriedade. Adotou um sistema de concessões extramonetárias que imobilizava a mão de obra, mesmo para os ex-escravos que já não tinham mais condições de desempenhar as atividades produtivas no engenho, continuou a oferecer toda a estrutura disponível nos tempos da escravidão. Assim, o Santa Rosa se transformou em um espaço de avanços e permanências. Mesmo se adequando às novas exigências do mercado, a população do engenho conservou em seu cotidiano lugares de memória, espaços em que era possível dialogar com os tempos da edificação do engenho, períodos em que o poder do proprietário atingiu seu ápice. Era importante conservar a memória do auge do patriarcado no Santa Rosa, preservando construções e testemunhas, como a senzala e as negras velhas:

Restava ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma

alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a passividade de bons animais domésticos. (sic.) (REGO, 2005, pp. 83-84).

O senhor do Santa Rosa se orgulhava da propriedade. Afinal, construía e conservara um reino em estado de prosperidade. A abolição dos escravos não significou a perda dos súditos, pelo contrário, no engenho, encontravam-se moradores que o escolheram para morar e prestar seus serviços. O coronel poderia escolher quem iria habitar a sua terra. As plantações de cana e algodão rendiam o suficiente para a quitação dos débitos e o acúmulo de capital para a ampliação do engenho com a compra de novas propriedades. O Santa Rosa era um engenho em pleno desenvolvimento devido, principalmente, à grande habilidade de seu senhor:

Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava de caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros de Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas, de estrema a estrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com o lucro da cana e do algodão. Os grandes dias de sua vida, lhe davam as escrituras de compra, os bilhetes de sisa que pagava, os bens de raiz, que lhe caíam nas mãos. Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas seus párias não traziam a servidão como ultraje. (REGO, 2005, p. 104).

Sua situação era bem diferente da enfrentada pelo seu vizinho e amigo Lula de Holanda. A inabilidade deste último em se adequar as transformações impostas pela nova conjuntura internacional decretou a morte do Santa Fé. Um senhor de engenho de fogo morto, era o mesmo que proprietário de coisa nenhuma, pois não tinha mais cana, agregados, nem poder nenhum. Possuía as ruínas do que fora o engenho e as dívidas da conservação da mórbida propriedade. Para um senhor de engenho deste período, não atualizar a sua propriedade significava muito mais que prejuízos econômicos, comprometia a existência do engenho, do seu senhor e de sua dinastia:

Ao lado da prosperidade e da riqueza do meu avô, eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático velhinho que era o coronel Lula de Holanda, com seu Santa Fé caindo aos pedaços. Todo barbado, como aqueles velhos dos álbuns de retratos antigos, sempre que saía de casa era de cabriolé e de casimira preta. A sua vida parecia um mistério. Não plantava um pé de cana e não pedia um tostão emprestado a ninguém. -Coitado do Lula – diziam os senhores de engenho em suas conversas. – Atrasou-se. (REGO, 2005, p.105).

O atraso do senhor gerou a decadência da propriedade. O Santa Fé não estava originalmente fadado ao Fogo Morto, existiram inúmeras possibilidades para o desenvolvimento deste engenho. Todavia, o Coronel Lula enquanto administrador de propriedade rural estava fadado ao fracasso. O engenho correspondia a um apêndice do seu senhor, podia-se realizar uma leitura do perfil do senhor de engenho através da observação de sua propriedade. Mesmo com todas as condições favoráveis ao desenvolvimento da propriedade açucareira, um senhor inábil corresponde a uma condenação do engenho à decadência.

A propriedade e o proprietário se encontram intimamente ligados a ponto de conseguir ilustrar cada etapa da vida do senhor. O engenho, enquanto espaço habitado pelo senhor corresponde em sua essência à noção de casa, de espaço de vida. Segundo Bachelard, o espaço consegue imobilizar lembranças, portanto, o contato com locais vividos fazem-nos pensar em fatos ocorridos e intimamente vinculados àquele local:

Não podemos reviver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas. (BACHELARD, 2008, p. 29).

Assim, enquanto ambiente de amplificação da casa, espaço de intimidade, proteção, sonhos e uma vida, o engenho Santa Rosa é o espaço de imobilização da vida do Coronel José Paulino. Em se tratando de uma existência desenvolvida nos limites do engenho, podemos considerar que este possua o mesmo gráfico vital do seu senhor.

Em “Menino de Engenho”, o neto do Coronel descreve um senhor de engenho forte, habilidoso, poderoso, comandando um engenho em plena expansão. Em “Banguê”, dez anos após da temporalidade trabalhada na obra anterior, retornando dos estudos no Recife, o bacharel em direito, Carlos<sup>6</sup>, retrata um Santa Rosa diferente, sem o mesmo ânimo dos dias de outrora, um engenho mais silencioso e um velho senhor de 86 anos, esgotando o seu período a frente do seu feudo:

Precisava olhar o Santa Rosa, entrar na intimidade do meu velho mundo. Ouvia o velho José Paulino tossindo. Já andava mais curvo, o seu grito de

---

<sup>6</sup> No romance “Menino de Engenho”, a narrativa é fruto da observação de um menino, neto do coronel José Paulino que ao ficar órfão de mãe passou a ser criado pelo avô materno. Em “Banguê”, a trama se desenrola dez anos após a ida do menino para o engenho. O antigo menino de engenho retorna um homem com vinte e quatro anos, com os estudos terminados e a incumbência de suceder o avô no comando do Santa Rosa.

mando não ia tão longe. E havia silêncio na casa-grande. [...] A casa era mais vazia e tudo nela se amesquinhou para mim. (REGO, 2002, p. 32).  
 Na mesa não tinha mais aquela alegria de outrora. Falava da seca, do algodão em baixa, de tudo que não me interessava de perto.  
 E ele era tudo para mim. Amava-o imensamente, sem ele saber. Via a sua caminhada para a morte, sentindo que todo o Santa Rosa desaparecia com ele. (REGO, 2002, p. 35).

Durante a década em que esteve ausente do Santa Rosa, Carlos idealizou e propagou entre o grupo em que estava inserido imagens distorcidas do engenho e de sua gente. Em sua formulação imaginária o Santa Rosa era palco de tradicionais práticas aristocráticas, em seu cotidiano. Ao retornar, as formulações são desfeitas rapidamente a cada dia. O engenho esbanjava a simplicidade dos habitantes, mesmo o coronel em seu período de sobrevida não era dado a práticas luxuosas. Para o senhorzinho, ficava a preocupação de como explicar a seus pares de faculdade a verdadeira face do Santa Rosa?

Onde estava o solar dos Melos, os marquesões, as baixelas de prata em que comiam os Melos, a vida larga e farta dos senhores de engenho? Fingira junto dos camaradas hábitos e riquezas de fantasia, um avô majestoso mandando com dignidade de senhor. E o que encontraria? Um velho bom, gritando para as negras por causa de insignificâncias, de chambre de chitão, pelo meio da casa. (REGO, 2002, p. 62).

O contato com os novos valores presentes no contexto das cidades pode explicar as formulações da personagem. Os filhos e netos dos senhores de terras brasileiros, ao deixarem a rotina da casa-grande para se dirigirem aos sobrados nas cidades passavam a vivenciar valores extremamente diferentes. O comportamento rústico presente no mundo rural deveria ser substituído pelas sofisticadas normas de etiqueta burguesas, pelos padrões de moda europeizados e por atividades culturais. Em outras palavras, os herdeiros do patriarcado brasileiro, durante o período de sua formação secundária e/ou bacharelesca absorviam padrões culturais opostos aos adotados nas sociedades rurais, como se pode observar nas palavras de Freyre:

Os bacharéis e doutores que iam chegando de Coimbra, de Paris, da Alemanha, de Montpellier, de Edimburgo, mais tarde os que foram saindo de Olinda, de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro, a maior parte deles formados em Direito e Medicina, alguns em Filosofia ou Matemática e todos uns sofisticados, trazendo com o verdor brilhante dos vinte anos, as últimas idéias inglesas e as últimas modas francesas, vieram acentuar, nos pais e avós senhores de engenho, não só o desprestígio da idade patriarcal, por si só mística, como a sua inferioridade de matutões atrasados. (FREYRE, 1968, p. 575).

Assim, os tradicionais patriarcas, representados pela figura do Coronel José Paulino, ao estruturarem o processo de formação acadêmica dos filhos, representados por Carlos de Melo, por uma questão de *status* social para a família patriarcal da segunda metade do século XIX, acabaram criando um elemento antagônico à perpetuação de suas dinastias de senhores de engenho. Sodré, em consonância com Freyre, afirma que os bacharéis seduzidos pela vida urbana tomavam aversão à terra, fator que inviabilizava a continuidade da tradição senhorial.

Carlos de Melo se encontra inserido neste contexto. Após dez anos divorciado da vida no Santa Rosa, que na época da infância correspondia a um universo autônomo, retorna com outra visão de mundo, tentando uma reconciliação. O Santa Rosa diminuía, os valores rurais não eram mais os seus, sentia a obrigação moral de dar continuidade à obra do velho patriarca, mas sabia que não possuía os requisitos necessários para ser um senhor de engenho:

Uma ocasião montei a cavalo e fui ver os cabras no eito. Seria um senhor de engenho. [...] Cheguei no partido Paciência. [...] Os homens sem camisa entregavam o lombo à canícula e o feitor aproximou-se, no hábito de receber ordens ou levar gritos. Não lhe perguntei nada. Senti uma espécie de vergonha de estar ali fingindo de senhor. Demorei-me um bocado, mas o meu olho de chefe não alcançava o que devia alcançar. Na volta disse ao meu avô que estivera no eito.

-Quantos homens tinham lá?

Não havia contado. Riu-se para mim. E como se me desse uma resposta fulminante:

-O moleque já trouxe os jornais do correio. (REGO, 2002, p. 42).

Com a morte do Coronel José Paulino, Carlos ganhou a disputa com o tio Juca pela posse do engenho. Agora seria ele, o novo senhor do Santa Rosa, perpetuador da obra do grande José Paulino. Entretanto, há de se considerar que a modernização é um processo contínuo, as novas tecnologias surgiam a cada ano, a competitividade aumentava incessantemente no mercado externo, na própria região entre os próprios banguês e as temidas usinas.

Passaram-se três anos e o Santa Rosa não se atualizara, o senhor do engenho foi inábil em efetuar a manutenção da já ultrapassada maquinaria, o preço do açúcar despencava na mesma proporção que a produção do Santa Rosa. O engenho se modificara, já não era o mesmo Santa Rosa do Coronel José Paulino:

Há três anos que o Santa Rosa safrejava com o seu novo dono. E estava quase de fogo morto. O que fizera para isto? Não sabia explicar o meu

fracasso. Botava para cima do feitor, o feitor Nicolau. Culpava o preço do açúcar, o alambique furado e os tubos velhos. Um engenho daquele com safra de quinhentos pães! E as canas no mato, e uma carta da Casa Vergara falando na conta que estava crescendo. (REGO, 2002, p. 178).

A situação era difícil, mas ainda contava com a renda do foro pago pelos rendeiros. Quanto a isto, não apresentava grandes problemas, o Santa Rosa ainda conservava os atrativos dos bons tempos. Mesmo pagando pouco pelos serviços prestados, o roçado, a lenha, o leite, concessões extramonetárias que ainda imobilizavam um número significativo de rendeiros. Nem as melhores propostas salariais das usinas próximas conseguiam atrair a mão de obra do Santa Rosa. Além disto, na condição de lavrador poderia existir uma mobilidade social. A personagem José Marreira representa este grupo de rendeiros que não raramente, através das concessões do senhor de engenho conseguiram acumular capital, chegando, em alguns casos, a se igualar aos senhores de engenho em sua condição financeira:

A condição de lavrador trazia ótimas vantagens à fazenda. Plantavam tudo à custa deles, não nos pediam um tostão adiantado e na moagem davam a metade do que produziam ao senhor de engenho. A terra era minha e a maquina. Despendia somente com o braço para o fabrico. E dos trezentos pães que fazia o meu lavrador, cento e cinquenta ficava de imposto. Mesmo assim, Zé Marreira enricara. Possuía cercados, carros de bois para os seus serviços, dispunha de moradores. Era quase uma nação dentro dos meus domínios. (REGO, 2002, p. 183).

Apesar de favorecer o senhor de engenho com o pagamento do imposto, a condição de lavrador não era tão desvantajosa assim. Levando-se em consideração que, principalmente a partir da década de 1870, grande parte dos custos era proveniente da aquisição e manutenção constante da maquinaria, fator que endividava progressivamente os senhores, os lavradores não se comprometiam com esta despesa. Assim, mesmo pagando o imposto, em alguns casos, lavradores chegaram a possuir uma lucratividade maior que os próprios senhores da terra. Caso do Zé Marreira e de outros tantos, como se pode observar a partir do pronunciamento do Presidente da Província de Sergipe:

O pequeno lavrador que planta de parceria, esse vae se erguendo como sobre os escombros da grande lavoura. A medida que esta se confrange, elle se expande, já occupando saliente posição, na competência de producção. Não será de surprehender que, em poucos annos uma transformação radical venha equiparal-os, uns e outros, na carteira comercial da venda de productos. (MENESES, 1904, 280).

Zé Marreira crescera tanto no interior do Santa Rosa que na vida cotidiana assumia o comando de grande parte do engenho. O Santa Rosa dependia de sua produção, o fogo do engenho abrandava a cada dia, brevemente morreria, sem o seu trabalho. O Carlos de Melo já se incomodava com a inversão de papéis no interior de sua propriedade, desejava ver Zé Marreira fora de seus domínios. Mas, para isto, teria de indenizar as benfeitorias que o “senhor ilegítimo” produzira em sua propriedade.

Setenta contos de réis era o valor a ser pago para Carlos se ver livre da presença incômoda do lavrador. Entretanto, as sucessivas más safras, a baixa cotação do açúcar no mercado, os gastos com a manutenção da já ultrapassada maquinaria do engenho, o acúmulo de prestações de empréstimos em aberto, não permitiam ao decadente senhor viabilizar a aquisição da quantia solicitada. O lavrador exigia a indenização, os benefícios eram consideráveis, Carlos não poderia deixar de pagá-la:

-Mas, meu compadre douto Carro, paguei bem. Trabalhei as terras pagando foro maior do que todo mundo. Botei muitas rodas de arame nos cercados caídos.[...] O cercado do Crumataú estava arrombado de lado a lado. Consertei tudo. [...] Fiz uma casa de primeira, um chalé de luxo. E o compadre se negou a comprar. Pagasse pelo menos o custo da obra. Não estou explorando ninguém. [...] O Pilar inteiro ficou do meu lado. O douto juiz, o seu vigário, o major João José. Agora não posso é perder. Perder, não. Não roubei, não tomei de ninguém. O que é meu é meu. Lá isto é. Homem nenhum me toma os direitos. (REGO, 2002, p. 224).

Para resolver a questão Zé Marreira encontrara uma saída estratégica e bastante proveitosa do conflito. Vendera sua parte no Santa Rosa à usina São Felix e com os recursos recebidos comprara o engenho Santa Fé de Dona Amélia, após o falecimento do Coronel Lula de Holanda. Zé Marreira crescera, transformara-se em Senhor de engenho, sem precisar recorrer a morosidade judicial. Senhor Carlos que resolvesse o impasse com a São Felix.

O Santa Rosa estava em risco. As usinas costumavam “devorar” os engenhos, transformavam tudo em plantação de cana. Era uma outra estrutura que se solidificava no cenário açucareiro, bem diferente do espaço comandado pelos senhores de engenho. José Paulino nunca aceitou as inúmeras ofertas de compra do Santa Rosa, desejava morrer senhor de engenho. Transformara sua propriedade em um obstáculo à expansão da usina. Agora, Zé Marreira colocara a São Felix dentro do Santa Rosa:

A usina estava dentro do Santa Rosa. Outros engenhos já tinham caído: Santo Antonio, Boa Sorte, Bugari. As linhas de ferro da usina passavam pelas bagaceiras. Nas casas-grandes moravam trabalhadores, e os maquinismos arrancados para vender. As tachas do Ponte Nova serviam de

bebedouro para o gado. A usina comia, um por um, os engenhos. O meu avô resistiu. Vieram-lhe propostas, dariam mundos e fundos para passarem os trilhos pelo Santa Rosa. Ele estava velho e queria morrer descansado. E esbarrou no Santa Rosa a corrida do gigante. (REGO, 2002, p. 225).

Era uma questão de tempo, o Santa Rosa estava condenado. Um senhor de engenho incapaz de manter seu engenho com uma produtividade regular, que chegou a depender de um reideiro, certamente não conseguiria pagar os altos valores devidos à usina. A usina não tinha coração, inevitavelmente executaria a dívida. Carlos tinha consciência da impossibilidade do salvamento do Santa Rosa. O açúcar em baixa, incêndio em seus partidos de cana, dois anos de atraso no pagamento das parcelas devidas à São Felix, era o suficiente para que a sociedade anônima, proprietária da usina, decidisse pela execução da dívida.

Carlos nada podia fazer para evitar o final do Santa Rosa, do espaço em que seu avô reinou por tantos anos, da terra que sabia desde a meninice que seria sua e que sentia a obrigação moral de repassar para seus herdeiros. Mesmo se sentindo incompetente em desempenhar a função de senhor de engenho, Carlos tentava a todo o custo se reconciliar com o Santa Rosa, era o que possuía.

Agora tudo se transformaria. A casa-grande que fora de seu avô viraria depósito, as negras e os reideiros seriam expulsos, alguns passariam a habitar a vila operária que seria construída, pois na usina tudo era diferente, ela funcionava 24 horas.

Durante o processo de execução da dívida, Carlos foi surpreendido pela proposta de compra do engenho por seu tio Juca e demais familiares. A família formara uma associação para fundar uma usina. Era preciso modernizar, a estrutura banguê estava condenada. Mesmo sabendo que o Santa Rosa nesta oferta não iria subsistir, Carlos aceitou. Afinal, seu tio pagaria o débito com a São Felix, ainda lhe sobrariam trezentos contos e as terras que foram do seu avô continuariam nas mãos de sua gente, não jogaria nas mãos de desconhecidos o espaço que testemunhou o desenvolvimento do reinado do Velho José Paulino:

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras de oito acordariam com o apito grosso da usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para usina. E os moleques o que era a fome. Eu sairia de bolso cheio, mas eles ficavam. (REGO, 2002, p. 284).

**ESPACIALIDADE III – A USINA BOM JESUS E O IMPACTO DO  
PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO**

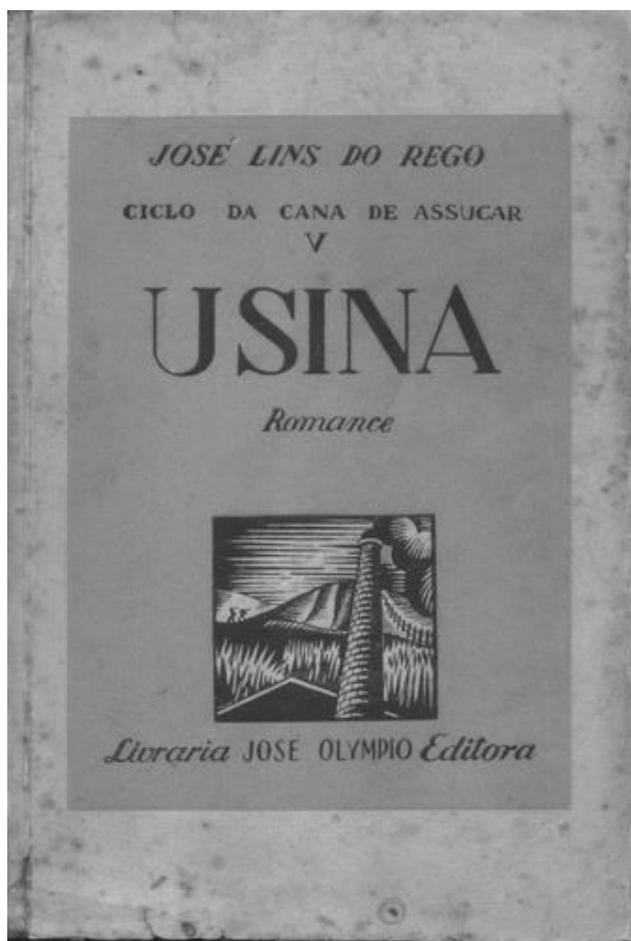


Imagem 9 – Capa do romance Usina.

As coisas não são muitas  
 que vou encontrando neste caminho.  
 Tudo planta de cana  
 nos dois lados do caminho;  
 e mais plantas de cana  
 nos dois lados dos caminhos  
 por onde os rios descem  
 que vou encontrando neste caminho;  
 e outras plantas de cana  
 há nas ribanceiras dos outros rios  
 que estes encontraram  
 antes de se encontrarem comigo.  
 Tudo planta de cana  
 e assim até o infinito;  
 tudo planta de cana  
 para uma só boca de usina.  
 (MELO NETO, 2000, p. 24).

Apesar da inserção do Nordeste açucareiro no processo embrionário de modernização da maquinaria de seus engenhos, a economia nordestina não conseguiu superar o estado crônico de crise em que estava inserida. Em fins do século XIX, a posição do açúcar brasileiro no mercado europeu apresentava uma fragilidade sem precedentes. No início do século XX, o açúcar da beterraba já ocupava 50% do mercado de açúcar universal<sup>7</sup>. Até mesmo a Inglaterra, principal parceira comercial do Brasil no ramo do açúcar, substituiu o produto latino americano pelo similar europeu.

Para substituir o mercado inglês, os produtores brasileiros reverteram sua atenção para os Estados Unidos, região ainda não conquistada pelo produto da beterraba. Por volta de 1890, os Estados Unidos já estavam consolidados como principal mercado de exportação do açúcar brasileiro. Ainda assim, não se pode atribuir à situação do produto brasileiro no mercado americano um caráter estável, uma vez que o açúcar produzido nas Antilhas era uma ameaça potencial à perpetuação da posição brasileira no quadro de importações de açúcar nos Estados Unidos.

Com a anexação de Porto Rico e Havaí, pelos Estados Unidos, e a assinatura do tratado de reciprocidade com Cuba (1903), em consequência da intervenção americana na guerra pela independência cubana, os Estados Unidos passou a contar com colônias açucareiras. As “preferências coloniais” aliadas à proximidade das regiões produtoras de

---

<sup>7</sup> Em 1840 os produtores de cana detinham 90% do mercado mundial, já em 1905 dominavam apenas 50%, uma vez que a outra parcela era destinada exclusivamente ao açúcar da beterraba. Ver: EISENBERG, 1977, p. 46.

açúcar do mercado consumidor norte-americano inviabilizaram a permanência de produtores estrangeiros, como o Brasil, no quadro de importações americanas.

Com os tradicionais mercados consumidores autossuficientes, aos produtores do Nordeste brasileiro restava encontrar caminhos alternativos que conseguissem viabilizar as suas permanências na secular atividade econômica, como se pode observar no texto a seguir:

Com os maiores países da Europa, a Inglaterra e os Estados Unidos, ou auto-suficientes ou importando de colônias, o Brasil poderia ter salvo os mercados importadores da América Latina, caso o custo dos transportes fosse favorável. Mas as nações mais populosas, México e Argentina, assim como o Peru, já tinham desenvolvido suas próprias indústrias, no começo do século XX. Assim o Brasil não conseguiu encontrar mercados que substituíssem a Inglaterra e os Estados Unidos. (EISENBERG, 1977, p. 50).

A única alternativa viável para os produtores brasileiros, expropriados de seus antigos mercados consumidores internacionais, foi assegurar a supremacia do produto nordestino no mercado interno, principalmente, na região centro-sul do país. Segundo Eisenberg, para que os produtores nacionais pudessem assegurar a sua competitividade no mercado brasileiro, foi preciso a adoção de medidas protecionistas como o aumento da taxa sobre o açúcar estrangeiro refinado e cristalizado.

Os consumidores brasileiros, assim como os europeus, exigiam um açúcar branco, fator que juntamente com a elevação das taxas ao produto externo, estimulou a comercialização do produto refinado, bem como a ampliação e melhoria técnica do quadro de refinarias no território nacional, como podemos observar a seguir:

Assim, no período de 1844 – 57, os açúcares refinados de importação pagavam 60% de *ad valorem*; de 1874 a 1881 tais açúcares pagavam entre 30 e 40 por cento. Estes impostos encorajaram os agricultores a comercializar seu açúcar branco, sofrivelmente refinado no mercado interno. (EISENBERG, 1977, pp. 50 – 51).

Para Perruci (1978), os mercados do sul do país eram os principais focos de escoamento da produção nordestina. Embora, a região centro-sul do Brasil apresentasse unidades produtivas de açúcar, a atividade açucareira não foi expandida em razão da preferência dos senhores de terras locais pela cultura do café, por sua vez, bem mais rentável que a atividade açucareira.

Assim, livres da concorrência externa e sem rivais internos capazes de ocupar significativa parcela do mercado açucareiro do centro-sul, os produtores nordestinos

conseguiram se firmar internamente. Todavia, esta mudança determinou significativas adaptações do setor produtivo às exigências específicas do mercado brasileiro. Enquanto os importadores ingleses valorizavam o açúcar bruto, que frequentemente era beneficiado pelas refinarias inglesas, prática que desestimulava a consolidação de refinarias de açúcar em território nacional, os consumidores brasileiros preferiam o produto beneficiado.

Para se adequarem a esta nova conjuntura foi preciso investir em técnicas de beneficiamento do açúcar através, inicialmente, da implantação dos engenhos centrais e, posteriormente, das usinas de açúcar.

A instalação de tais unidades produtivas apresentou um grande impacto no cotidiano da produção das regiões açucareiras. Basta lembrar que a transição dos engenhos trapiches para os engenhos banguês, apesar de inserir as tradicionais unidades produtivas no processo de modernização, não foi acompanhada de nenhuma mudança brusca nas formas de organização do engenho. O engenho continuava alicerçado nos valores típicos do patriarcalismo rural nordestino. Claro que se localiza nesta transformação de unidades de produção o embrião da desestruturação dos engenhos, mas tal processo transcorreu de forma “silenciosa”, uma vez que a modernização se restringia à maquinaria do engenho. No setor de plantação houve uma permanência das técnicas rudimentares de cultivo, como afirma Perruci:

De fato, no Nordeste, o progresso tecnológico somente foi aplicado ao nível da indústria do açúcar e não da cultura da cana – da qual, evidentemente, a fabricação depende – porque as estruturas senhoriais da economia agrária da região não permitiram. (PERRUCCI, 1978, p. 113).

Neste contexto a efetivação das transformações nas estruturas de organização das unidades produtivas acompanhadas da resistência do poder patriarcal rural caracteriza o processo de fundação dos engenhos centrais no Nordeste açucareiro.

Os engenhos centrais eram unidades produtivas que apresentaram um excelente desempenho nas regiões açucareiras das Antilhas e que a partir da observação de seus resultados, foram implantadas no Nordeste. O engenho central modificava a organização da produção, uma vez que apresentava uma separação significativa entre as áreas de plantação da cana e o setor de beneficiamento do produto. O objetivo da divisão dos setores era fornecer aos proprietários condições para a melhoria do processo produtivo em sua totalidade.

Com a instalação de um engenho central em uma determinada região, os engenhos banguês e trapiches da localidade deveriam enviar sua produção de cana para o beneficiamento no engenho central. Assim, os proprietários das unidades obsoletas poderiam

voltar sua atenção para a melhoria das técnicas agrícolas de cultivo da cana, eliminando os vultosos investimentos com as maquinarias de beneficiamento dos engenhos, pois sua produção seria revertida para os modernos engenhos centrais e os proprietários dos engenhos centrais investiriam constantemente na modernização de sua fábrica sem os tradicionais desgastes com o cultivo da cana.

Esse novo sistema propunha uma racionalização<sup>8</sup> do processo produtivo e na prática beneficiava os proprietários rurais, tendo em vista que estes conservariam suas terras e apresentariam gastos muito menores com a extinção do processo de moagem em suas propriedades. Em contrapartida, este sistema modificava drasticamente a organização das tradicionais unidades produtivas, uma vez que ao retirar o setor de fabricação dos engenhos transformavam-no em unidades de fogo morto e seus proprietários passavam a exercer a função tradicionalmente desempenhada pelos lavradores: “plantadores de cana”.

Essa separação entre os dois setores acabava com o caráter autônomo dos engenhos e com o *status* de Senhores de Engenhos, que se viam reduzidos à condição semelhante dos agregados de seus próprios engenhos. Com isso, as tentativas de consolidação dos engenhos centrais no Nordeste raramente prosperaram em função, principalmente, da rejeição dos senhores de engenhos que frequentemente se consideravam socialmente reduzidos a uma categoria inferior, como podemos observar a seguir:

Ora, como a produção industrial depende do fornecimento de cana e como este fornecimento pelas plantações é sempre incerto, os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionar, condenados à falência. Com efeito, a resistência dos antigos senhores de engenho aparece desde a instalação dos primeiros engenhos centrais; ela atinge o novo sistema em seu ponto frágil, ameaçando o abastecimento das fábricas em matéria-prima. As canas não são entregues em quantidade suficiente nem a uma cadência conveniente, e a experiência dos engenhos centrais durará apenas uma quinzena de anos. (PERRUCCI, 1978, p. 115).

Após o fracasso dos engenhos centrais, as iniciativas destinadas a uma maior racionalização do processo produtivo do açúcar nordestino continuaram. A rejeição da aristocracia rural à separação entre os setores agrícola e industrial, foi objeto de reflexão que culminou com o surgimento de uma complexa estrutura de produção: a usina.

---

<sup>8</sup> Para Weber, o processo de racionalização é caracterizado por uma produção que envolva menor custo e maior circulação e, ao mesmo tempo, apresente uma adequação da qualidade do produto às necessidades do cliente. Ver: WEBER, 2005, p. 60. Tal racionalização foi atingida, principalmente, a partir da diminuição das limitações “fisiológicas” do homem, propiciada pela introdução de inovações técnico-científicas no processo produtivo. Ver: WEBER, 2005, p.67.

O engenho central enquanto etapa de transição entre o engenho banguê e a usina revela um conflito entre valores tradicionais em fase de desestruturação e o fortalecimento do “espírito capitalista”. Ao rejeitarem a tentativa de racionalização proposta pela nova unidade produtiva, os senhores de engenhos buscavam conservar as estruturas tradicionais de produção e organização social, das quais eles se encontravam no comando. No entanto, o fracasso dos engenhos centrais não significou a supremacia do tradicionalismo sobre as novas estruturas capitalistas. As usinas foram os instrumentos criados para garantir a consolidação das estruturas econômico e sociais capitalistas na sociedade açucareira nordestina, ação que necessariamente ocorreu com a eliminação do tradicionalismo, conforme Weber (2005):

O adversário com o qual teve de lutar o ‘espírito’ do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ‘ética’] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de *tradicionalismo*. (sic.).(WEBER, 2005, p. 51).

A usina de açúcar, assim como os engenhos banguês, concentra a produção de cana e a fábrica em uma única propriedade. Todavia, o objetivo da junção desses dois setores era garantir, para o setor industrial, uma estabilidade no que se refere ao abastecimento da matéria-prima. Com isso, as usinas apresentavam a autonomia de produção típica dos engenhos tradicionais. Em contrapartida, seu ritmo de produção permitia que, além da cana produzida nas suas terras, a usina recebesse um grande volume do produto de engenhos fornecedores.

A usina não representa um ressurgir sob uma nova modelagem da sistemática presente nos obsoletos engenhos banguês. Ela pode ser considerada uma nova etapa do processo de modernização que sintetiza os sistemas desenvolvidos nos engenhos banguês e nos engenhos centrais.

Assim, pode-se observar que dentre as estruturas de produção açucareira, a usina, por desenvolver atividades de produção da cana, beneficiamento do açúcar e distribuição do produto final, é realmente autônoma, já que nela, dá-se o início e o término do processo produtivo. As usinas de açúcar constituem a inserção pioneira da indústria capitalista na área rural do Nordeste brasileiro, conforme texto a seguir:

Na realidade, porém, a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial. Neste sentido, a usina é a síntese

das duas etapas precedentes da revolução açucareira. (PERRUCCI, 1978, p 123).

Apesar de se apresentarem enquanto empresas de caráter privado, estas instituições contaram com um grande apoio do Estado para a consolidação do sistema. Para Eisenberg (1977), a regulamentação da atividade e os subsídios oferecidos pelo poder estatal aos usineiros foram fundamentais para o sucesso da indústria agrária canavieira. Um exemplo destes incentivos pode ser observado em Pernambuco através da publicação da lei de 15 de outubro de 1890. Esta lei possibilitava que fundadores de “pequenas usinas” adquirissem empréstimos de até 200 contos em títulos estatais a 7% e também regulamentava uma reserva de 15 quilômetros para cada usina.

Com isso, os engenhos banguês que se encontravam dentro da área de influência das usinas ficavam obrigados a vender sua produção à usina de sua zona, que frequentemente estabelecia baixos preços para a compra da cana. Este zoneamento imposto pelo poder público em benefício dos usineiros dificultou ainda mais a permanência dos senhores de engenho tradicionais na atividade, como se pode observar nas palavras de Perrucci:

As conseqüências dessa decisão foram evidentemente desastrosas para os antigos engenhos, já que eles ficaram obrigados, a partir de então, a somente vender suas canas à usina de sua própria zona estabelecendo-se quase um regime de monopólio usineiro. Assim, a usina pôde facilmente impor os seus preços aos fornecedores e eventualmente, comprar suas terras abaixo dos preços correntes. (PERRUCCI, 1978, p. 124).

A partir disso, as usinas se transformaram em “verdadeiras devoradoras dos engenhos”. Dentro de sua área de influência a tendência era a de que o controle sobre a relação de compra e venda da cana, exercido pelo usineiro, gerasse um endividamento progressivo dos proprietários tradicionais até a venda da propriedade para a usina da área. As usinas acumulavam partidos de cana e, diferentemente dos engenhos que além de suas plantações possuíam áreas para outras atividades, as usinas, com seu grande potencial de produção do açúcar, espalhavam partidos de cana por toda a propriedade:

- No tempo do Coronel José Paulino, do Santa Rosa, a gente negociava com os moradores. Comprei muito alqueire de fava por lá. Hoje é o que se vê. Fava e milho só quem está comprando é o barracão da usina. E como a coisa vai, eu só quero ver no tempo da seca. Usineiro só quer saber de cana. O cozinheiro dava razão aos usineiros. Com o preço do açúcar, não se podia perder um palmo de terra com feijão. O que dava dinheiro era a flor-de-cuba. (REGO, 1982, p. 37).

Para se conservarem em posição socialmente privilegiada, o clã, do qual o Coronel José Paulino fora por muitos anos patriarca, resolveu fundar sua própria usina, eliminando, assim, o fantasma da desapropriação por dívida. A primeira ação efetiva foi a compra do engenho Santa Rosa que se encontrava prestes a ser vendido à usina São Felix. O Dr. Juca, filho do Coronel José Paulino, já estava ideologicamente inserido no “caminhar das novas formas de produção”. Para ele, não bastava a satisfação de suas necessidades enquanto senhor de terra, era preciso que a propriedade desse lucros cada vez maiores, era fundamental acumular riquezas, ser rico. Assim convenceu a parentela que a conversão dos engenhos em uma usina era uma questão de subsistência. Além disso, também convinha a todos impedir que o Santa Rosa fosse invadido pela São Félix:

A família queria uma usina, alcançar o progresso, igualar-se com outras, que haviam subido de condição, com as turbinas e vácuos. O Dr. Juca, do Pau-d’Arco, enfeixara em suas mãos todos os poderes dessa transformação. Era ambicioso. Aquela energia tranqüila do pai, no filho era só ambição de mandar, de ser rico, de mostrar-se. A idéia de montar a usina fora sua. A decadência do bangüê onde o velho fizera uma fortuna espantosa, animava-o a tentar a grande aventura. [...] Açúcar só dava mesmo lucro compensador com as vantagens de uma usina. E a rápida riqueza da São Félix, invadindo a várzea como um bicho insaciável, devorando bangüês sem pena, fizera o Dr. Juca sonhar com a fábrica, com o prestígio e as importâncias de usineiros. Usineiro. Usineiro era um nome que enchia a boca. (REGO, 1982, p. 40).

Enquanto para os tradicionais senhores de engenho a acumulação de capital possuía uma função utilitária ligada ao gozo dos benefícios oferecidos pela unidade produtiva, Dr. Juca percebia a necessária vinculação entre capital e utilidade como uma postura quase irracional. Para ele, ser rico era necessário. Não bastava uma mera parceria de fornecimento de cana para uma usina, era preciso permanecer no patamar superior.

Weber (2005), ao explicar a estruturação da ética presente no homem capitalista, fala da inversão da forma com que as sociedades, alicerçadas em sólidas estruturas capitalistas, lidam com a acumulação do capital, quando comparadas a sociedades em processo embrionário de desenvolvimento do capitalismo:

O ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão da ordem, por assim dizer, ‘natural’ das coisas, totalmente sem sentido para sensibilidade ingênua, é tão manifestamente e sem reservas um *Leitmotiv* do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo. (WEBER, 2005, pp.46 - 47).

A condição de usineiro possibilitava o exercício do poder além dos limites das usinas. A usina dava aos seus proprietários vantagens que não se resumiam aos ganhos econômicos. Ela permitia o acesso a um poder muito maior que qualquer senhor de engenho já houvesse exercido. Os mais prósperos senhores de engenhos eram pequenos e quase insignificantes em sua influência regional, quando comparados aos donos de usinas. Dr. Juca desejava chegar a patamares que o velho José Paulino nunca poderia alcançar e a usina era o meio para isso. Refletia sobre a importância regional da São Félix e concluía que a unidade era mais valiosa que o próprio Estado, tudo se rendia à vontade do usineiro:

Em menos de oito anos o Dr. Luís, que chegara lá com dinheiro emprestado, era hoje o homem mais rico, o mais temido de todo o vale, alcançou maior soma de poder, mais força perante os pobres e perante os ricos. A São Félix valia como um Estado. O governo temia a sua importância. Os seus protegidos não conheciam delegados, as portas das cadeias não prevaleciam para as ordens do usineiro. Procurassem saber de jurados, de eleitores que não fossem crias da grande fábrica e encontrariam poucos. Os júris, as eleições, os padres, os juízes obedeciam às vontades do usineiro. (REGO, 1982, p. 41).

Marx (2001), ao tratar da influência do dinheiro no indivíduo e em seus laços sociais, afirma que este não corresponde apenas a um instrumento de trocas de produtos, mercadorias e serviços. O dinheiro é dotado de um caráter *disruptivo* que promove uma reordenação inversa das individualidades em que caracteres opostos são associados as suas qualidades. Frente ao poder exercido pelo dinheiro, ou pelos indivíduos e/ou instituições que o acumulam, os comportamentos individuais perdem a coerência entre a função proposta e o comportamento desempenhado. No caso da Usina São Félix, seu poder econômico foi convertido em poder coercitivo que conseguia moldar os comportamentos individuais, criando uma ética voltada para a concretização da vontade do usineiro. Sobre esta inversão, Marx coloca:

O dinheiro surge, por consequência, como um poder *disruptivo* em relação ao indivíduo e aos laços sociais, que pretendem ser entidades subsistentes. Muda a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em inteligência, a inteligência em estupidez. Como conceito de valor existente e ativo, uma vez que o dinheiro confunde e permuta todas as coisas, é a confusão e a transposição universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a transposição de todas as qualidades naturais e humanas. (MARX, 2001, p. 170).

O despotismo que a esteira da usina impunha era o objetivo maior do Dr. Juca. Para concretizá-lo não mediu esforços durante as articulações de convencimento da parentela. Assim nascia a usina Bom Jesus, resultado da luta entre a gananciosa Usina São Félix e a Família do velho José Paulino resistente à invasão e/ou à soberania de novos senhores, fundação motivada intrinsecamente pela ambição do Dr. Juca em alcançar a condição de usineiro, mesmo que de forma oculta. A ação se iniciava com a compra do Santa Rosa, sede da nova usina:

Os planos do Dr. Juca agradaram à parentela. Todos entrariam na sociedade. E fizeram a Usina Bom Jesus, com as ferragens adquiridas de uma outra, que se desfizera de ferro velho para aumentar de capacidade. O Dr. Juca achou o negócio ótimo. As caldeiras, o vácuo, as turbinas, a moenda tinham sido comprados por um preço muito baixo. Se fosse ferro novo seria uma fortuna.

Fizeram festa na botada. Os jornais da Paraíba deram notícias, falando no progresso que entrava para a várzea do Paraíba, no gênio empreendedor do Dr. Juca de Melo, na riqueza que seria para o Estado um empreendimento daquele gênero. (REGO, 1982, p. 41).

Além das modernas máquinas, era necessário também promover uma melhoria no ambiente, dar a Bom Jesus instalações dignas de uma usina, diferenciá-la ao máximo do engenho banguê. Era preciso racionalizar a produção, a utilização do espaço geográfico e as relações de trabalho.

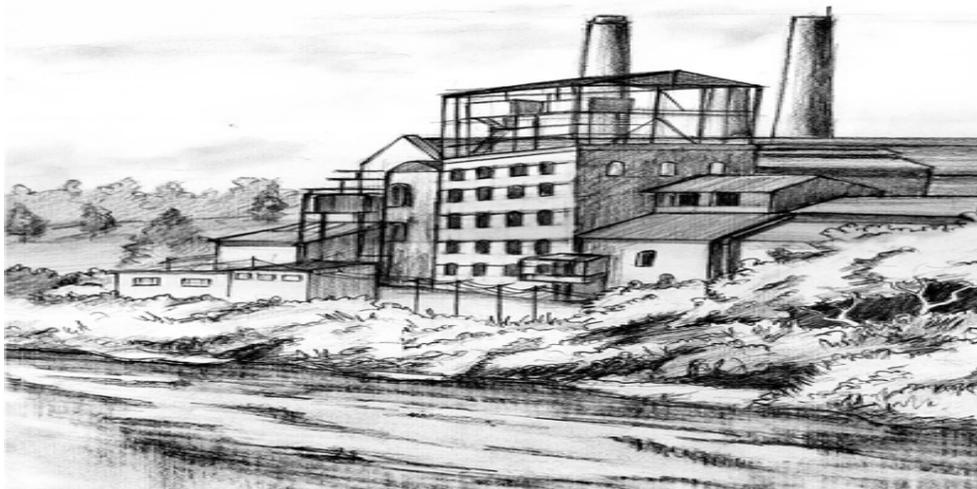


Imagem 10 – Usina de açúcar. Fonte: <http://nilson.araujo.zip.net/images/usina>.

O Dr. Juca, diretor e principal acionista da nova usina, teve que apagar as lembranças do antigo Santa Rosa do cotidiano da Bom Jesus. Este personagem apresenta um

novo estilo de proprietário rural, um homem que, em prol da racionalização de sua propriedade, entrou em conflito com os valores morais das sociedades tradicionais<sup>9</sup>:

A casa-grande da usina não podia continuar a ser uma casa-grande de engenho. O Dr. Juca cuidara de dar-lhe uma cara mais decente. Aquela banca do alpendre de pau bruto, aonde o velho José Paulino dava as suas audiências, fora substituída, desaparecera para um canto qualquer. Ali agora brilhava a palha branca de uma das cadeiras de vime. A rua, a antiga senzala dos negros, não podia ficar bem defronte de uma residência de usineiro. Botaram abaixo. E as negras tiveram que procurar abrigo mais para longe. Avelina, Luisa, Generosa, Joana Gorda que fossem arranjar os teréns lá para o alto.

D. Dondon, mulher do Dr. Juca, estranhou aquilo. Falou com o marido, que aquilo não se fazia, que as negras não podiam ser tratadas como cachorros. Eram do engenho, o velho criara aquela gente. E fazer o que faziam com elas era uma ruindade sem tamanho [...].

Agora a casa-grande da usina não tinha mais para lhe tomar a frente o arruado feio de taipa, com aquelas negras sentadas pelo chão, tirando as suas sestras. A casa-grande brilhava livre daquela feiúra. (REGO, 1982, p. 42).

A Bom Jesus cresceu, o açúcar dera dinheiro. Com o lucro conseguido nos dois primeiros anos de funcionamento os proprietários executaram a primeira reforma. Ao final do terceiro ano, o Dr. Juca já se considerava “o proprietário” da usina. Os lucros fantásticos conseguiram neutralizar qualquer oposição ao diretor. Aos poucos, os parentes co-proprietários eram reduzidos à categoria de fornecedores de cana. Dr. Juca exercia o poder absoluto na usina Bom Jesus.

No quarto ano de safra, a família do usineiro teve de se estabelecer em Recife. Os filhos estudavam em colégios caros da capital pernambucana. A casa-grande da usina servia para o veraneio. A família do usineiro precisava de uma moradia à altura da importância da usina Bom Jesus. O Dr. Juca fazia questão de erguer um palacete de duzentos contos no Recife.

Freyre (1968) observa que desde o Império já havia uma tendência à substituição das casas-grandes pelos sobrados. Este movimento em direção ao estabelecimento da elite rural nas cidades significava mais do que uma simples troca de residência. A fixação da família patriarcal nos sobrados, enquanto residência refletia o surgimento de uma nova aristocracia voltada muito mais para as relações comerciais, implantação de indústrias do que para a rotina do comando dos engenhos, como se pode observar a seguir:

---

<sup>9</sup> Segundo Weber os pioneiros na aplicação da racionalização exigida pelo “espírito” do capitalismo, enfrentaram indignação moral, ódio e desconfiança. Ver: WEBER, 2005, p. 61.

A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. [...] De uma nova casta: a de senhores de escravos e mesmo de terras, excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude. (FEYRE, 1968, p. 574).

O Dr. Juca era o “motor” do processo de racionalização da usina Bom Jesus. Além de acabar com a senzala, remover seus moradores e fixar a residência do usineiro em um palacete em Recife, era preciso acabar com os “vícios” cotidianos do engenho. Homens como ele estavam vinculados a uma nova ética baseada em visões e princípios burgueses, que não mais se adequavam ao tradicionalismo presente no cotidiano do engenho.

A racionalização do engenho deveria iniciar com o rompimento das relações travadas entre senhores e comunidade dos engenhos, com o distanciamento entre o usineiro e os operários, inclusive a partir da incorporação de comportamentos burgueses pela antiga família senhoria<sup>10</sup>. Segundo o Dr Juca, a usina tinha que ser diferente, senão o sistema não funcionaria. Para que a usina desse certo, era necessário deixar o coração de lado e por fim a uma série de concessões extramonetárias dos tempo do Santa Rosa:

Outra coisa que D. Dondon não se conformava era com as ordens que o marido dera para parar com o leite que forneciam aos moradores. Juca falava em acabar com as vacas leiteiras da usina. Só mesmo queria umas três ou quatro para serventia da casa. O gado todo ficava nos currais da caatinga. Os moradores, coitados, já estavam acostumados com o leite da casa-grande. Alguns mandavam, de manhã, os filhos com garrafas buscar um leitinho para os mais pequenos. O velho lhes dava, vinham dando há muitos anos e o Dr. Juca mandara acabar com aquilo. (REGO, 1982, p. 47).

Os partidos de cana teriam que ocupar toda área que fosse boa para o plantio. Com isso, não se concebiam as casas de moradores espalhadas pela várzea da Bom Jesus. Todas foram demolidas e em seus antigos espaços foram plantadas canas. E assim, a Bom Jesus se desenvolvia, espalhando cana por todos os lados e absorvendo cada vez mais a produção dos banguês de suas redondezas. A lucratividade da usina era um fato, nem os grandes gastos que

<sup>10</sup> Ver: *ibidem.*, pp. 61 – 62.

o Dr. Juca frequentemente fazia, ostentando a condição de usineiro, conseguiam despertar uma oposição significativa de seus sócios. O dinheiro da usina comprava tudo, inclusive a complacência dos associados frente aos gastos exagerados do diretor-gerente:

Na Paraíba a fama do Dr. Juca, da Bom Jesus, crescia cada dia que se passava. O seu automóvel atravessava o comércio, enchendo a rua de lado a lado. No café do Maia, os amigos do usineiro cercavam sua mesa. Ninguém pagava. As mulheres da vida falavam do Dr. Juca como um protetor generoso. Havia uma Josefa, da Rua da Areia, que tinha uma casa comprada por ele. Os parentes censuravam a vida do Juca, mas os lucros da Bom Jesus cobriam, tapavam as fraquezas do diretor-gerente. A Bom Jesus andava de vento em popa. Dera mais de 800 contos de lucro na última safra. Aquilo que o velho José Paulino levava 80 anos juntando, o seu filho ganhava numa safra, sem abrir os peitos de trabalho. (REGO, 1982, pp. 64-65).

Ricardo, moleque da bagaceira do Santa Rosa, que fora criado com Carlos de Melo no engenho do Coronel José Paulino, fugira, ainda menino, para o Recife. Após alguns anos de prisão em Fernando de Noronha, retornou a sua antiga morada: o Santa Rosa. Entretanto, o primeiro contato com a Bom Jesus foi de estranheza. Onde estavam a senzala, as negras e os moradores do engenho? A cozinha da casa-grande, antes frequentada por muitos, agora possuía uma grade. Será que estava no engenho correto? O Santa Rosa agora era só cana, as cajazeiras tinham sido cortadas, procurava o povo de sua infância e não encontrava. A usina mudara tudo, até mesmo a madrugada não era mais a mesma dos tempos do antigo engenho:

De madrugada ouviu o apito grosso da usina, os trens de cana passavam rangendo nos trilhos e o rumor da fábrica chegava aos seus ouvidos com nitidez. Ouvia-se bem a moenda, o chiado do vapor, o bater dos mancais, dos motores e a gritaria dos homens na esteira. De noite e de dia aquele barulho. De madrugada o apito da usina chamava as outras turmas para pegar no pesado. Levantou-se para olhar o Santa Rosa que há anos não via. Olhou para o lado da caatinga e o céu era o mesmo, os mesmos clarões de luz rompendo a aurora, somente a Várzea não tinha mais aqueles cajueiros grandes, cobertos de névoa, como grandes paióis de algodão. A Várzea agora era só cana que nem chegava a se ver o fim. Tinham botado abaixo os cajueiros. Eles tomavam terreno bom para a flor-de-cuba. Pela estrada iam chegando os trabalhadores, que vinham render as turmas da noite. [...] No tempo do bangüê, às 6 horas tiravam a última têmpera, os carros de bois paravam às 5, o motor se poupava para o outro dia. Usina tinha que ser de noite e de dia. (REGO, 1982, p. 77).

Como se pode notar a implantação da usina de açúcar no espaço geográfico ocupado anteriormente por engenhos não se restringiu à introdução de novas máquinas e à

alteração do sistema de produção. A usina Bom Jesus modificou uma série de relações cotidianas entre os indivíduos e a unidade produtiva. Grande parte dos foreiros foi expulsa das terras que ocupava, direcionada à recém implantada vila operária, passando assim, da categoria de trabalhador rural à de operário do açúcar.

Segundo Marx (1991), o emergir do capitalismo industrial promove um processo de reorganização estrutural da sociedade através da introdução de novos personagens, que, por sua vez apresentam novas visões e formas de relacionamento com o mundo. Tal processo determina o desaparecimento de categorias e práticas anteriores, inadequadas às exigências do capital. Assim, além das corporações formadas por mestres e oficiais que pereceram quando emergiram o capitalista e o operário (MARX, 1991, p. 102), os arrendatários também foram afetados na medida em que foram transformados em trabalhadores livres da terra, do senhor, dos instrumentos de produção, prontos para trocar sua força de trabalho por dinheiro. Evidentemente, o campo, pelo rígido tradicionalismo das relações e pela ausência inicial do envolvimento de toda a área rural na produção de valores de troca, foi o último em que a lógica capitalista triunfou. No entanto, mesmo tardiamente, a expansão do capital no ambiente rural determinou a expropriação da força de trabalho, como se pode observar a seguir:

O processo foi, pois, o da progressiva conversão do agregado e posseiro, legalmente, em força de trabalho da grande propriedade, ou sua simples expulsão. Os direitos que tinham eram morais e dependiam exclusivamente da vontade e da benevolência do proprietário. (MARTINS, 1993, p. 67).

Esta transformação foi altamente traumática para a população do antigo engenho, uma vez que a relação entre homem, trabalho e terra sofria a interferência de novos valores. Prestando serviço como operário de usina, o antigo homem do eito passou a ter seu trabalho vinculado ao relógio mecânico, respondendo a uma carga horária diária de no mínimo 12 horas de duração, em turnos invertidos semanalmente, situação não encontrada nos tempos do engenho em que a rotina de trabalho era determinada pelo ciclo solar. O trabalhador rural foi separado das condições objetivas de trabalho<sup>11</sup> sendo transformado em trabalhador livre. Tal categoria, caracterizada por ser “não proprietária” acabou contribuindo para a transformação do dinheiro em capital na medida em que realizaram a troca do trabalho vivo por dinheiro:

O dinheiro, em si, embora participe do processo histórico, fá-lo, apenas, na medida em que é, ele próprio, um agente extremamente poderoso de

---

<sup>11</sup> Tais condições incluem: terra, matérias primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro, ou todos estes juntos. Ver: MARX, 1991, p. 99.

dissolução que intervém no mesmo e, por isto, contribui para a criação de *trabalhadores livres, despojados*, sem objetivo; mas, certamente, não porque crie para eles as condições objetivas de sua existência mas, antes, por acelerar sua separação das mesmas, isto é, apressar sua perda da propriedade. (MARX, 1991, p. 103).

Com a brusca diminuição dos foros, tendo em vista que para este sistema foram revertidas somente as terras improdutivas das usinas, a parceria entre lavradores e senhores de terras e sua possível ascensão social foram inviabilizadas. Associado a isto, uma série de acordos, quitações de impostos e prestações de serviços que no engenho eram resolvidos por vias extramonetárias na usina, existia o salário pago mensalmente ao trabalhador.

A criação da usina determinou o surgimento de uma nova categoria de mão de obra, os operários do açúcar. Este novo tipo de trabalhador apresenta especificidades, uma vez que é dotado de um caráter híbrido, acumulando características de trabalhadores rurais e operários urbanos. Segundo Lopes (1978), o caráter rural das usinas favorece uma intensificação da dilapidação da força de trabalho dos operários e, ao mesmo tempo, contribui para uma imobilização de tal força.

Não se pode falar em condições homogêneas de trabalho na usina. Na Bom Jesus existiam várias categorias de trabalhadores. Até mesmo os operários apresentavam subdivisões, que revelavam condições específicas de trabalho. Além disto, a usina conservava, em seu quadro de funcionários, trabalhadores rurais temporários, operários em potencial, que, no período do corte da cana, desciam do sertão para prestar serviços ao usineiro:

Depois Ricardo viu um exército caminhando pela estrada. Para mais de 300 homens de enxada ao ombro. Era um eito da usina que se botava para o partido da Paciência. Chegou-se mais perto da estrada para ver se via algum conhecido dos outros tempos. E não reconheceu ninguém. Era gente de fora, novos braços que a usina chamava para os partidos.

Avelina também já estava de pé:

-Esse povo todo é sertanejo que desceu. Estão dando limpa nas canas do outro lado do rio. O povo antigo do engenho saiu quase tudo. O Dr. Juca só quer gente que dê 6 dias de serviço por semana. (REGO, 1982, p.77).

Segundo Lopes (1978), os trabalhadores rurais representavam o patamar mais baixo que um operário poderia chegar caso não conservasse seu emprego na usina. Este verdadeiro exército de trabalhadores expostos às péssimas condições de trabalho e vida, certamente dispostos a uma ascensão enquanto operários, contribuía para uma acomodação do operariado em relação às condições de trabalho oferecidas pelas usinas:

Cercado por trabalhadores rurais por todos os lados, com o conhecimento de sua condição, seja por ter trabalhado nos engenhos durante uma fase de sua vida, seja por relações de parentesco com muitos trabalhadores rurais, o operário vê neles não somente a instabilidade no trabalho que ele procura preservar a todo custo, como também o modelo de privação de todos os trabalhadores da área. É nos trabalhadores rurais dos engenhos que se realizam, segundo a visão dos operários, as piores conseqüências da situação de superpopulação sofridas pelo conjunto dos trabalhadores das usinas. E é levando em consideração tanto o desemprego interiorizado quanto a condição dos trabalhadores rurais que os operários podem consolar-se, ressaltando a estabilidade que têm no trabalho e, portanto, a remuneração regular que percebem por longas jornadas de trabalho: ‘Sempre o salário da gente é certo, é um pouquinho, mas é um pouquinho certo’ (esquenta-caldo). (LOPES, 1978, p. 161).

Na Bom Jesus, além dos sertanejos que prestavam serviços sazonais na colheita da cana, pois só se dirigiam à Várzea nos tempos de seca, existia também a população do antigo engenho que eram trabalhadores agrícolas fixos. Estes sofreram parcela significativa dos impactos da transição entre engenho e usina. Saíram dos sítios que deram lugar aos partidos de cana, passando a habitar às margens do rio Paraíba ou à caatinga. Conviviam com a poluição causada pelos dejetos da usina lançados no rio. E mesmo que conseguissem uma faixa de terra, ainda não aproveitada para o plantio da cana, não tinham o tempo suficiente para desenvolver a tradicional cultura de subsistência, pois todos os dias tinham que prestar serviços para a usina:

Não morava mais ninguém na Várzea. Até no cemitério velho, que diziam que fora dos caboclos, plantavam cana. E as caldas fedorentas da usina se despejavam no rio. Fedia de longe. Aquela porcária se embebia na areia e os urubus passavam o dia em cima. Ninguém podia tomar banho com o rio seco. O Poço das Pedras parecia uma gamboa, com os urubus em cima dos lajedos, como se estivessem atrás de carniça. O mundo tinha mudado no Santa Rosa. Ela só subira para a caatinga uma vez e não queria mais voltar por lá. Para quê? Para ouvir a gente que conhecia, se lastimando? Rogando Praga?

-Só queria que a senhora visse, Dona Dondon, a desgraça do povo. Ninguém pode plantar, não. Os homens têm que dar todos os dias para a usina. Quem não descer para o eito, não recebe os dias que deu. Ninguém pode adoecer. (REGO, 1982, p. 119).

Diferentemente dos trabalhadores do eito, os operários da usina Bom Jesus possuíam direito à moradia na vila da usina. Segundo Lopes (1978) este tipo de concessão é utilizada comumente pelas usinas de açúcar nordestinas com o objetivo principal de imobilização da força de trabalho. O caráter rural da usina acentuava no imaginário da classe

operária o temor do “fantasma” do desemprego que viria acompanhado pela expulsão do operário e sua família da vila: “Na rua da usina, a vida era como se fosse de uma rua da cidade. Os operários levavam vida de grande, em relação aos outros do campo. Bastava ver a casa em que moravam, com luz elétrica, latrina, chão de tijolo” (REGO, 1982, p. 122).

A moradia na vila da usina também promovia uma aproximação entre o ambiente de trabalho e o ambiente doméstico. Frequentemente os operários poderiam ser convocados nos horários de folga para resolver problemas “extraordinários” da fábrica. Assim, a usina exercia um controle sobre as horas de folga do operário, escolhendo semanalmente quais os indivíduos que teriam seu descanso sacrificado em virtude dos chamados rotineiros do setor de fabricação (SANTOS, 2004, p. 34). Ela desenvolvia, no meio rural, uma “ação civilizadora” que substituiu a espontaneidade do cotidiano do trabalho no engenho por uma série de normas implantadas com a instalação da indústria do açúcar. A usina através do rígido controle dos funcionários, da hierarquia interna dos trabalhadores, das punições e recompensas acabava por “fabricar ordem”, na medida em que agia para uma uniformidade da conduta dos trabalhadores, pois conforme nos sugere Bauman:

Todas essas invenções modernas, além disso, empreenderam a tarefa de estabelecer a ordem mais ou menos do mesmo modo: todas elas colocavam os pupilos sob a mira do diretor e supervisor, de quem se esperava que punisse as más ações e recompensasse as boas; todas elas expunham os pupilos a pressões e estímulos cuidadosamente escolhidos, ao mesmo tempo que tentavam com empenho neutralizar todas as outras influências, não-planejadas e desintegradoras. Todas elas, portanto, cuidavam da coerência e coesão das condições, na esperança de que a unidade das circunstâncias resultasse na uniformidade da conduta dos pupilos. (BAUMAN, 1998, p.163).

Juntamente com a moradia, o operário recebia o “benefício” da abertura da conta no único armazém da vila que comumente pertencia ao proprietário da usina. Monopolizando o fornecimento de alimentos à vila, os proprietários das usinas recebiam de volta grande parte dos valores pagos aos funcionários. Santos (2004), ao analisar as condições de trabalho e vida dos operários da Usina Central Riachuelo, identificou a presença do armazém enquanto estratégia de imobilização da mão de obra pela usina, uma vez que os salários recebidos pelos operários não eram suficientes para suprir suas despesas mensais. Portanto, além do retorno monetário para o usineiro dos gastos com a mão de obra, o controle do fornecimento de alimentos à população da vila ocasionava um endividamento do operário para com o seu patrão. Esta situação foi registrada através das observações de Ricardo sobre o cotidiano no seu serviço na usina Bom Jesus, balconista do armazém:

À tarde os trabalhos do barracão se intensificavam. Hora de conta com os trabalhadores, de despacho, centenas de homens levando comida para a casa, fazendo as suas contas. Dinheiro não corria na usina. A moeda corrente era uns vales de metal. Os trabalhadores davam os seus dias de serviço e quando conseguiam saldo ficavam com a sua moeda correspondendo ao valor. Trabalhavam pelo quilo de ceará, pelo litro de farinha ou de feijão e quando o trabalho valia mais que a precisão de comer levavam para a casa o vale de tanto, a moeda que só tinha valor no barracão da usina. Ali eles teriam que comprar, ali eles teriam que deixar o metal que o seu suor, as suas 12 horas de sol ganhavam para eles. (REGO, 1982, p. 81).

A disponibilidade de um grande número de operários potenciais contribuía para o aumento da lucratividade da Bom Jesus, uma vez que a oferta abundante de mão de obra resulta na diminuição dos custos de produção através do pagamento de baixos salários e extensão da jornada de trabalho. Segundo Marx (2001), os salários pagos nestas condições são os mais baixos e correspondem, ao estritamente necessário para assegurar a existência da família operária, a fim de que a categoria dos trabalhadores não seja extinta:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas. Se a oferta excede a procura, um dos elementos que compõe o preço – lucro, renda da terra, salários – será pago abaixo do seu valor; uma parte da procura destes fatores será retirada do uso e o preço corrente seguirá para o preço natural. Mas onde existe uma extensa divisão do trabalho é extremamente difícil para o trabalhador orientar o seu trabalho para outras aplicações, e por causa de sua subordinação ao capitalista, é o primeiro a sofrer dificuldades. (MARX, 2001, p. 66).

A extrema subordinação dos trabalhadores à usina Bom Jesus propiciava uma regência tranquila da unidade produtiva para o Dr. Juca. A usina apresentava anualmente lucros em escala progressiva, nem mesmo desembolsava a moeda corrente para o pagamento dos míseros salários à mão de obra, pois na vila da Bom Jesus, existia uma moeda própria. Sem locais alternativos para compras, pois os vales só eram aceitos no barracão da vila, os operários acabavam devolvendo a totalidade dos vales emitidos pela usina às mãos do usineiro que monopolizava o comércio no território da Bom Jesus.

Os insatisfeitos com o sistema implantado na Bom Jesus poderiam partir, desde que tivessem quitado seus débitos, buscar outra usina ou um engenho e esperar que a usina mais próxima o comprasse. Para aqueles trabalhadores que ficaram, restava lastimar e lembrar a diferença do tempo do Santa Rosa:

Sempre que vinha ao barracão, o velho Teodoro se abria. Criara-se no Santa Rosa. Os filhos dele já eram homens feitos, todos puxavam a enxada do velho José Paulino. Ele tivera o seu sítio na Várzea, aonde fazia o seu roçado, plantava a sua fava, o seu algodão. Veio aquela desgraça e levou tudo. Teve que se mudar para a caatinga, levar os cacos dele para uma terra que nem água tinha para se beber. Agora era o que se via. Os filhos não tinham mais direitos de tirar uns diazinhos para limpar o mato das plantações. Até ele, naquela idade, era obrigado a pegar na enxada, de ir para o eito. (REGO, 1982, p. 81).

Seis anos de fundação da Bom Jesus, para o usineiro e seus associados, era uma prosperidade. A cada ano a usina rendia mais lucros. Se continuassem com os engenhos banguês provavelmente já teriam vendido todos para as usinas mais próximas. Dr. Juca não cansava de admirar sua obra, conseguira espalhar a plantação por grande parte do antigo engenho. Um dia chegaria à caatinga e cobriria a terra rachada com o verde da flor-de-Cuba, o velho José Paulino nem mesmo sonhara com uma plantação tão grande e próspera nas terras do Santa Rosa:

Sentado numa larga cadeira de espreguiçar, o Dr. Juca via do alpendre da casa-grande a atividade da sua fábrica. Da chaminé subiam para o céu nuvens de fumaça. O rumor das máquinas, o ruído da moenda quebrando cana, das rodas dentadas, dos trens chegando enchiam os ouvidos do usineiro próspero. Os partidos se perdiam de vista, alcançando os pés da caatinga com a sua verdura. Tudo era obra do usineiro, esforço seu. Arrancara a família da rotina, do banguê moroso, insignificante. As terras nas mãos dos antigos esperdiçavam. E agora conheciam a força dos arados. Ele plantara cana aonde nunca o velho Zé Paulino sonhara que desse cana. Um dia subiria até a caatinga. (REGO, 1982, p. 89).

Apesar da prosperidade em que se encontrava a usina Bom Jesus, Dr. Juca tinha consciência de que era preciso continuar modernizando, absorvendo as novas tecnologias de produção disponíveis no mercado, pois uma acomodação duradoura poderia tornar a Bom Jesus obsoleta. Mesmo com um bom rendimento, a fábrica desperdiçava açúcar, pois o bagaço saía úmido. Já existiam usinas que expeliam farinha de cana ao invés de bagaço, retirando tudo que a cana poderia dar.

Dr. Juca ambicionava ver as máquinas de sua usina expelindo pó, mas, para isso, era preciso adquirir máquinas e novas terras que garantissem o suprimento de água e cana para a Bom Jesus. Os engenhos Santa Fé e Vertente resolveriam o seu problema. Com o Santa Fé, ele poderia levar os trens de cana da usina para a zona norte, enquanto o Vertente disponibilizava as nascentes para alimentar uma usina de mil toneladas. Quanto às máquinas, era preciso adquirir financiamento dos americanos, já que a usina não dispunha de todo o capital necessário. Os americanos, por sua vez, exigiam hipotecas dos engenhos da usina como garantia. Dr. Juca teve grande dificuldade para conseguir convencer os parentes a assinar as hipotecas:

O genro argumentou com os fatos. Aquilo era somente uma formalidade. O Dr. Pontual pedia aquelas garantias para inspirar confiança nos americanos. Em dois anos estaria pago e a Bom Jesus aparelhada para 20 anos de safra com capacidade maior que a São Félix.

De engenho em engenho saiu o Dr. Juca cantando a mesma ária: capacidade dobrada, rendimento de mais de 30%, a riqueza que se botava fora, a lenha que deixariam de queimar. Uma perfeição. E com dois anos a Bom Jesus pagaria tudo. A família ficaria com a maior fábrica do Estado, capaz de resistir às crises do preço do açúcar. (REGO, 1982, p. 95).

Perruci (1978), ao analisar o processo de implantação das usinas pernambucanas, identificou uma proximidade entre a indústria açucareira e o capital urbano. Segundo ele, com a introdução das máquinas a vapor nos engenhos, teve início uma progressiva dependência dos produtores de açúcar de Pernambuco aos financistas do Recife. No caso das usinas, esta relação entre proprietário e financista acentuou-se, pois as instituições bancárias frequentemente acumulavam hipotecas de propriedades rurais em troca de empréstimos para a compra da maquinaria necessária à construção de engenhos centrais e usinas:

Os laços entre a indústria açucareira e o capital urbano são, aliás, evidentes; o fenômeno começa, na verdade, bem antes do aparecimento das usinas. A introdução de máquinas aperfeiçoadas nos engenhos de açúcar implica, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, um endividamento progressivo e, conseqüentemente, numa dependência dos produtores em relação aos comissários e aos financistas do Recife. Em 1890, um produtor de açúcar reconhece que a quase totalidade dos engenhos centrais – trata-se antes de tudo daqueles montados por capitalistas brasileiros – estão hipotecados aos bancos e aos portadores de títulos, mas também que a maioria dos próprios fornecedores estão endividados de uma maneira ou de outra. (PERRUCI, 1978, p. 125).

Com as propriedades hipotecadas, maquinaria encomendada, Dr. Juca adquiriu o engenho Vertente e a próxima ação era a conquista do Santa Fé. Zé Marreira havia comprado

o engenho por 30:000\$000 e agora só aceitava negócio a partir de 200:000\$000, Dr. Juca não aceitava tamanha exploração. Teve início, então, uma grande concorrência entre a Bom Jesus e a São Félix pelas valorizadas terras do Santa Fé, pois o pequeno engenho garantiria a hegemonia regional para quem o adquirisse.

Depois da acirrada disputa entre o Dr. Luís da São Félix e o Dr. Juca da Bom Jesus, o velho Santa Fé foi vendido à usina Bom Jesus por 300:000\$000. Com isso, as previsões para a usina do Dr. Juca eram as melhores possíveis, nem mesmo as unidades pernambucanas seriam superiores à Bom Jesus. Brevemente o Dr. Juca seria o maior usineiro da Paraíba:

O usineiro, que viera de Recife para ver as obras, um tal de Dr. Dinis, achou tudo uma perfeição. Em Pernambuco poucas Usinas estariam aparelhadas como a Bom Jesus. O material dos americanos era de primeira qualidade e falou da zona, aconselhando a irrigação com o Vertente. Feito isto poderiam dormir descansados, que dinheiro e lucro não faltariam mais a todos eles. A Bom Jesus só precisava mesmo de irrigação. E isto estava ali perto. As várzeas eram ótimas. Quisera ele ter em Goiana terras daquelas, um massapé que era mesmo que estrume para a cana. E elogiou a compra do Santa Fé. Se tivessem perdido a oportunidade estariam liquidados. Conhecia o Dr. Luís. Era homem de negócio seguro. Com o Santa Fé nas mãos, ele teria derrubado a Bom Jesus para sempre.

A notícia das impressões do Dr. Dinis correu pela família, como a visita de um médico de fama que viesse constatar a robustez de saúde de um chefe [...]. Ninguém mais duvidava da estabilidade da Bom Jesus. Estava de pedra e cal, firme. (REGO, 1982, p. 116).

Para quitar as parcelas do financiamento, Dr. Juca contava com os ganhos adquiridos com a venda do açúcar. No entanto, em suas projeções, desconsiderou a possibilidade de baixas na cotação do produto ou problemas no funcionamento da nova maquinaria, fatos que poderiam atingir as finanças da usina.

A moagem do primeiro ano foi caracterizada por manutenções constantes nas máquinas, que prejudicavam o andamento da produção. A qualidade também foi comprometida, uma vez que o açúcar era escuro e úmido. “A Bom Jesus estava com todos os recursos possíveis, com tudo de novo, com água doce ali em cima, um químico de 4:000\$000 e era, apesar disto, o fracasso que o usineiro verificava” (REGO, 1982, p. 145).

O segundo ano de produção pós reforma também foi bastante difícil, marcado pela aquisição de empréstimos a juros altos e pela persistência de pausas no funcionamento da fábrica, ocasionando o desperdício das canas que apodreceram na espera pela regularidade das máquinas. O martírio da Bom Jesus ainda estava longe de acabar, faltava a crise do preço do

açúcar que não tardou a chegar. Quatro anos após a reforma a crise atingiu os produtores brasileiros:

A grande crise do açúcar pegou a Bom Jesus de jeito. Dois anos de moagem boa, de cristal de primeira. E o saco de açúcar por 20\$000. Os compromissos enormes, os cálculos feitos na alta. As despesas com safras gigantes e a Bom Jesus sem recursos próprios, sem Banco, sem crédito para se agüentar. Quem visse o Dr. Juca de agora não o reconheceria. Perdera o entusiasmo, consumira-se na luta, que era superior às suas forças e às suas qualidades. [...] A usina aparelhada com uma capacidade daquela e lhe faltando o essencial. Um fornecimento de numerário, em relação com o valor de produção. (REGO, 1982, p. 172).

A situação do usineiro era cada vez pior, devia aos americanos, adquirira vários empréstimos com o financista Vergara e, como garantia de pagamento, hipotecou o palacete no Recife. Agora vivia para o trabalho tentando evitar a parada definitiva da Bom Jesus.

As dificuldades humanizaram a usina. O povo, que há alguns anos havia sido expulso para a caatinga pelo avanço da cana, começara a descer, voltara a frequentar a cozinha da casa-grande. Parecia os tempos do Santa Rosa. Assim, a usina fora perdendo a crueldade.

Em contrapartida o barracão, sob a gestão de Vergara, exigia pagamento, restringia as compras, inclusive para o proprietário da usina. A seca daquele ano agravava a situação. A Várzea era o destino dos retirantes famintos que trabalhavam, sem autorização, por qualquer pedaço de carne ou quilo de farinha, e no barracão só se comprava a dinheiro. A fome se espalhava pela Bom Jesus:

O copião da casa-grande coalhado de trabalhadores, de velhos, de mulheres. Os retirantes se chegando para ver. O choro dos meninos doía nos ouvidos. O povo queria de comer. Vinha chegando mais gente. Parecia que haviam sido convocados. Desciam de todos os lados. O usineiro em pé, seguro no braço de Rafael, a mulher junto dele. Não tinha nada para dar. Depois o povo olhou para o barracão lá embaixo. Seu Ernesto trancara as portas. O moleque Ricardo, de dentro, ouvia o povo no falatório. Seu Ernesto olhou pelo buraco da fechadura a multidão que descia para ele. De rifle na mão, o cabra que dormia com Ricardo, esperava. Seu Ernesto falava exasperado: o primeiro que botasse a cabeça ali dentro ele derrubava. (REGO, 1982, p.224).

Repentinamente Ricardo abriu a porta do barracão, sendo, por isso, alvejado por um tiro. A multidão faminta passou por cima do corpo do negro que veio a óbito. Após o violento saque restaram somente escombros do barracão.

O destino da Bom Jesus não se encontrava mais nas mãos do Dr. Juca, os americanos e Vergara iniciaram o processo de execução da dívida. Para o Dr. Juca deixar a usina era uma questão de tempo.

O Dr. Luis, da São Félix, assistira toda a trajetória decadente da Bom Jesus, esperava o momento adequado para dar o golpe certo. Desejava se vingar das duas derrotas que havia sofrido aos Melos durante as disputas pela compra dos engenhos Santa Rosa e Santa Fé. A hora havia chegado, enfim seria o maior usineiro da Paraíba, proprietário de duas usinas gigantescas. A Várzea se livraria do comando da dinastia do velho José Paulino:

Fora-se o velho José Paulino, acabara-se o Santa Rosa. E estava ali o Dr. Juca como um aleijado e a Bom Jesus no fim, sem força para moer um feixe de cana. Lá por dentro a usineira chorava.

E no alpendre, o usineiro olhava o sol de junho, o tempo bom de chuva. E nem um cabra no eito puxava a enxada por sua conta. Um grito dele ali ecoava em vão, pelas terras mortas do Santa Rosa.

A União, jornal do governo, dera notícia da compra da Bom Jesus, dizendo que um industrial de vistas largas evitara que uma grande parte da várzea do Paraíba ficasse reduzida com o fracasso de outra usina. Elogiava-se aí a ação do Dr. Luís, homem de capacidade, que estava sempre disposto ao trabalho, um exemplo de nordestino, que vencia pelo trabalho e pela honradez. (REGO, 1982, p. 232).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tradicionais instituições contemporâneas produtoras de discursos científicos têm enfrentado os “desafios da complexidade” a partir do questionamento a hiperespecialização das diversas áreas do conhecimento. A realidade, objeto de estudo das ciências, não se apresenta de forma fragmentada, muito pelo contrário, tal objeto abriga um conjunto de relações e conexões que induz à efetivação de diálogos entre os campos disciplinares. O conhecimento fragmentado é ineficiente ao se debruçar sobre “o que está tecido em conjunto, isto é, o complexo” (MORIN, 2007, p. 18). Todavia, independente do reconhecimento das instituições produtoras do discurso científico, o complexo existe e consiste em uma das mais singulares características da realidade, analisado ou não.

Ao se ignorar o aspecto multidimensional do real no processo de formação dos produtores de discursos científicos, acaba-se por contribuir para a ampliação do número de especialistas e *experts* que apresentam grandes desempenhos em seus “compartimentos de conhecimento”, mas que demonstram ineficácia ao entrar em contato com questões que extrapolam as fronteiras de suas especializações, na medida em que estas exigem diálogos com outros campos disciplinares para a compreensão do objeto de pesquisa, como se pode observar nas palavras de Morin:

A inteligência que só sabe separar reduz o caráter complexo do mundo a fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional. É uma inteligência cada vez mais míope, daltônica e vesga; termina a maior parte das vezes por ser cega, porque destrói todas as possibilidades de compreensão e reflexão, eliminando na raiz as possibilidades de um juízo crítico e também as oportunidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo. (MORIN, 2007, p. 19).

O desenvolvimento da cultura científica nas diversas áreas do conhecimento, durante o século XX, é acompanhado por uma crise relacionada à forma de buscar soluções para os problemas contemporâneos (MORIN, 2007, p. 19). As problemáticas da contemporaneidade ou nela levantadas são cada vez mais multidimensionais, ao mesmo tempo em que o tradicionalismo disciplinar se revela incapaz de responder a tais questionamentos.

Com isso, faz-se necessário buscar caminhos para uma reestruturação do

pensamento científico. Dessa forma, é possível encontrar respostas em algumas áreas do conhecimento que já dialogam com a multidimensionalidade, tais como a Geografia, História e Cosmologia.

A Sociologia comumente recorre ao conhecimento histórico, caracterizado por ser resultado da análise da multidimensionalidade do devir da humanidade, como espaço de verificação de leis empíricas, muito importantes no processo de construção das análises sociológicas (LEPENIES, 1996, p. 108). A própria Ciência Histórica, durante o século XX, passou por um processo de redefinição de objetos e fontes que resultou em um alargamento do campo de trabalho do historiador e, ao mesmo tempo, em uma série de diálogos com outras disciplinas para a construção de análises estruturais, tendência encabeçada pela Escola dos *Annales*. Existe um número considerável de aspectos que se encontram “ocultos” nas estruturas das sociedades e que influenciam, de forma singular, a trajetória histórica percorrida pela humanidade, por isso é necessário, também, estudá-los. A História não se resume a acontecimentos, como afirma Morin:

Acrescento que a História deve ser concebida em toda sua riqueza multidimensional, porque ela não é apenas constituída por acontecimentos, crises, bifurcações, mas também por mentalidades, processos econômicos e costumes, pela vida quotidiana e pelas relações que trava com a morte, o amor, a natureza. (MORIN, 2007, p. 36).

Os novos objetos determinaram o surgimento de novas fontes e técnicas de pesquisa exteriores às fronteiras disciplinares da História. O historiador passou a se aproximar do campo disciplinar que lhe permitisse compreender o objeto pesquisado. Esse processo de complexificação da ciência histórica permitiu que tal disciplina se tornasse uma ciência qualitativa.

Dentro desta busca pelas análises estruturais da História, ganharam destaque as conexões entre o Discurso Científico e a Literatura, dadas as semelhanças existentes entre esses campos. A *práxis* historiográfica produz um discurso construído a partir de uma interpretação de fontes. Mesmo estando pautado em rigorosos métodos acadêmicos de investigação, o resultado da pesquisa se apresenta como uma interpretação que o cientista elaborou a partir da observação de determinados aspectos da realidade. Tal discurso possui um prazo de validade, uma vez que se encontra limitado pelos paradigmas, normas acadêmicas e demais percepções de ciência e possibilidades da época em que o autor está inserido. O cientista produz artefatos literários que seguindo regras de estilo e gênero, produz

significações sobre a realidade.

O literato também é produtor de um discurso que reflete os paradigmas de uma determinada sociedade, que segue as normatizações da época em que foi produzido e que promove articulações sobre a realidade, como expõe Calvino:

Os vários níveis de realidade existem também na literatura, mais que isso: a literatura é regida por essa distinção de diversos níveis de realidade e ela seria impensável sem a consciência dessa distinção. A obra literária poderia ser definida como a operação da linguagem escrita hoje que mais implica níveis de realidade. Desse ponto de vista, uma reflexão acerca da obra literária pode não ser inútil para os cientistas e para os filósofos da ciência. Numa obra literária, vários níveis de realidade podem apresentar-se ainda que permaneçam distintos e separados, ou podem fundir-se, soldar-se, misturar-se, encontrando uma harmonia entre suas contradições ou formando uma mistura explosiva. (CALVINO, 2009, pp. 368-369).

Na Literatura, encontra-se uma realidade paralela resultante de uma reorganização complexa e harmônica entre percepções, realidade e a imaginação do autor, elo que liga o realismo encontrado na obra à sua realidade sócio-histórica. O autor, ao elaborar o seu discurso, apresenta à sociedade o universo do indivíduo, no qual realidade, aspirações, sonhos e temores se mesclam. Ao mesmo tempo a obra, criada pelo indivíduo, constrói o autor, função exercida por um ser de razão responsável pela circulação de discursos, como afirma Foucault:

O nome autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função “autor”, enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (FOUCAULT, 2006, p. 274).

A Literatura brasileira a partir de 1930, principalmente nas produções da Escola Literária do Nordeste, promoveu a circulação de discursos que refletiam e registraram transformações sócio-histórico-culturais brasileiras da primeira metade do século XX, tais como o fim da escravidão, a proclamação da república e o início do processo de industrialização que promoveram reestruturações significativas na sociedade brasileira. Valores e práticas sociais seculares foram redefinidos em um curto espaço temporal, fato que

determinou o caráter traumático deste processo, uma vez que não houve tempo para uma readaptação progressiva aos novos pilares político, econômico e cultural do país.

A Escola Literária do Nordeste, tradicionalmente conhecida como Movimento Regionalista, liderada por Gilberto Freyre, objetivava, entre outros fatores, a exaltação da universalidade presente nas tradições, valores e práticas sociais nordestinas.

Seguindo essa tendência, na elaboração do seu discurso literário, José Lins do Rego adotou o nordeste açucareiro, em fase de modernização, como um dos mais importantes ambientes para o desenrolar das tramas de suas obras. Essa ação permitiu a reorganização literária das impressões resultantes da observação do espaço em que o autor vivenciou sua infância.

Para Bachelard (2008), o espaço imobiliza as lembranças, retém o vivido. Assim, é possível realizar a leitura do espaço, ler os significados cristalizados no espaço, transformando-os em discurso poético:

Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer ‘suspender’ o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço. (BACHELARD, 2008, p. 28).

Esses espaços de estabilidade do ser se referem a locais de proteção, de intimidade, de refúgio, frequentemente uma casa, a primeira casa, o local do bem-estar, ou qualquer outro que traduza para o indivíduo valores consonantes e o possibilite desenvolver formulações imaginárias alicerçadas nas fixações presentes no local.

O engenho Corredor, para José Lins do Rego, possuiu um caráter que remete ao abrigo da infância, a proteção da família ao menino órfão de saúde frágil que passou a ser criado pelo avô e tios maternos. Esse espaço cristalizou um manancial de impressões necessário à formulação literária de três espacialidades bem definidas: os engenhos Santa Fé e Santa Rosa e a Usina Bom Jesus.

No romance “Fogo Morto”, José Lins do Rego retomou o tema do ciclo do açúcar a partir do Engenho Santa Fé. Essa espacialidade é caracterizada por uma grande influência da memória coletiva, de lembranças de tempos não vividos pelo autor, da tradição oral responsável pelo repasse para as novas gerações de informações sobre acontecimentos que marcaram uma determinada sociedade.

Assim, o autor introduz tais impressões ao tratar do cotidiano no processo de

estruturação do engenho Santa Fé. O engenho não era somente uma unidade de produção de açúcar, um negócio, para a sociedade nordestina do início do século XIX. Fundar um engenho assegurava uma ascensão e uma estabilidade social. O Capitão Tomás de Melo, homem de família rica, que possivelmente continuaria obtendo sucesso na cultura do algodão, decidiu fundar um pequeno engenho buscando muito mais uma ascensão social do que a estabilidade financeira, que já possuía. O Capitão desejava converter seu sucesso econômico em poder político regional, formar uma dinastia e para tanto era preciso ser um senhor de engenho.

O engenho fora a obra da vida do capitão, sua existência estava estritamente vinculada à unidade produtiva. Portanto, o Santa Fé tinha que impressionar, compensar o reduzido espaço para a plantação, através da intensificação do trabalho escravo, objetivando o aumento da produção. A casa-grande deveria ser diferente das outras. As sinhazinhas deveriam ter seus estudos concluídos, realizando recitais diários de piano. O Santa Fé era autêntico.

O Santa Fé fornecera todo o prestígio social almejado pelo Capitão Tomás. Entretanto, a morte do Capitão e o comando da unidade exercido pelo Coronel Lula de Holanda, administrador inábil em inserir o Santa Fé no processo de modernização das unidades produtivas, intensificado durante a segunda metade do século XIX, permitiu que a unidade se tornasse obsoleta. A falta de recursos para a implantação do vapor enquanto força motriz e as turbulências da economia açucareira oitocentista levaram o Santa Fé ao estado de fogo morto.

Diferentemente da decadente propriedade do Coronel Lula de Holanda, o engenho Santa Rosa comandado pelo Coronel José Paulino, conseguiu efetuar as alterações necessárias à introdução das máquinas a vapor, saindo da categoria de engenho trapiche e passando à de banguê. Isso propiciou um aumento considerável nos índices produtivos e uma sobrevivência dos senhores de engenho enquanto proprietários dessas unidades produtivas.

A máquina diminuiu a importância do trabalho escravo no cotidiano do engenho, possibilitou um sistema bem sucedido de parcerias entre os senhores e homens livres, e introduziu o quadro de “técnicos”, personagens intermediários entre os senhores e os escravos, na cadeia hierárquica do engenho.

Com o vapor movendo as máquinas do engenho Santa Rosa, o Coronel José Paulino teve tranquilidade em enfrentar a crise de mão de obra gerada pela abolição dos escravos, uma vez que seu engenho não sofreu oscilação nos índices de produção. No entanto, é necessário considerar que essa etapa significava apenas o início de um processo muito maior, a incessante introdução de avanços tecnológicos. Apesar de ter apresentado uma

existência estável muito maior que os engenhos trapiches, representados pelo Santa Fé, a propriedade do Coronel José Paulino resistiu em aderir ao sistema de usinas.

Após a morte do Coronel, a situação do Santa Rosa ficou muito delicada, uma vez que passou a ser comandado por Carlos de Melo, bacharel em direito, pronto para ocupar qualquer cargo na administração pública do seu estado, mas que não possuía a menor aptidão para exercer o papel de senhor de engenho. O cíclico e cada vez mais acentuado estado de crise da economia açucareira, a escassez de recursos financeiros, a impossibilidade de modernizar a propriedade e a difícil concorrência com as grandes usinas de açúcar levaram Carlos a se desfazer do Santa Rosa.

A autossuficiência dos antigos mercadores consumidores do açúcar brasileiro, gerada com a boa aceitação do açúcar de beterraba pela Europa e açúcar das Antilhas pelo mercado americano, expropriou os exportadores de cana de açúcar do Nordeste brasileiro de seus principais mercados. A possibilidade de continuidade da atividade estava na supremacia do açúcar nordestino no mercado interno. Para isso, o modelo dos engenhos banguês não se adequava a esta nova necessidade da agroindústria açucareira, uma vez que os engenhos não finalizavam o processo produtivo, etapa geralmente realizada por unidades de beneficiamento do exterior. O mercado interno exigia um produto beneficiado. Dessa forma, tentativas de implantação de unidades de beneficiamento foram feitas através da dissociação dos setores de plantação de canas e fabricação do açúcar representadas pelos engenhos centrais.

A experiência dos engenhos centrais propunha a racionalização da produção com a transformação dos engenhos banguês em produtores de canas as quais eram beneficiadas em uma grande fábrica regional. Nesse sistema o engenho perdia a autonomia, uma vez que para finalizar a produção dependeria do setor de fabricação, fato que gerou um conflito entre os valores tradicionais em processo de desestruturação e as novas estruturas de organização da agroindústria.

Os engenhos centrais não prosperaram, todavia isso não significou uma vitória definitiva do tradicionalismo sobre o “espírito do capitalismo”, representado pelo processo de racionalização do setor produtivo do açúcar. Uma nova proposta surgiu com a implantação das usinas de açúcar, unidades que concentravam todo o processo produtivo, desde a plantação da cana ao produto final, pronto para a comercialização.

A usina Bom Jesus surgiu com o objetivo de assegurar a hegemonia regional da família Melo, como também a existência desse clã enquanto proprietários rurais, uma vez que a implantação e o crescimento de uma usina de açúcar significava a decadência dos senhores de engenho, até sua expropriação.

Apesar de ter conservado os Melos enquanto proprietários do antigo Santa Rosa, a usina Bom Jesus promoveu modificações no espaço geográfico, no setor de fabricação, nas relações de trabalho, nas demais relações sociais cotidianas e na população do antigo engenho, distanciando-se, ao máximo, do que fora o engenho Santa Rosa.

A Bom Jesus racionalizou o processo produtivo, ocupou das terras do antigo engenho, priorizou a plantação das canas nas antigas áreas ocupadas pelos foreiros, criou novas categorias de trabalhadores como os operários do açúcar, novas jornadas de trabalho, promoveu uma diminuição expressiva das concessões extramonetárias encontradas no período dos engenhos. A usina conseguiu apagar os vestígios do cotidiano do Santa Rosa.

A análise das três espacialidades trabalhadas por José Lins do Rego, os engenhos Santa Fé, Santa Rosa e a Usina Bom Jesus, permite considerar que a leitura destes espaços possibilita o acesso ao cotidiano da população das regiões açucareiras nordestinas sob um intenso processo de modernização das unidades produtivas. Tais espaços revelam o processo dialético em que se encontravam os proprietários e trabalhadores do açúcar com a inserção ou não da unidade na modernização.

O engenho Santa Fé optou pela conservação das estruturas tradicionais de produção e de relacionamento entre a população e o engenho. Tal opção desencadeou um movimento acelerado e decadente direcionado ao estado de fogo morto, em que a unidade é destinada à plantação de cana a ser moída em outros engenhos, colocando o senhor de engenho na condição de lavrador.

Modernizar era preciso. Disso o Coronel José Paulino sabia bem, desejava que a sua dinastia tivesse uma longa duração no comando do Santa Rosa. Por isso, investiu em máquinas que deram o *status* de banguê ao seu engenho. Conseguiu, por muito tempo, aliar estruturas tradicionais de administração e regulação da vida cotidiana às emergentes inovações tecnológicas adquirindo uma lucratividade que possibilitava uma estabilidade da unidade. Para Weber (2005), tal atitude não foi incomum nos processos embrionários de desenvolvimento do “espírito do capitalismo” em contato com sociedades tradicionais. No entanto, o caráter pacífico dessa aliança apresentava uma curta duração, pois o desenvolvimento do capital é inevitável e oposto ao tradicional.

O absoluto e consciente desregramento da ânsia de ganhar andou de braços dados muitas vezes com o mais estrito apego aos laços tradicionais. Com o desmoronamento da tradição e a irrupção mais ou menos enérgica do livre lucro no seio do mesmo dos grupamentos sociais, o que se seguiu não foi uma afirmação de cunho ético dessa novidade, tendo sido simplesmente *tolerada* como um dado factual, considerado eticamente indiferente ou

mesmo lamentável, se bem que inevitável. (WEBER, 2005, p. 51).

O Santa Rosa, gerenciado por Carlos de Melo, vivenciou o desmoronamento do engenho, enquanto unidade de produção tradicional e as relações sociais nele contidas. Sob os “escombros” do Santa Rosa, surgiu a usina Bom Jesus, que, apesar de ser fundada e gerenciada por uma família oriunda dos setores sociais tradicionais, apresentava uma nova proposta de unidade produtiva baseada no caráter estritamente racional.

Através do personagem do Dr. Juca, José Lins do Rego registrou o surgimento de uma nova categoria inexistente no ambiente rural brasileiro, o usineiro. Diferentemente dos senhores de engenho que exerciam um domínio senhorial sobre a propriedade e os que nela habitavam, que se apresentavam enquanto patriarcas de todo um espaço, exercendo funções de conselheiros, juízes, delegados, benfeitores, os usineiros buscavam a reprodução do capital investido o mais rápido possível.

Dr. Juca não sofria com dilemas internos resultantes dos conflitos entre valores tradicionais e valores burgueses, situação vivenciada por Carlos de Melo. Ele era um homem que já havia absorvido a ética capitalista, tipicamente urbana e burguesa, aplicando-a no mundo rural, por sua vez, aristocrático. Indivíduos como este promoveram a instalação das usinas que absorveram os decadentes engenhos banguês, trocaram as casas-grandes pelos sobrados, reduziram ao máximo as concessões extramonetárias típicas dos engenhos, acabaram com relações e monumentos que sobreviviam no interior dos tradicionais engenhos que possibilitavam a interseção entre passado e presente, caso das antigas senzalas, dos foreiros e das cozinhas frequentadas por negras.

Na usina não havia lugar para sentimento. Para conseguir lucro, ela tinha que ser prática e objetiva. Essa objetividade atingiu o trabalho rural através da finalização do sistema de parceria entre proprietário rural e lavradores, uma vez que a totalidade da cana plantada pertencia à usina. Também se pode perceber o caráter racional a partir da inserção do operário, da vila operária e do funcionamento contínuo de uma fábrica no mundo rural. A modernização na economia açucareira não efetuou melhorias em relação a condições de trabalho e vida do homem do campo.

A sistemática implantada com as usinas de açúcar conseguiu obter a supremacia sobre o secular sistema dos engenhos. A rotina daquela que fora um dia, estável aristocracia rural, tornava-se elemento da memória dos que a vivenciaram. José Lins do Rego, em seus romances, eternizou-a. Ele deu movimento aos engenhos através do registro do auge do sistema patriarcal rural, do processo decadente em que esteve inserido, chegando a sua

definitiva finalização com a implantação das usinas. Com isso, cada espacialidade, por ele trabalhada, é única, pois apresentava reações diferenciadas ao processo de modernização capitalista.

É necessário reafirmar que este processo que atingiu a região açucareira do nordeste brasileiro, na segunda metade do século XIX, é resultado de um processo maior que explodiu na década de 1780 e persiste até os dias atuais (HOBSBAWM, 2003, p.50). A todo instante, é possível observar os reflexos de reestruturações promovidas pela absorção das inovações tecnológicas em nosso cotidiano. Técnicos e operários foram introduzidos no mundo rural, assim como novas profissões passaram a surgir constantemente.

Na atualidade, as tecnologias da informação se inserem progressivamente no cotidiano da contemporaneidade, perpetuando o conflito entre o tradicionalismo e o “espírito do capitalismo”. Na educação superior, por exemplo, as novas tecnologias possibilitam um aumento considerável no número de vagas oferecidas pelas instituições, promovem uma divisão do trabalho no quadro docente com a institucionalização de tutores, racionalizam a relação professor-aluno através de aulas virtuais.

A indústria fonográfica sofre tal qual os últimos senhores de engenho com as reestruturações determinadas pelas novas formas de armazenamento dos arquivos de áudio. Desde a popularização dos aparelhos gravadores de cds/dvds, que permitem produzir cópias com uma ótima qualidade, esse setor tem convivido com o processo de decadência do tradicionalismo. Cada vez mais raras são as lojas e locadoras exclusivas de cds. Os arquivos de áudio das novas produções ficam disponíveis cada vez mais rápido para *download* gratuito na Internet. Grandes artistas que antes se vinculavam a empresas multinacionais com a certeza de vultosos ganhos com as vendas dos discos, passam a realizar shows rotineiros e gravam trabalhos independentes, dos quais são co-produtores, aumentando a suas margens de lucro.

A Revolução Industrial permanece em expansão inserindo reestruturações comportamentais às novas práticas, geradas pelos avanços técnicos, no cotidiano do homem contemporâneo. Continua a transformar as relações mais sólidas da mesma forma que modificou o cotidiano de toda a sociedade rural das regiões açucareiras nordestinas a partir da dissolução dos engenhos e da solidificação das usinas de açúcar.

O cotidiano do processo de modernização da economia açucareira nordestina apresenta um caráter obscuro, devido à existência de poucas fontes de pesquisa, fator determinado pelo analfabetismo da maior parte da população que o vivenciou, contribuindo para a existência de reduzido número de estudos analíticos. Entretanto, o registro promovido por José Lins do Rego possibilita o contato com tal temática, dada à diversidade ótica

presente nas narrações: senhores de engenho, sinhazinhas, meninos de engenho, moleques da bagaceira, foreiros, moradores da vila operária, usineiro e o próprio autor que também foi uma criança de engenho.

Os romances “Fogo Morto”, “Menino de Engenho”, “Bangüê” e “Usina” permitem o acesso a uma reorganização arbitrária, viva e apaixonante da realidade decadente do mundo açucareiro dos fins do século XIX e início do século XX, reafirmando a possibilidade de diálogos bem sucedidos entre o discurso científico e o discurso literário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, Francisco José. **Uma fonte para a história social do Nordeste: a obra romanesca de José Lins do Rego**. Fortaleza: UFCE, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sangue e sexo no sertão: a vida sexual em Cangaceiros e Pedra Bonita de José Lins do Rego**. Brasília: UNB, 1990.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840 – 1875): desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

AVILA, Affonso. **O modernismo**. São Paulo: Editora Perspectiva., 1975.

BACHELARD, Gastón. **A poética do espaço**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Martins Fontes/Editora da UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2000.

CALVINO, Ítalo. **Assunto encerrado – Discurso sobre literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CÂNDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: modernismo**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CARBONELL, Charles-Olivier. **A nova história hoje: historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987. p. 151-169.

CARDIM, Leandro Neves. Do fenômeno do eco ou da repercussão fenomenológica em Gastón Bachelard. IN: BULCÃO, Marly, Bulcão e REIS, Nilo Henrique Neves dos (Orgs.). **Bachelard: Razão e imaginação**. Feira de Santana: Universidade de Feira de Santana, 2005.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo**. São Paulo: EDART, 1961.

\_\_\_\_\_. **Memória e regionalismo.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

\_\_\_\_\_. **Introdução a literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COUTINHO, Edilberto. **O romance do açúcar: José Lins do Rego, vida e obra.** Brasília: Livraria José Olímpio, 1980.

DORSA, Arlinda Cantero. **As marcas do regionalismo na poesia de Rachel de Navieira.** Campo Grande: UCDB, 2001.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: indústria açucareira em Pernambuco (1840 – 1910).** Campinas: Paz e Terra, 1977.

FARIA, Taciana Alves de. **Fogo Morto e o ciclo da cana: por uma reintegração.** Revista Em Tese, v. 7. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. **O sertão de José Lins do Rego e Ariano Suassuna: espaço regional, messianismo e cangaço.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

FORTES, Rita Felix. **Do afã a insolvência.** Revista Trama, v. I, n. I. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. **Estética: Literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FREITAS, Maria Teresa de. **Literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux.** São Paulo: Atual, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas.** Lisboa: Livros do Brasil, 1951.

\_\_\_\_\_. **O manifesto regionalista.** 6. Ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, 1976.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções.** 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1988.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LÉVI-STRAUSS. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LOPES, José Sérgio Leite. Relações de parentesco e de propriedade nos romances do “ciclo do açúcar” de José Lins do Rego. IN: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

\_\_\_\_\_. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e terra. 1991.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Marin Claret. 2001.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MENESES, Josino. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe**. Ano 1903. Aracaju. Arquivo: 221 - 222. Subpasta: 002. Pasta: 013. CD: 002. Apud: Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe - SIMH.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe**. Ano 1904. Aracaju. Arquivo: 280. Subpasta: 002. Pasta: 013. CD: 002. Apud: Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe - SIMH.

MIRANDA, Antonio dos Passos. **Relatório de Presidente de Província**. Ano 1875. Aracaju. Arquivo: 158. Subpasta: 001. Pasta: 10. CD: 002. Apud: Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe - SIMH.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Maria da Conceição de Almeida, Edgar de Assis Carvalho (orgs). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MUCHAIL, Selma Tannus. **Michel Foucault e o dilaceramento do autor**. São Paulo: PUC, 2002. disponível: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m16sm.pdf> acesso em 16/02/2009.

REGO, José Lins do. **A casa e o homem**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

\_\_\_\_\_. **Bangüê**. 21.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Bota de sete léguas**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

- \_\_\_\_\_. **Doidinho**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Eurídice**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. XXVII - LXXIII.
- \_\_\_\_\_. **Fogo morto**. 16. ed. Coleção Sagarana, vol. 24. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Dias idos e vividos**. Seleção, org. e estudos críticos de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Menino de Engenho**. 88. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Editora Universal, 1945.
- \_\_\_\_\_. **Usina**. 11.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.
- PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850 – 1930)**. Aracaju: UFS, 1987.
- PICCHIO, L. S. **Literatura brasileira – história da literatura brasileira**. São Paulo: Aguilar, 1997.
- SANTOS, Gladson de Oliveira. **Os operários do Povoado Central**. São Cristóvão: UFS, 2004.
- \_\_\_\_\_. José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira. **Caderno do Estudante**. São Cristóvão: Editora UFS, 2006, pp. 23 – 30.
- SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. IN: CASTRO, Gustavo de e GALENO, Alex (orgs). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOBREIRA, Ivan Bichara. **O romance de José Lins do Rêgo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1942.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Universidade Federal de Sergipe, 1984.

VEIGA, Evaristo Ferreira da. **Relatório à Assembléia Legislativa Provincial**. Ano 1869. Aracaju. Arquivo: 125. Subpasta: 001. Pasta: 009. CD: 002. Apud: Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe - SIMH.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito do capitalismo”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)